

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós Graduação em Psicologia

Lucas Soares Rodrigues

MODOS DE VIDA E ENFRENTAMENTO À POBREZA DE JOVENS ATRAVÉS DE  
AÇÕES DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Belo Horizonte

2021

Lucas Soares Rodrigues

MODOS DE VIDA E ENFRENTAMENTO À POBREZA DE JOVENS ATRAVÉS DE  
AÇÕES DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Luísa Magalhães Nogueira

**Co-orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica Morais Ximenes

**Área de Concentração:** Psicologia Social.

**Linha de Pesquisa:** Política, Participação Social e Processos de Identificação

Belo Horizonte

2021

|                      |  |
|----------------------|--|
| 150<br>R696m<br>2021 | <p>Rodrigues, Lucas Soares, 1994-.</p> <p>Modos de vida e enfrentamento à pobreza de jovens através de ações do Levante Popular da Juventude [manuscrito] / Lucas Soares Rodrigues. - 2021.</p> <p>123 f. : il.</p> <p>Orientadora: Maria Luisa Magalhães Nogueira.<br/>Coorientadora: Verônica Morais Ximenes.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia – Teses. 2. Juventude - Teses. 3. Pobreza - Teses. I. Nogueira, Maria Luisa Magalhães. II. Ximenes, Verônica Morais. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.</p> |
|----------------------|--|



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO LUCAS SOARES RODRIGUES

Realizou-se, no dia 29 de janeiro de 2021, às 14:30 horas, Online, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *MODOS DE VIDA E ENFRENTAMENTO À POBREZA DE JOVENS ATRAVÉS DE AÇÕES DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE*, apresentada por LUCAS SOARES

RODRIGUES, número de registro 2018651220, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Maria Luísa Magalhães Nogueira - Orientador (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Veronica Morais Ximenes (Universidade Federal do Ceará), Prof(a). Rafael Prosdocimi Bacelar (UNA), Prof(a). Vanessa Andrade de Barros (Universidade Federal de Minas Gerais).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2021.

Prof(a). Maria Luísa Magalhães Nogueira ( Doutora )

Prof(a). Veronica Morais Ximenes ( Doutora )

Prof(a). Rafael Prosdocimi Bacelar ( Doutor )

Prof(a). Vanessa Andrade de Barros ( Doutora )

## **Agradecimentos**

A jornada até este ponto não foi um passeio no parque, mas sim foi caminhada longa e repleta de desafios, reflexo dos tempos turbulentos que atravessamos. Esta dissertação é o resultado de um esforço coletivo, no qual a presença e apoio de minha família, amigas/os, colegas, professoras/es e companheiras/os de luta foram fundamentais para chegar até aqui. A todas/os e cada um de vocês, expresso minha sincera gratidão.

Quero dedicar agradecimentos especiais a algumas pessoas:

À Viviane, minha companheira de vida e de militância, agradeço pelo apoio, carinho e paciência nos momentos mais tensos desafiadores desta jornada. Te amo!

À minha mãe, Elza, este mestrado é fruto da sua luta incansável e dos esforços dedicados para proporcionar a mim e aos meus irmãos a oportunidade de construir um futuro melhor e feliz.

Aos meus irmãos, Marcos e Adriano, e às minhas cunhadas, Fernanda e Sheila, expresso minha gratidão pelo apoio, presença e incentivo constantes.

À minha sogra, Adelina, meu sogro, Divino, e minha cunhada, Vanessa, agradeço pelo carinho que me dedicam.

A Maryana e ao Pablo, meus sinceros agradecimentos pelas trocas teóricas e afetivas. Fico imensamente feliz pelas construções que realizamos e continuaremos a fazer juntos.

À Malu, que acolheu a mim e a esta pesquisa, agradeço pelas conversas, trocas e apoio sempre generoso. Valorizo as parcerias e produções que construímos desde o meu quarto período na graduação em Psicologia.

À Verônica Ximenes, por aceitar o desafio de coorientar-me a mais de 2600 km de distância. Sou profundamente grato pelas experiências que nosso encontro proporcionou e pela acolhida no NUCOM, onde tive meu primeiro contato com a Psicologia Comunitária e concebi as primeiras ideias para este projeto.

Às/aos colegas de mestrado, agradeço pela determinação em construir espaços acadêmicos pautados pelo apoio, humanidade e afeto.

Às educandas, educandos, educadoras e educadores do Podemos + na Pedreira, agradeço pela oportunidade de construirmos juntos uma alternativa de educação popular.

À presidenta Dilma, ao presidente Lula e a toda a geração de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros cuja luta possibilitou minha entrada na universidade, expresso minha profunda gratidão e compromisso.

Às companheiras e companheiros do Levante Popular da Juventude, agradeço pelo companheirismo e pela partilha do genuíno amor pela transformação social. É uma alegria estar ao lado de vocês nas trincheiras da resistência e na construção de um projeto popular para o Brasil.

Nós, que amamos a revolução, resistiremos!

Pátria Livre! Venceremos!

*É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.*

*Há os que têm vocação para escravo,  
mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão.*

*Não ficar de joelhos,  
que não é racional renunciar a ser livre.  
Mesmo os escravos por vocação  
devem ser obrigados a ser livres,  
quando as algemas forem quebradas.*

*É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.*

*O homem deve ser livre...  
O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo,  
e pode mesmo existir quando não se é livre.  
E no entanto ele é em si mesmo  
a expressão mais elevada do que houver de mais livre  
em todas as gamas do humano sentimento.*

*É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.*

**- Rondó da Liberdade, Carlos Marighella**  
São Paulo, Presídio Especial, 1939.

## Resumo

Trata-se de uma pesquisa apoiada no materialismo histórico-dialético inserida no campo de estudos das implicações psicossociais da pobreza pela via do arcabouço teórico da Psicologia Comunitária, entendendo esta como uma área da Psicologia Social da Libertação. O estudo teve como **objetivo geral** compreender se e como o envolvimento de jovens em ações do Levante Popular da Juventude tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza. São ainda **objetivos específicos**: a) analisar modos de vida dos jovens envolvidos em ações do Levante Popular da Juventude; e, b) compreender as estratégias de enfrentamento utilizando categorias analíticas das implicações psicossociais da pobreza. Foi realizado um percurso metodológico que se constituiu de um período de observação participante, com registro em diário de campo, em atividades do Levante Popular da Juventude na Pedreira Prado Lopes, na periferia de Belo Horizonte -MG. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois militantes do movimento, e entrevistas mediadas pela autofotografia com duas jovens participantes do cursinho popular do movimento. O capítulo 1 introduz a temática e a proposta de estudo. O capítulo 2 apresenta um debate acerca da base epistemológica, a questão ético-científica e do percurso metodológico. O capítulo 3 trata do conceito de pobreza enquanto fenômeno multidimensional. O capítulo 4 analisa os dois modos de vida dos jovens a partir das categorias trabalho, apoio social e vivências de vergonha e humilhação. O capítulo 5 discute a participação dos jovens em ações do Levante Popular da Juventude como estratégia para enfrentamento a pobreza multidimensional, destacando as atividades como experiências propícias para o processo de conscientização dos jovens. A conclusão é que a vivência dos jovens em movimentos sociais colabora para o processo de reconhecimento de si e do mundo, de maneira que os jovens consigam ressignificar suas experiências individuais e coletivas, abrindo uma janela de possibilidade para as organizações populares desenvolverem iniciativas coletivas de luta popular para a transformação de suas realidades.

**Palavras-chave:** juventude; pobreza; conscientização; organização popular; enfrentamento.

## Abstract

It is a research supported by historical-dialectical materialism, inserted in the psychosocial implications of poverty field of study through the theoretical framework of Community Psychology, understanding this as an area of Liberation Social Psychology. The study **general objective** was to understand whether and how the involvement of young people in Levante Popular da Juventude's actions have been enhancing the emergence of strategies to face poverty conditions. There are also **specific objectives**: a) to analyze young people ways of life involved in Levante Popular da Juventude's actions; and, b) to understand coping strategies using analytical categories of poverty psychosocial implications. A methodological course was carried out that consisted in a period of participant observation, registered in a field journal, in Levante Popular da Juventude' activities in Pedreira Prado Lopes, on the periphery of Belo Horizonte -MG. Subsequently, semi-structured interviews were conducted with two activists from the movement, and interviews mediated by self-photography with two young participants in the movement's popular course. Chapter 1 introduces the theme and the study proposal. Chapter 2 presents a debate about the epistemological basis, the ethical-scientific matter and the methodological path. Chapter 3 debates the concept of poverty as a multidimensional phenomenon. Chapter 4 analyzes the young people ways of life throughout the categories of work, social support and experiences of shame and humiliation. Chapter 5 discusses the participation of young people in Levante Popular da Juventude's actions as a strategy to face multidimensional poverty, highlighting the activities as conducive experiences for the youth awareness process. The conclusion is that the young people experience in social movements contributes to the recognizing process of themselves and the world, so that young people are able to reframe their individual and collective experiences, opening a window of possibilities for popular organizations to develop collective fighting initiatives to transform their realities.

**Keywords:** youth; poverty; awareness; popular organization; coping

## Resumen

Se trata de una investigación basada en el materialismo histórico-dialéctico inserido en el campo de estudios de las implicaciones psicosociales de la pobreza a través del marco teórico de la Psicología Comunitaria, entendiéndola como un área de la Psicología Social de la Liberación. El estudio tuvo como **objetivo general** comprender si y cómo la implicación de los jóvenes en las acciones del Levante Popular da Juventude ha impulsado el surgimiento de estrategias para afrontar las condiciones de pobreza. Los **objetivos específicos** son: a) analizar las formas de vida de los jóvenes involucrados en las acciones del Levante Popular da Juventude; y, b) entender las estrategias de afrontamiento utilizando categorías analíticas de las implicaciones psicosociales de la pobreza. Se realizó un curso metodológico que consistió en un período de observación participante, registrado en un diario de campo, en las actividades del Levante Popular da Juventude en Pedreira Prado Lopes, en la periferia de Belo Horizonte -MG. Posteriormente, se realizaron entrevistas semiestructuradas con dos activistas del movimiento, y entrevistas mediadas por la autofotografía con dos jóvenes participantes en el curso popular del movimiento. El capítulo 1 presenta el tema y la propuesta de estudio. El capítulo 2 presenta un debate sobre la base epistemológica, la cuestión ético-científica y el camino metodológico. El capítulo 3 aborda el concepto de pobreza como fenómeno multidimensional. El capítulo 4 analiza las formas de vida de los jóvenes desde las categorías de trabajo, apoyo social y experiencias de vergüenza y humillación. El Capítulo 5 analiza la participación de los jóvenes en las acciones del Levante Popular da Juventude como estrategia para enfrentar la pobreza multidimensional, destacando las actividades como experiencias propicias para el proceso de sensibilización juvenil. La conclusión es que la experiencia de los jóvenes en los movimientos sociales contribuye al proceso de reconocerse a sí mismos y al mundo, para que los jóvenes sean capaces de replantear sus experiencias individuales y colectivas, abriendo una ventana de posibilidad para que las organizaciones populares desarrollen iniciativas colectivas de lucha, para transformar sus realidades.

**Palabras llave:** juventud; pobreza; conciencia; organización popular; afrontamiento

## Lista de Figuras

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 01.</b> Mapa Categorical: modos de vida.....              | 56 |
| <b>Figura 02.</b> Mapa Categorical: Trabalho.....                   | 58 |
| <b>Figura 03.</b> Fotografia “infância”.....                        | 58 |
| <b>Figura 04.</b> Mapa Categorical: Apoio Social.....               | 66 |
| <b>Figura 05.</b> Fotografia “Paz”.....                             | 70 |
| <b>Figura 06.</b> Fotografia: “Pracinha do Concórdia”.....          | 71 |
| <b>Figura 07.</b> Fotografia “Luta diária”.....                     | 72 |
| <b>Figura 08.</b> Fotografia "Desabafo.....                         | 76 |
| <b>Figura 09.</b> Mapa Categorical: Conscientização/Educandas.....  | 93 |
| <b>Figura 10.</b> Mapa Categorical: Conscientização/Militantes..... | 96 |

## Lista de Tabelas

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 1</b> - Participantes da observação participante.....           | 30 |
| <b>Tabela 2</b> - Entrevistadas/os.....                                   | 30 |
| <b>Tabela 3</b> - Objetivos específicos e instrumentos metodológicos..... | 32 |

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

DC – Diário de Campo

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

Levante – Levante Popular da Juventude

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

NMS – Novos Movimentos Sociais

Pedreira – Pedreira Prado Lopes

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução .....   | 14  |
| 2. Metodologia .....  | 17  |
| 2.1. Posicionamento Epistemológico .....  | 17  |
| 2.2. Pesquisa militante e a ética da libertação .....   | 21  |
| 2.3. Contexto de pesquisa: Levante Popular da Juventude e Pedreira Prado Lopes .....  | 23  |
| 2.4. Objetivos e percurso metodológico .....  | 27  |
| 3. Pobreza – um problema social .....   | 33  |
| 3.1. Olhares sobre a pobreza: da abordagem unidimensional à abordagem multidimensional da pobreza .....   | 33  |
| 3.2. Pobreza e desigualdade social: pensar sua produção a partir da colonialidade do poder e do capitalismo dependente .....  | 38  |
| 3.2.1. <i>Colonialidade do poder</i> .....  | 40  |
| 3.2.2. <i>Desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil</i> .....   | 47  |
| 3.3. A dimensão psicossocial da pobreza .....   | 50  |
| 4. Modos de vida dos jovens .....   | 54  |
| 4.1. Trabalho: “eu trabalhei desde mais ou menos doze anos né, e minha mãe diz que é por volta dos oito mais ou menos mas eu não lembro tão bem, né” (Chisto, 2019) .....                           | 57  |
| 4.2. Apoio social: família, amigos, comunidade e redes sociais .....  | 65  |
| 4.3. Vivências de humilhação e vergonha: “então era 'o filho da salgadeira' né, tentavam fazer eu sentir vergonha do que minha mãe tava fazendo de sacrificio pra eu tar ali.” (Chisto, 2019) ..... | 77  |
| 5. Organização popular: a conscientização como enfrentamento à pobreza .....  | 80  |
| 5.1. ‘ação faz a organização’: características da ação política do Levante .....  | 81  |
| 5.2. Conscientização como fenômeno psicossocial de enfrentamento à pobreza .....  | 87  |
| 5.3. Contradições e desafios .....  | 99  |
| 6. Considerações finais .....   | 103 |
| Referências .....   | 106 |
| APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA PARA MILITANTES DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE QUE ATUAM/ATUARAM NA PEDREIRA PRADO LOPES .....  | 106 |
| ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO .....   | 117 |
| ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....  | 120 |

## 1. Introdução

Nenhum pesquisador carrega consigo questões vazias, desconectadas de sua realidade e de sua trajetória, tão pouco transforma essas questões em um projeto de pesquisa somente enxergando ali uma possibilidade de avanço científico. Todo trabalho humano carrega consigo os sujeitos que o criaram. Na pesquisa social não há de ser diferente, a escolha em propor a pesquisa que realizei e discuto neste texto perpassa pela minha trajetória acadêmica, mas também por minha trajetória enquanto militante político. As diversas experiências que a universidade pública me possibilitou, têm como saldo um acúmulo de disciplinas, estágios, pesquisas e extensões que me levam à busca do saber-fazer de uma psicologia que como ciência e profissão esteja comprometida com a Libertação dos sujeitos e povos (Martín-Baró, 1996). O saber acadêmico-científico se mescla também às minhas experiências enquanto militante, em um primeiro momento no movimento estudantil, e hoje no Levante Popular da Juventude.

Gostaria de relatar um dos momentos marcantes da minha trajetória que motivou grandemente a realização desta pesquisa. Em 2016, durante um período de mobilidade acadêmica na Universidade Federal do Ceará, tive a oportunidade de integrar o Núcleo de Psicologia Comunitária e participar do projeto de extensão "Saúde comunitária: caminho possível do desenvolvimento comunitário do Grande Bom Jardim". Nesse projeto, pude acompanhar as ações realizadas em uma ocupação urbana conduzida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na periferia de Fortaleza, Ceará.

Embora o projeto tenha sido interrompido devido ao sucesso da ocupação, que obteve um acordo com o Governo do Estado do Ceará para o reassentamento das famílias envolvidas, o tempo em que estive lá foi extremamente significativo. Durante os encontros e conversas com as famílias ocupantes, era comum ouvir relatos de que a ocupação se tornara uma grande família para elas. Algumas pessoas, especialmente mulheres, afirmaram ter superado a depressão e se sentido mais felizes após se envolverem na ocupação e no próprio MTST. Isso indicava que o processo de organização no movimento popular tinha o potencial de fortalecer estratégias de enfrentamento das condições de pobreza e opressão.

Leite *et al* (2016) sinalizam que o envolvimento com movimentos sociais pode potencializar estratégias de enfrentamento às condições de pobreza e opressão. Os autores destacam o desenvolvimento do processo de autonomia nas mulheres pobres envolvidas nas

lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Neste sentido, questioneime se a atuação do Levante Popular da Juventude (Levante<sup>1</sup>) nas periferias urbanas também potencializava estratégias de enfrentamento semelhantes às observadas na ocupação para os jovens pobres militantes e suas comunidades, a fim de compreender melhor a atuação do movimento e as dinâmicas de vida da juventude.

O Levante Popular da Juventude surgiu em 2006 no Rio Grande do Sul, com o objetivo de ser um movimento social que unisse a juventude do campo e da cidade, tornando-se uma referência para toda a juventude brasileira. A partir de 2012, o movimento se nacionalizou e se espalhou por todo o território nacional. A proposta do Levante é organizar a juventude onde ela está, atuando por meio de três frentes principais: a frente estudantil, que trabalha nas escolas e universidades; a frente camponesa, que atua no campo; e a frente territorial, que se dedica às periferias. Além das frentes, o movimento também constrói ações específicas e espaços auto-organizados de mulheres, negritude, diversidade sexual, dentre outras minorias políticas. Nesta pesquisa, optei por uma investigação junto à frente territorial do movimento, como será apresentado adiante.

Esta pesquisa está inserida no campo de estudos das implicações psicossociais da pobreza (Cidade *et al*, 2012; Moura Júnior *et al*, 2014; Ximenes *et al*, 2014) por meio do arcabouço teórico da Psicologia Comunitária (Montero, 2004; Ximenes & Góis, 2010), entendendo-a como uma área da Psicologia Social da Libertação (Góis, 2005). O objetivo foi investigar e compreender se e como o envolvimento de jovens em ações do Levante Popular da Juventude tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza.

O texto está dividido em seis capítulos. No capítulo 02, **Metodologia**, discuto os aspectos metodológicos da pesquisa, incluindo um debate sobre as bases epistemológicas que guiam este estudo, uma vez que o método não pode ser compreendido apenas em sua dimensão instrumental (Paulo Netto, 2011). No terceiro capítulo, Pobreza - um problema social, apresento uma discussão sobre o conceito de pobreza, abordando a compreensão multidimensional da pobreza, especialmente a partir da Abordagem das Capacitações (Sen, 2000, 2001). Também destaco a necessidade de compreender as dinâmicas estruturais,

---

<sup>1</sup> Os militantes do Levante Popular da Juventude reivindicam que se evite usar siglas como “LPJ”, sugerindo usar “Levante” quando há necessidade de abreviar o nome do movimento.

psicossociais e ideológicas que sustentam a pobreza e a desigualdade social como fenômenos estruturais na formação dos povos latino-americanos.

No capítulo 4, **Modos de Vida dos Jovens**, discuto os modos de vida dos jovens entrevistados a partir da análise das entrevistas e os diários de campo (DC)<sup>2</sup>. Essa análise resultou na construção de três categorias relacionadas aos modos de vida: a) trabalho; b) apoio social; e c) vivências de humilhação e vergonha. No capítulo 5, **Organização Popular: A Conscientização como enfrentamento à pobreza**, abordo as características da ação política do movimento, bem como o enfrentamento à pobreza por meio do envolvimento dos jovens participantes das ações do Levante Popular da Juventude. Utilizando a análise das entrevistas e dos diários de campo, discuto o processo de conscientização (Freire, 1979) identificado entre os jovens militantes e estudantes do cursinho popular do movimento na Pedreira Prado Lopes. Nesse capítulo, também discuto as principais contradições e desafios do movimento encontrados durante o trabalho de campo. Por fim, no sexto capítulo, apresento as considerações finais deste texto.

---

<sup>2</sup> A sigla “DC” será usada para abreviar “Diário de Campo” neste texto.

## 2. Metodologia

### 2.1. Posicionamento Epistemológico

Ao refletir sobre o percurso metodológico desta pesquisa, a escrita deste capítulo e o compromisso social que busquei trazer em minha prática, não pude deixar de concordar com a proposta por Paulo Netto (2011) em compreender que método não é o mesmo que a técnica. O método não é definido exclusivamente pela sua dimensão instrumental e sim, antes de tudo, parte de uma base epistemológica, se insere em marco teórico e pressupõe de um posicionamento ético que o dá sustento e direção. Portanto, é válido que o capítulo dedicado ao debate metodológico não seja restrito a dimensão instrumental do método, mas que deixe nítido e debata as lanternas epistemológicas que guiaram a prática de pesquisa. Neste sentido, demarco que este estudo se desenvolveu baseado no materialismo histórico-dialético (Paulo Netto, 2011).

Afirmar tal fundamento significa dizer, em primeiro lugar, que não adoto uma visão na qual a teoria social é compreendida como um exame sistemático de um objeto, com recolhimento de dados e elaboração explicações de causa/efeito, como é presente nas perspectivas empiristas e no positivismo. Tampouco adoto a visão em que as teorias são meros consensos intersubjetivos estabelecidos pela comunidade acadêmica em exercícios de retórica (Paulo Netto, 2011). Como demonstra este autor, a teoria em uma perspectiva marxiana, é “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (p.21). Ou seja, o objeto existe independentemente da vontade e das representações do pesquisador, cabendo a este apreender a estrutura e dinâmica do objeto pesquisado em sua existência objetiva.

É necessário observar que esta elaboração sobre a definição da teoria social presente na teoria marxiana e base do materialismo histórico-dialético não é o mesmo que afirmar o suposto distanciamento ou neutralidade entre sujeito e objeto, afinal o sujeito está implicado no objeto (Paulo Netto, 2011). Esta compreensão também é comum à diversos psicólogos latino-americanos, como Silva Lane (1984) que argumenta que tanto os pesquisadores quanto os pesquisados são ambos objetos de análises e há de se considerar que, sobretudo, toda pesquisa é intervenção, em especial quando o pesquisador faz parte diretamente do universo da pesquisa, como é o caso desta.

A base epistemológica construída a partir do materialismo histórico-dialético demarca ainda um determinado modo de compreender fenômenos coletivos, como a organização popular, as comunidades e os movimentos sociais. Trata-se de uma compreensão que é definida pela ruptura com as perspectivas ideológicas<sup>3</sup> elaboradas pela psicologia e a psicologia social que, ao se defrontar com a relação indivíduo-sociedade<sup>4</sup>, construíram modelos teóricos convertidos em verdadeiros instrumentos de dominação. Para entender o desenvolvimento da questão no campo da psicologia, parto da divisão da psicologia social em três períodos históricos ao longo século 20, oferecida por Martín-Baró (1983/1990).

O primeiro período refere-se àquele em que a compreensão da relação indivíduo-sociedade está baseada na influência da chamada psicologia das massas, neste texto tomo como exemplos de tal período a obra *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/2011), de Freud<sup>5</sup>, e o pensamento do médico brasileiro Nina Rodrigues em especial sua obra *A loucura epidêmica em Canudos – Antônio Conselheiro e os jagunços* (1939 em Oda, 2000)<sup>6</sup>.

Sob a influência de Gustave Le Bon, ambos os autores compartilham a ideia de uma cisão entre indivíduo e grupo. Por mais que assumam as influências do meio social e da família sobre o indivíduo, ambos elaboram um conceito de **massa** ou **grupo** como um fenômeno que se configura no estabelecimento de unidade psicológica que solapa as individualidades, demarcando tal cisão. Para além, ambos dão relevância a figura de um líder que conduz a massa, em Freud (1921/2011) uma massa simples é “um tipo de quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, conseqüentemente, identificaram-se uns com os outros em seu Eu” (Freud, 1921/2011, pp.76). Os indivíduos então são vinculados entre si e para com o líder por laços libidinais, na massa o sujeito encontra desimpedido de suas barreiras de censura e o inconsciente se manifesta diretamente, sendo por esta razão que massa e o grupo, ou a mente grupal, é uma conformação primitiva, atrasada e violenta, haja vista que os impulsos não são controlados.

---

<sup>3</sup> Ideologia é entendida neste texto como formulação que visa distorcer e ocultar as contradições da realidade histórico-social. (Lane, 1984).

<sup>4</sup> Os termos “indivíduo-sociedade” e “indivíduo-grupo” são entendidos como sinônimos neste texto, ambos se referem a relação do sujeito com o social.

<sup>5</sup> É importante demarcar que minha pretensão é apenas situar essa obra em um determinado momento histórico e não fazer uma análise crítica de como a psicanálise tem investigado o fenômeno.

<sup>6</sup> Tive acesso ao texto de Nina Rodrigues através de sua reprodução na íntegra no artigo Nina Rodrigues e A loucura epidêmica de Canudos, publicado em 2000 e de autoria de Ana Maria Galdini Raimundo Oda, da versão do texto publicada por Arthur Ramos em 1939. Sendo assim quando nos referirmos ao texto original de Nina Rodrigues utilizaremos esta forma de citação, ao referirmos dos escritos de Oda, utilizaremos a forma convencional.

Em semelhança, Nina Rodrigues (1939 em Oda, 2000) elabora o conceito de multidão enquanto uma entidade de associação psicológica sob a qual desaparecem as individualidades e desigualdades, emergindo uma unidade psicológica impulsiva e emotiva que se manifesta em especial nos povos primitivos e atrasados (Monteiro, 2015). Esta multidão, no pensamento de Nina Rodrigues, é caracterizada pela loucura e nela “existe um louco que a conduz, cuja lucidez, convicção e semelhança em seus delírios faz com que as pessoas normais a ele se associem” (Chaves, 2003, p.34). Nesta multidão encontram-se ainda indivíduos mais sensíveis que ajudam, de maneira inconsciente, o líder louco a conduzir a multidão, e este estado de multidão seria ainda mais transmissível a pessoas predispostas a tal e incapazes, diante da situação, de avaliar seus atos (Chaves, 2003). Estes, segundo Nina Rodrigues (1939 em Oda, 2000), seriam os ditos povos primitivos, ou seja, os sertanejos mestiços, negros e indígenas.

Assim a massa é em ambos, de uma forma ou outra, a manifestação de uma unidade psicológica com características atrasadas. Sendo esta unidade, ou mente coletiva, comum aos povos tidos como primitivos e atrasados. Os efeitos não poderiam ser outros senão a interpretação dos grupos, das massas, da vida grupal enquanto uma manifestação primitiva, salvando é claro, conforme nos expõe em especial Nina Rodrigues (1939 em Oda, 2000), as instituições sociais da modernidade burguesa, como a República e suas liberdades individuais.

Há assim uma valorização da individualidade em ambos os autores, e o indivíduo, mesmo sendo um ser social, é compreendido enquanto o ápice da evolução e a manifestação da racionalidade em detrimento da emoção primitiva dos grupos e das massas. Essas noções são marcadas pelo evolucionismo social, em especial no pensamento de Nina Rodrigues (Chaves, 2003), e também se tratam de noções ideológicas que separam indivíduo e sociedade e ocultam as contradições histórico-sociais.

Martín-Baró (1983/1990) e Silva Lane (1984) compreendem o segundo momento histórico da psicologia social como o período de hegemonia da psicologia social norte-americana. Para estes autores, trata-se de uma psicologia social que busca a adequação do indivíduo a uma ordem social estabelecida. Martín-Baró (1983/1990) argumenta que tal busca de adequação do indivíduo é necessária para atender as demandas do avanço da

sociedade industrial, em especial para enfrentar as contradições vívidas nos Estados Unidos com fenômenos como a imigração. Segundo este autor, é uma psicologia que

se trata de ver cuales son las necesidades del orden social establecido, cuales los requisitos para su supervivencia, a fin de ayudar a los individuos y grupos a satisfacer esas necesidades y requisitos adaptandose a las formas existentes de vida. (Martín-Baró, 1983/1990, p.34).

Já Silva Lane (1984) argumenta que a psicologia social norte-americana deste período tem caráter pragmático e busca harmonizar os grupos para a garantia da produtividade. Segundo a autora, a eficácia da psicologia social hegemônica pela tendência norte-americana entra em decadência e é foco de diversos questionamentos a partir da década de 1960, com uma crise do pensamento psicossocial que é incapaz de sustentar a promessa explicar e de prever os comportamentos

Parece-me importante ressaltar que não busco realizar uma análise aprofundada nem debater extensivamente o desenvolvimento da psicologia social estadunidense. No entanto, destaco a visão dos teóricos mencionados anteriormente, pois são importantes na psicologia social latino-americana. Compreender as críticas que eles elaboraram em relação à psicologia do Norte é essencial para compreender a crise do pensamento psicossocial que emergiu na década de 1960 (Lane, 1984; Bomfim, 2003) e a formação e desenvolvimento da psicologia social latino-americana que embasa esta pesquisa. Assim, o chamado terceiro período refere-se à resposta latino-americana a essa crise, quando emerge uma psicologia social própria do continente, comprometida com a construção de uma ciência engajada diante das transformações sociais e que busca superar as ideologias.

Como mencionei anteriormente, Martín-Baró (1983/1990) e Silva Lane (1984) são teóricos expressivos desse período e fundamentam essa perspectiva. Influenciados pelo materialismo histórico-dialético, ambos propõem a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade ao adotarem uma compreensão dialética dessa relação, inserindo-a dentro de uma realidade histórico-social concreta. Nessa perspectiva, o indivíduo é visto como um ser ativo, criativo, produtor e produto de sua realidade histórico-social, sendo um ser social construído por meio das relações com os outros.

Ao delimitar esta pesquisa com base no materialismo histórico-dialético e na psicologia social que se baseia nas contribuições do marxismo, enfatizo a compreensão do ser

humano como um ser em constante movimento, conforme proposto por Silva Lane (1984). Trata-se de superar as dualidades entre o físico e o psíquico, e entre o indivíduo e o grupo, adotando "uma nova dimensão espaço-temporal para compreender o indivíduo como uma entidade concreta, uma manifestação de uma totalidade histórico-social" (Lane, 1984, p.15). Em outras palavras, busca-se conceber o indivíduo como uma entidade concreta, inseparável de si e do contexto social, capaz de criar, produzir e ser produto de sua realidade histórico-social.

## **2.2. Pesquisa militante e a ética da libertação**

Propor a produção do conhecimento sustentado pela perspectiva epistemológica discutida acima implica em compreender que a investigação científica não está desassociada de uma postura ética. As respostas latino-americanas à crise da psicologia social foram respostas científicas ao construir ferramentas teóricas que compreendem os problemas do continente, mas também evoca uma posição ética indissociável da produção deste conhecimento. Tal posição é a de contribuir para a transformação social e a libertação dos sujeitos e povos (Lane, 1984; Martín-Baró, 1985/1996) e são fundamentos defendidos em torno do arcabouço teórico que sustenta este estudo: a Psicologia Comunitária (Montero, 2004; Ximenes & Góis, 2010), compreendida como uma área da Psicologia Social da Libertação (Góis, 2005).

É interessante apontar que as palavras bonitas evocadas até aqui são sedutoras, mas ao evocá-las como mantras, podem esvaziar-se de seu sentido. É importante compreender que não se trata de fazer cada pesquisa um investimento que apresentará a solução final para a os problemas do mundo, o que é um erro muito comum entre pesquisadores, principalmente os iniciantes como eu. Entendo, na verdade, que se trata de compreender que a atividade de pesquisa é umas das muitas ferramentas de transformação social, e é importante refletirmos sobre os usos desta ferramenta, bem como quem as usa. Entre as elaborações teóricas que buscam discutir essa posição ética e o que adotá-la significa para a prática de pesquisa, de produção de conhecimento e em relação a posição do pesquisador, dois conceitos dignos de debate e que dialogam entre si são a **pesquisa militante e libertação**.

A pesquisa militante é entendida enquanto um campo de congrega uma série de pesquisas e iniciativas acadêmicas baseadas no compromisso com a mudança social, profundamente vinculadas aos movimentos e organizações sociais (Jaumont & Varela, 2016;

Bringel & Varella, 2016). De acordo com estes autores, essas iniciativas emergiram na América Latina em meados da segunda metade do século 20, sendo um dos exemplos emblemáticos as experiências do educador brasileiro Paulo Freire (Jaumont & Varella, 2016; Bringel & Varella, 2016). Historicamente são usados diversos conceitos que buscam definir as iniciativas que adotam tal perspectiva, a exemplo, se faz presente termos como pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa militante, dentre outros (Jaumont & Varella, 2016). Entre tais termos, os autores defendem que o termo **pesquisa militante** é capaz de destacar “tanto a ligação com a prática e a ação quanto o compromisso com a transformação social e com os setores populares” (p.434).

Para Jaumont e Varella (2016), a partir do reconhecimento de diversas experiências é possível perceber a centralidade de alguns aspectos que se fazem presentes nas pesquisas militantes. Para os autores, os aspectos centrais dessas experiências convergentes são: o imbricamento entre teoria e prática; superação da dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa; enquadramento social e histórico; superação do colonialismo intelectual e da dependência acadêmica; compromisso com os setores populares; e por fim, criatividade dos usos e formatos de métodos e técnicas de pesquisa. Entretanto, destacam que estes aspectos não se encontram necessariamente combinados em uma mesma experiência, sendo ainda apenas implícitos para algumas.

O segundo conceito relevante para essa discussão ético-científica é o de libertação. Este também emerge na América Latina na segunda metade do século 20, em um contexto pobreza e dominação experimentadas pelos povos latino-americanos (Guareschi, 2009). Segundo o autor, o conceito de libertação se faz presente em experiências como da Teologia da Libertação, da Educação Popular de Paulo Freire e da Psicologia da Libertação proposta por Martín-Baró (1998)

Guareschi (2009) destaca três elementos do conceito de libertação. O primeiro deles trata de superação da dicotomia entre o social e o individual, de forma a compreender que as mazelas sociais não advêm de questões individuais. Assim, conforme o autor defende, e da mesma forma que há uma rede de relações que sustentam a opressão, há de se construir uma rede de relações que culminam na libertação.

O segundo elemento abordado é a superação da dicotomia entre teoria e prática. Segundo o autor, uma teoria só pode oferecer uma compreensão plena da realidade se for

produto e produtora dessa mesma realidade. Isso implica em uma interação constante entre a teoria e a prática, em que a teoria seja capaz de guiar a ação transformadora e, por sua vez, a prática alimente a reflexão teórica. Por fim, o terceiro elemento é a existência indispensável de uma ética, que contraponha à ética do pragmatismo e do cientificismo da modernidade, no sentido de construção de uma ética de libertação, de caráter valorativo e positivo, que identifique as realidades negativas e proponha sua superação. (Guareschi, 2009).

Ambos os conceitos apontam para uma mudança de perspectiva no campo das ciências humanas no século 20, campo este para o qual compreender a realidade significa também transformá-la pela colaboração com a luta popular. É possível compreender que as iniciativas teóricas que giram em torno da libertação são iniciativas intrinsecamente militantes. Me alinho a esta posição ética e creio que tomá-la significa que sou um pesquisador militante, o que envolve contribuir diretamente com as organizações populares. Neste sentido, reforço o meu lugar de militante do Levante Popular da Juventude, pesquiso e milito no campo de pesquisa buscando contribuir com o desenvolvimento científico, por meio do qual posso contribuir com o no acúmulo teórico do movimento sobre a sua atuação.

Ambos os conceitos, de libertação e pesquisa militante, apontam para uma transformação na perspectiva das ciências humanas no século 20. Compreender a realidade não se limita apenas a uma análise teórica, mas também implica em transformá-la por meio da colaboração com a luta popular. As abordagens teóricas que buscam a libertação são intrinsecamente militantes, pois buscam não apenas compreender, mas também agir para para a transformação social.

Identifico-me com essa posição ética e me reconheço como um pesquisador militante. Isso significa que busco contribuir diretamente com as organizações populares e estar engajado em suas lutas. Neste sentido, reforço o meu lugar de militante do Levante Popular da Juventude. Pesquiso e milito no campo desta pesquisa, buscando contribuir com o desenvolvimento científico, por meio do qual posso contribuir com o no acúmulo teórico do movimento sobre a sua atuação.

### **2.3. Contexto de pesquisa: Levante Popular da Juventude e Pedreira Prado Lopes**

O Levante Popular da Juventude é um movimento social que surge em 2006 no Estado do Rio Grande do Sul, sua fundação objetivava a construção de uma ferramenta de

organização para a juventude (Paludo *et al*, 2016). A percepção de necessidade de tal organização é um acúmulo das organizações do campo popular, que se explicita em uma deliberação da Consulta Popular<sup>7</sup>, de 2005, que apontava a necessidade de criar uma ferramenta de organização da juventude trabalhadora, em especial na periferia (Ruskowski, 2012; Paludo *et al*, 2016). O Levante Popular da Juventude a experiência gaúcha deste encaminhamento da Consulta Popular (Ruskowski, 2012), e nasce de certo acúmulo e impulsionamento do trabalho da Via Campesina<sup>8</sup> com jovens no início da década de 2000 (Paludo *et al*, 2016; Araújo, 2016).

Dessa forma, o movimento tem início com o envio de militantes incumbidos de iniciar o trabalho com a juventude no Morro da Cruz, uma área periférica de Porto Alegre (Santos, 2018). Do trabalho do Morro da Cruz, o movimento constrói em 2006 o Acampamento da Juventude, realizado durante um encontro da Via Campesina, em São Gabriel-RS (Santos, 2018), que homenageou o líder indígena Sepé Tiraju (Araújo, 2016). Conforme mencionado por Araújo (2016), este encontro “é considerado um ato simbólico e fundacional para o Levante (p.31).

Sobre este acampamento, Silva e Ruskowski (2010) apontam que o Levante conseguiu atrair a presença de cerca de 450 jovens, de origem rural e urbana, e extraiu do evento as dimensões da educação, do trabalho e da cultura como pontos de reivindicação do movimento. Esses pontos encaminharam mobilizações como uma manifestação que ocorreria meses depois, em dois *campis* da UFRGS, a partir da qual o movimento inicia a campanha em defesa da ‘Educação Pública e Popular’ (Ruskowski, 2009). Paludo *et al* (2016) também destacam a importância deste acampamento para a construção e consolidação do Levante, ao afirmarem que:

É nesse momento (1º Acampamento em 2006) que se destaca a preocupação com formação de novos militantes, a partir do trabalho de base realizado pelas células, fundamentados nos valores de vivência, partilha e amizade. Nesse movimento o Levante amplia sua representatividade e renova em termos de movimento de

---

<sup>7</sup> A Consulta Popular (2012) é uma organização política de caráter partidário que tem seu surgimento, em 1997, impulsionado por movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A organização reúne militantes de movimentos sociais que “não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral, que gradativamente foi rebaixando seu programa e se contentando com a perspectiva de serem apenas gerentes da máquina administrativa”. A organização tem aspiração revolucionária e sua principal proposta é a construção de um Projeto Popular para o Brasil. (Consulta Popular, 2012).

<sup>8</sup> De acordo com seu site, a Via Campesina (n.d.) é “movimiento internacional que reúne a millones de campesinos, agricultores pequeños y medianos, sin tierra, jóvenes y mujeres rurales, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo”.

juventude, consolidando os acampamentos como instrumento de massificação e formação. (Paludo *et al*, p. 563, 2016)

Santos (2018) destaca que a partir de 2008, a Consulta Popular, em parceria com a Via Campesina, percebeu que as contradições urbanas poderiam ser a base para mobilizações de massas nas grandes cidades. Assim, eles organizaram o que o autor chama de "acampamentos do campo e da cidade" (pp. 10) em vários estados. Esses acampamentos contaram com a participação de jovens provenientes de áreas rurais, universidades e periferias. Nestes espaços foram debatidos temas amplos e específicos que diziam respeito a essa juventude diversa, ficando evidente a necessidade de um movimento nacional para a juventude. Os grupos que surgiram dessas experiências não possuíam identidade com o Levante, mas foram eles que, em 2011, serviram como base para o processo de nacionalização do movimento. Esse processo teve como marco a construção do 1º Acampamento Nacional em 2012, em Santa Cruz do Sul - RS (Santos, 2018), que ocorreu simultaneamente à 2ª Festa e Feira da Agricultura e Agroindústria Camponesa, organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (Ruskowski, 2012)

Após sua nacionalização, o movimento realizou três acampamentos nacionais. Em 2014, ocorreu o segundo Acampamento Nacional em Cotia-SP, com a participação de 3200 jovens vindos de 25 estados do Brasil. Já em 2016, aconteceu o terceiro Acampamento Nacional em Belo Horizonte-MG, com a presença de 7000 jovens, também provenientes de 25 estados (Santos, 2018). Segundo Araújo (2016), os acampamentos nacionais são eventos massivos que reúnem os militantes. Além disso, eles proporcionam um espaço de debate e tomada de decisões sobre o direcionamento do movimento, ao mesmo tempo em que possuem um caráter formativo e místico (Araújo, 2016, p. 33).

Ao longo de seu desenvolvimento o movimento foi construindo sua organicidade – estrutura organizativa – que vai desde suas estruturas de base, as células, até o acampamento nacional, sendo este a instância maior de deliberação (Santos, 2018). As células se consistem em grupos pequenos de pessoas organizados territorialmente (Ruskowski, 2009; Santos 2018), e são entendidas da seguinte forma pelo movimento:

- 1) Espaço político: é onde ocorre o bate-papo sobre as ações desenvolvidas em cada território, assim como sobre os rumos gerais do Levante (linhas de ação, pautas, articulações etc.).
- 2) Agitação e propaganda: é responsabilidade das células inventar e executar ações que possibilitem a criação de canais de diálogo com a população. Essas intervenções podem ser específicas para o território ou gerais.

3) Formação: cabe à célula desenvolver linhas de estudo para seus membros. Essa formação pode ser política e/ou técnica (alguma técnica de agit-prop).

4) Trabalho de base: as células devem estimular a formação de outros grupos de jovens, por meio de oficinas ou outras atividades. A partir da consolidação desses grupos, deve desenvolver um processo contínuo de acompanhamento, visando a integração de novos/as militantes para o coletivo. (Levante Popular da Juventude, 2012)

Estes espaços de base estão comportados em frentes de atuação (Araújo, 2016). Conforme nos mostra a autora, o movimento se organiza a partir de três frentes: a frente estudantil, que atua em universidades e escolas secundaristas nos espaços do movimento estudantil; a frente camponesa, para atuação no meio rural em articulação com os movimentos do campo; e, a frente territorial, que atua na periferia e bairros populares. Realizei esta pesquisa a partir da atuação da frente territorial do Levante na Pedreira Prado Lopes, região socialmente periférica de Belo Horizonte- MG.

A Pedreira Prado Lopes, conhecida como Pedreira, é uma das comunidades mais antigas da capital mineira. De acordo com relatos de moradores entrevistados por Arroyo (2010), a ocupação da região ocorreu antes da construção de Belo Horizonte, quando escravos libertos se estabeleceram no local. A autora também identifica depoimentos que mencionam a existência de uma rota utilizada por tropeiros e bandeirantes na parte mais alta da região, onde a comunidade se encontra atualmente. Quanto à denominação Pedreira Prado Lopes, ela está relacionada à presença de uma pedreira que teve início durante a construção de Belo Horizonte em 1895. Essa pedreira passou a ser administrada por um dos membros da antiga comissão construtora, chamado Antônio do Prado Lopes, até sua extinção em 1922 (Arroyo, 2010).

Belo Horizonte é primeira cidade planejada do país, construída para ser a capital mineira, o planejamento da cidade não destinou um espaço para moradia dos operários de sua construção, conduzido ao surgimento de duas favelas antes mesmo da inauguração da cidade (Rodrigues *et al*, 2019). As primeiras favelas da capital se estruturaram fora do anel construído pela Avenida do Contorno, cuja função era delimitar a área urbana da nova capital. A Pedreira surge também neste contexto, segundo Arroyo (2010)

A região da Pedreira Prado Lopes, já nos primeiros anos da cidade, configurou-se como área que abrigou população de baixa renda. Três fatores propiciaram esta ocupação: primeiro, sua proximidade com a Estação Central; segundo, sua proximidade com a Zona Urbana, o que facilitava o acesso à região central da cidade onde estavam os canteiros de obra; terceiro, a oferta de trabalho na própria Pedreira,

na extração e transporte das pedras para a construção de edificações e para o calçamento da cidade planejada (pp. 88-89)

Ao longo de sua história, a Pedreira foi alvo de diversas ações do poder público que conduziram ao adensamento da comunidade (Arroyo, 2010). Ainda assim, resiste como uma das favelas mais antigas da cidade, situada no coração da metrópole e com uma pulsante história de organização popular através das religiosidades, do carnaval e do futebol (Arroyo, 2010). Tal contexto torna a Pedreira um terreno fértil para a ação de movimentos populares.

As atividades do Levante na Pedreira Prado Lopes (Pedreira) já têm, a esta altura, certo histórico<sup>9</sup>. O movimento já atuou no território com trabalhos em uma escola municipal da localidade com oficinas de futebol com meninas, o chamado de ‘futebol das poderosas’. Mas é com a mudança de dois militantes do Levante para o território que os trabalhos começam a se expandir. De acordo com o relato, a presença desses militantes amplia a rede de relações do movimento o que leva a consolidação, inclusive, de uma roda de capoeira em parceria com o Programa Fica Vivo<sup>10</sup>.

No momento, a principal iniciativa do movimento é a Podemos +, um cursinho popular pré-Enem integrado à rede de cursinhos populares estabelecida pelo Levante. Para esta pesquisa, conduzi um trabalho de campo que envolveu observação participante tanto na roda de capoeira quanto no cursinho, como será discutido posteriormente. É relevante destacar que minha inserção na comunidade ocorreu antes da observação participante, coincidindo com a criação do cursinho popular em 2018. Durante esse período, meu telefone foi fornecido à coordenadora do cursinho para convidar um militante chamado Lucas para ser educador de filosofia, porém, foi um equívoco e outro companheiro deveria ter sido contatado. Antes desse incidente, já tinha planejado realizar a pesquisa na Pedreira Prado Lopes e a partir dessa conexão com o cursinho, meu interesse em pesquisar e contribuir para as discussões no movimento nessa comunidade específica apenas aumentou - um erro de sorte que me levou a explorar esse território.

#### **2.4. Objetivos e percurso metodológico**

Durante o processo de mestrado, nós, jovens pesquisadores, nos deparamos com as primeiras frustrações da prática de pesquisa. Uma delas é a frustração com as nossas expectativas em relação ao campo. Por mais objetivo que o pesquisador seja ele cria

---

<sup>9</sup> A narrativa quanto a história da atuação do movimento no território é baseada em comunicação oral informal do militante Pedro (DC, 18 de jun. de 2019), que faz parte da direção municipal do movimento e integra o trabalho da Frente Territorial.

<sup>10</sup> Programa do governo de Minas Gerais para prevenção à criminalidade entre os jovens.

expectativas e idealizações com o campo, sejam estas baseadas em outras pesquisas ou mesmo no seu contato prévio com o que será estudado. Bom, ao menos nesta pesquisa foi assim.

Mesmo tendo um nítido objetivo geral de compreender o enfrentamento à pobreza por jovens em movimentos sociais, ao longo do processo, desde o anteprojeto até a entrada efetiva em campo, os objetivos, participantes e metodologias foram constantemente analisados e reavaliados. Tal movimento é importante porque sinaliza que o esforço de não enquadrar o campo as minhas expectativas, mas sim de buscar o melhor caminho metodológico para compreender o que a pesquisa de campo apresenta.

Como exemplo desta fluidez tomo a questão da escolha dos participantes, algo diretamente envolvido com o objetivo da pesquisa. No anteprojeto propunha que a escolha dos participantes tivesse como critério de inclusão: ser jovem morador da periferia envolvido em ações do Levante Popular da Juventude. Na qualificação propunha serem jovens militantes da célula do movimento na Pedreira Prado Lopes, o que não foi possível por uma série de questões, algumas internas ao movimento. Por fim, percebi que o melhor para compreender a dita linha que mantive desde o anteprojeto e incluir na pesquisa militantes do movimento com atuação na Pedreira Prado Lopes, bem como jovens que participem de ações do movimento, a exemplo educandos<sup>11</sup> do Podemos +.

Neste sentido, a pesquisa teve como **objetivo geral** compreender se e como o envolvimento de jovens em ações do Levante Popular da Juventude tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza. São ainda **objetivos específicos**: a) analisar modos de vida dos jovens envolvidos em ações do Levante Popular da Juventude; e, b) compreender as estratégias de enfrentamento utilizando de categorias analíticas das implicações psicossociais da pobreza.

Por se tratar de um estudo com jovens é necessário estabelecer o recorte etário para nortear a escolha dos participantes da pesquisa. Abramo (2005) aponta que alguns estudos e instituições de pesquisa definem a faixa etária de 15 a 24 anos para compreender os jovens, entretanto a autora argumenta que é necessário atualizar este recorte a depender do contexto de pesquisa. Sendo assim, adoto nesta pesquisa o recorte etário de 15 a 29 anos, em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), no entendimento

---

<sup>11</sup> Educandos é como são chamados os estudantes do cursinho popular

de que a adoção desta faixa etária pela legislação sinaliza ser esta a que mais compreende a juventude brasileira.

Mayorga (2013) alerta que em trabalhos com jovens e coletivos juvenis é importante reconhecê-los como atores e atrizes de suas realidades, evitando tomá-los como objetos, compreendendo o papel do pesquisador e a relação entre os atores sociais participantes. Esta posição é levada a todo o momento nesta pesquisa, inclusive buscando instrumentos metodológicos que facilitem essa relação colaborativa. Neste sentido, a busca por reconhecer os atores sociais participantes permeou o percurso metodológico que, por sua vez, consiste em: observação participante, entrevistas em profundidade semiestruturadas e entrevistas em profundidade mediadas pela autofotografia.

Optei por iniciar o estudo utilizando a metodologia da Observação Participante (Angrosino, 2009) com base na argumentação de Cidade (2012), que defende que essa abordagem proporciona a oportunidade de inserção e compreensão da localidade, além de estabelecer vínculos com os jovens participantes da pesquisa e conhecer suas perspectivas, valores, normas e modos de vida em circunstâncias específicas (p. 33). Dessa forma, realizei um período de observação participante, registrando minhas observações em um Diário de Campo, que, de acordo com Montero (2007), contribui para a memória e se torna uma importante fonte de ideias para o pesquisador, preservando a riqueza situacional da investigação.

Durante o período de observação participante, que ocorreu de janeiro a julho de 2019, tive a oportunidade de acompanhar diversas atividades, como a roda de capoeira, que anteriormente estava associada ao movimento, e as atividades do Podemos +. Durante esse tempo, eu já atuava como educador no cursinho e também assumi um papel na coordenação, uma participação que se manteve mesmo após o término do período de pesquisa.

Ao desenvolver da observação participante, tive contato com várias pessoas, incluindo educadores, estudantes, militantes do movimento, funcionários da escola onde o cursinho ocorre e moradores da comunidade. Para evitar uma apresentação excessiva de informações, opto por listar abaixo apenas as pessoas que serão mencionadas nas análises deste texto, utilizando nomes fictícios escolhidos por mim:

| <b>Nome</b>     | <b>Relação com a Pedreira Prado Lopes</b> | <b>Relação com o Levante Popular da Juventude</b> |
|-----------------|---|---|
| <b>Patrícia</b> | Foi moradora, hoje mora em bairro próximo | Educanda do cursinho                              |
| <b>Karina</b>   | Moradora                                  | Educando do cursinho                              |
| <b>Victor</b>   | Morador                                   | Educando do cursinho                              |
| <b>Gustavo</b>  | Moradora                                  | Militante   |
| <b>Kelen</b>    | Moradora                                  | Militante   |
| <b>Sabrina</b>  | Moradora                                  | Militante - saiu do movimento durante a pesquisa  |
| <b>Leandro</b>  | Morador de bairro próximo                 | Militante   |

**Tabela 1.** Participantes da observação participante

Fonte: elaborado pelo autor

Entre agosto e setembro de 2019, foram realizadas as entrevistas em profundidade. Optei pelo uso desse método, pois a entrevista é um instrumento amplamente reconhecido na pesquisa em psicologia por sua capacidade de acessar não apenas linhas de fatos históricos, mas também dados subjetivos (Boni e Quaresma, 2005), como a percepção, as crenças, valores e os modos de vida dos jovens. A tabela abaixo apresenta os jovens entrevistados, com nomes fictícios escolhidos por eles:

| <b>Nome</b>      | <b>Idade</b> | <b>Relação com a Pedreira Prado Lopes</b>   | <b>Relação com o Levante Popular da Juventude</b>          | <b>Entrevista em profundidade</b> |
|------------------|--------------|---|--|-----------------------------------|
| <b>Chisto</b>    | 29 anos      | É morador desde 2016.   | Militante, deixou o movimento durante a pesquisa.          | Semiestruturada                   |
| <b>Pedro</b>     | 29 anos      | Não é morador   | Militante, contribui na articulação de ações no território | Semiestruturada                   |
| <b>Perséfone</b> | 20 anos      | É moradora do Bomfim, bairro ao lado da Pedreira, e frequenta o cursinho na Pereira | Educanda do cursinho popular                               | Mediada por autofotografia        |
| <b>Ashley</b>    | 19 anos      | Mora em Ribeirão das Neves, região  | Educanda do cursinho popular                               | Mediada por autofotografia        |

---

metropolitana de  
Belo Horizonte e  
frequenta o  
cursinho na  
Pereira

---

**Tabela 2.** Entrevistadas/os

Fonte: elaborado pelo autor

Em um primeiro momento, foram convidados Chisto e Pedro para a realização das entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado (Apêndice A). Tal roteiro foi construído com a finalidade de compreender a trajetória desses jovens dentro do movimento, bem como sua entrada e vínculo com a Pedreira Prado Lopes, além, é claro, de compreender o papel da militância em suas vidas, em especial no enfrentamento à pobreza e às opressões.

Já entre os educandos do cursinho popular, foram convidados para a entrevista mediada por autofotografia os três jovens mais frequentes no primeiro semestre. Destes, Perséfone e Ashley aceitaram, o terceiro, Victor, que é morador da comunidade não aceitou, ele chegou a dizer que “não estava acontecendo nada interessante na vida dele”. O convite a este último foi feito em um momento em que ele estava se afastando do cursinho em razão do trabalho que conseguiu, o que o impediu de assistir as aulas no segundo semestre.

O recurso da autofotografia (Neiva-Silva e Koller, 2002) foi adotado como um mediador das entrevistas com os educandos por oferecer um conjunto de elementos para a compreensão dos modos de vida dos jovens, bem como por favorecer que o “indivíduo veja a si mesmo de uma forma objetiva, algo importante para o desenvolvimento de seu autoconceito” (Cidade, 2012, p.36). Após o convite aceito, a instrução para a entrevista foi da seguinte forma:

Eu gostaria que você pensasse no seu dia a dia, em como é sua vida. Pensando nisso gostaria que os próximos 7 dias você tirasse 12 fotos de como é o seu cotidiano, seu dia a dia. Depois de uma semana eu vou pegar essas fotos com você, vou imprimi-las, aí nós vamos marcar uma conversa e falar sobre elas. Depois dessa conversa sobre as fotos nós vamos marcar uma segunda conversa pra preenchermos um questionário socioeconômico e para que possamos conversar de alguma coisa que não tenhamos conversado no primeiro encontro, mas que possa ser importante pra nós dois.

Até o momento da primeira entrevista, estava previsto um segundo encontro para aplicação de um questionário socioeconômico. Entretanto, passadas as entrevistas, a avaliação foi de que o questionário não caberia mais como instrumento de coleta de dados,

uma vez que os procedimentos anteriores forneceram informações suficientes para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa. Estes instrumentos estão relacionados com os objetivos específicos da pesquisa conforme Tabela 1, abaixo:

| <b>Objetivos Específicos</b>  | <b>Instrumentos metodológicos</b>                 |
|---|---|
| <b>Analisar modos de vida dos jovens envolvidos em ações do Levante Popular da Juventude;</b>                                   | Diário de Campo;<br>Autofotografia / Entrevistas. |
| <b>Compreender as estratégias de enfrentamento utilizando de categorias analíticas das implicações psicossociais da pobreza</b> | Diário de Campo;<br>Autofotografia / Entrevistas; |

**Tabela 3.** Objetivos específicos e instrumentos metodológicos.

Fonte: elaborado pelo autor

Por fim, as produções advindas do Diário de Campo e das Entrevistas foram analisadas segundo a técnica de Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2011; Gomes, 2013), com auxílio do *software* Atlas Ti 7.5.18. Após transcrição e leitura preliminar, os documentos foram anexados ao *software* em um mesmo projeto, permitindo o processo de categorização a partir dos objetivos da pesquisa e sustentado pelo seu regencial teórico. Após os primeiros esforços de categorização, optei pela divisão da análise em dois projetos, de forma que o primeiro abarca as categorias relacionadas aos modos de vida dos jovens (Cidade, 2012; Silva, 2014; Cidade *et al*, 2016). enquanto o segundo diz respeito aos processos de conscientização (Freire, 1979).

### **3. Pobreza – um problema social**

Neste capítulo, discuto sobre a construção do conceito de pobreza, partindo das concepções unidimensionais à elaboração das propostas multidimensionais. Trato as contribuições e limites da Abordagem das Capacitações (Sen, 2000), perpassando pelo debate sobre as estruturas sociais de produção e manutenção dos fenômenos da pobreza nos países latino-americanos, bem como defendo a necessidade de inserir análises das dimensões psicossociais em uma abordagem multidimensional da pobreza.

Neste sentido, a discussão está dividida em três seções. Na primeira discuto sobre as abordagens unidimensionais e multidimensionais da pobreza, enfatizando a Abordagem das Capacitações (Sen, 2000), que cuja influência está presente em diversos organismos internacionais (L.S. Siqueira, 2012). Na segunda seção, discuto as questões relativas à formação econômica e social dos países latino-americanos, em especial o Brasil, apontando questões estruturais produtoras e mantenedoras da pobreza e da desigualdade social. Esta discussão se dá centralmente a partir dos conceitos de colonialidade do poder (Quijano, 2000; Gonçalves, 2018, 2019) e capitalismo dependente (Fernandes, 1975a, 1975b; L.S. Siqueira, 2011). No terceiro tópico, debato a importância de a abordagem multidimensional da pobreza considerar a dimensão psicossocial deste fenômeno.

#### **3.1. Olhares sobre a pobreza: da abordagem unidimensional à abordagem multidimensional da pobreza**

A pobreza é tema comum nos debates políticos, no meio acadêmico e no cotidiano da sociedade. Apesar de haver um debate público sobre o assunto, a conceituação do termo varia dependendo do sujeito que o discute, o que pode ampliar ou restringir a compreensão e, consequentemente, as ações públicas de enfrentamento. Há minimamente um consenso de que este é um problema social, entretanto, como todo conceito, sua construção perpassa pelo ambiente e pelos jogos de poderes a que discussão está submetida (Accorssi, Scarparo e Guareschi, 2012).

Accorssi (2011) identifica duas linhas principais para a compreensão da pobreza, sendo: a) abordagens de pobreza absoluta ou de subsistência, e b) abordagens multidimensionais. Na primeira linha se encontra a leitura de que a pobreza está restrita às demandas biológico-alimentar, de maneira que o critério central é a renda necessária para

sanar essas necessidades, ou seja, trata-se da pobreza absoluta. Já na segunda, se concentram as abordagens que consideram outras dimensões da pobreza (Accorssi, 2011).

Nessa segunda linha, encontram-se leituras que caminham para considerar um número maior de facetas da pobreza, das quais Accorssi (2011) destaca a de: a) necessidades básicas; que mesclam critérios de renda e de acesso à serviços públicos; b) pobreza relativa: onde a pobreza é definida em relação ao contexto social, de tal forma que ser pobre significa não obter determinados produtos ou condições que impedem o indivíduo de ocupar posições que a sociedade espera dele; e, c) privação de capacidades: para qual a pobreza é a privação das capacidades do sujeito. Abordarei esta última perspectiva mais à frente.

Similar a Accorssi (2011), Moura Júnior, Cidade, Ximenes e Sarriera (2014) também identificam duas perspectivas centrais para a análise da pobreza, sendo estas as abordagens unidimensionais e as abordagens multidimensionais. As abordagens unidimensionais são aquelas para qual a mensuração da pobreza depende do estabelecimento de uma linha de renda monetária mínima que institua a fronteira entre o pobre e o não-pobre. Os autores dividem esta perspectiva unidimensional entre quatro abordagens de mensuração, sendo: a) abordagem absoluta: na qual se estabelece um padrão mundial baseado na renda relacionado com a capacidade de aquisição (compra) de alimentos; b) abordagem relativa: nesta se estabelece um padrão de referência através da mediana de consumo de uma sociedade ou de um grupo, sendo a pobreza mensurada a partir da desigualdade de renda; c) abordagem subjetiva: na qual a linha de pobreza é estabelecida pelo sujeito a partir de sua vivência e contexto cultural; e d) abordagem administrativa: cuja a linha de pobreza é estabelecida por governos, geralmente fruto de estudos próprios, mas que podem utilizar de elementos das abordagens anteriores.

Por mais que haja diferenças entre essas quatro abordagens, todas analisam apenas a dimensão monetária. Cidade (2012) qualifica este tipo de abordagem sob o signo de Abordagem Monetária da Pobreza. Na análise da autora, uma abordagem da pobreza que se baseia apenas na renda, associa a pobreza a ausência da capacidade de consumo, conforme nos argumenta:

o consumo seria, do ponto de vista da Abordagem Monetária da Pobreza, caminho encontrado para obtenção de bem-estar individual por meio da satisfação de

necessidades pessoais. Quer dizer, o bem-estar individual é estimado em função da utilidade gerada por meio do consumo de mercadorias. (Cidade, 2012, p.45)

Identificar esta limitação das abordagens unidimensionais permitiu ao debate teórico avançar de maneira a acrescentar mais elementos na análise, de forma a melhor compreender e enfrentar este problema social. É neste sentido que organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passaram a adotar uma visão multidimensional da pobreza (Narayan, 2000; Accorssi, 2011; Accorssi et al, 2012; L.S. Siqueira, 2011, 2012 ), que inclui questões relativas a participação política dos pobres (Narayan, 2000).

Nos debates sobre a pobreza multidimensional, se destacam as contribuições da chamada Abordagem das Capacitações (Sen, 2000; Moura Junior et al, 2014). Essa abordagem está inserida na proposta de economista indiano Amartya Sen (2000) para a compreensão do desenvolvimento humano. O pensamento deste economista é um dos mais influentes nas formulações sobre a pobreza multidimensional dos organismos internacionais (L.S. Siqueira, 2012).

Sen (2000) defende a impossibilidade de compreender o desenvolvimento humano apenas pela mensuração do desenvolvimento econômico, da geração de riqueza e do desenvolvimento tecnológico de determinada sociedade. Propõe que estes elementos sejam considerados parte de um escopo maior de questões a serem observadas para a análise do desenvolvimento humano. Sua proposta é compreender o desenvolvimento como processo de expansão das liberdades reais que os indivíduos desfrutam. Ou seja, para Sen (2000) a realização da liberdade, centralmente da liberdade individual, é a finalidade do desenvolvimento, bem como seu fator de referência.

Neste sentido, para a perspectiva de Sen (2000), a pobreza é a privação das capacidades do indivíduo de exercer sua liberdade de combinar as alternativas possíveis para levar a vida de acordo com aquilo que este valoriza. O autor argumenta que há liberdades substantivas, que são componentes constituintes do desenvolvimento, das quais destaca a liberdade de participação política, o acesso à educação básica, à assistência médica, dentre outros elementos dos quais inclui também o acesso a mercados. Tal acesso aos mercados, para Sen (2000), é um meio pelo qual o indivíduo pode exercer sua liberdade, o autor argumenta que se aumenta a liberdade de trabalhadores ao libertá-los do que chama de

relações trabalhistas pré-capitalistas e inseri-los mercado de trabalho capitalista. Compreende-se que a Abordagem das Capacitações avança no

[...] entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. (Sen, 2000, p. 112)

Ao fazer esse giro na compreensão da pobreza, a Abordagem das Capacitações não deixa de considerar o elemento da renda em sua análise, o que faz na realidade é considerar a renda como mais um dos elementos, mais um dos meios, que influem sobre a capacidade dos indivíduos de exercer suas liberdades. O que Sen (2000) nos mostra é que o simples estabelecimento de uma linha de renda não é suficiente.

Ao colocar a renda como um elemento de análise, Sen (2000) demonstra, por exemplo, que a pobreza relativa de renda (ser pobre em um país rico) pode resultar em privação de capacidades, mesmo quando a renda auferida pelo indivíduo é superior ao padrão mundial de pobreza absoluta, uma vez que renda necessária para acessar os bens valorizados nesta comunidade (smartphones, computadores, pacotes de internet, etc) tende a ser superior. Outro exemplo explorado pelo autor é o fato de que apesar de os negros estadunidenses auferirem mais renda que chineses, a expectativa de vida desses últimos é maior, ou seja, há elementos além da renda que privam os primeiros de viver<sup>12</sup>.

Um terceiro exemplo apresentado por Sen (2000) é o de pessoas doentes e idosas, que terão mais dificuldade de converter suas rendas em capacidade, uma vez que parte desta está comprometida com despesas médicas. A entrevistada Perséfone ilustra tal situação, ao contar sobre seu pai, que se encontra em sofrimento mental e já teve de abandonar a medicação por falta de recursos financeiros:

O meu pai tem depressão, toma muito remédio. E ele já teve crise de, é, a última crise que ele teve foi. Ele teve uma crise né, em novembro, dezembro de 2017. Foi no ano da minha formatura. Ele não foi na minha formatura porque ele tava ainda tentando se recuperar dessa crise. Ele ficou estado cataco...catatônico de... Eu não sei se deu no cérebro dele, qual foi a pane, mas é relacionado à depressão, enfim. Ele tinha parado um tempo de tomar remédio, por dinheiro mesmo, comprar os remédios, muito caro. (Perséfone, 2019)

---

<sup>12</sup> Está informação deve ser considerada no contexto de publicação da obra, não se tratando de uma informação atualizada.

Perséfone conta que o pai passava o dia sentado na mesma posição por 12 horas, sendo que seus únicos movimentos eram o de mudar a posição das pernas. Este caso ilustra o exemplo de Sen (2000): uma vez que o pai da entrevistada tinha sua renda comprometida na compra medicamentos e, sem acesso à assistência médica, abandona o uso dos fármacos, o que pode ter sido um fator para a o agravamento do sofrimento mental. Por sua vez o agravamento pode se tornar um fator que o impede de trabalhar, e, portanto, sua renda é novamente comprometida. Destaco que o pai da entrevistada tem 72 anos, é aposentado, mas ainda necessita trabalhar como mecânico para alcançar a renda necessária para atender suas demandas.

A Abordagem das Capacitações nos mostra é que a dimensão da renda, apesar de importante, não é o único elemento provocador de privações. A partir da abordagem proposta por Sen (2000) e com o reconhecimento da pobreza, enquanto um fenômeno multidimensional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento elaborou o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que engloba e substitui o Índice de Pobreza Humana (Cidade, 2012). Como nos mostra esta autora, o IPM é compreendido em três dimensões, sendo estas a educação, a saúde e o padrão de vida, pelas quais se dividem 10 indicadores de forma que para ser considerado em pobreza multidimensional o indivíduo deve estar em privação de 2 à 6 dos indicadores. Na dimensão da Educação são: anos de estudo, e matrícula das crianças; na dimensão da Saúde são: mortalidade e nutrição; na dimensão Padrões de Vida são: eletricidade, sanitários, água, piso, combustível para cozinhar, e bens domésticos.

Estas contribuições de Sen (2000; 2001) foram de fato fundamentais para o debate da pobreza multidimensional e da desigualdade social. Entretanto sua teoria não está a salvo de contradições e limites. Por mais que sua abordagem compreenda a pobreza como um fenômeno complexo e relacional, o autor pouco explora as dinâmicas estruturais da pobreza e da desigualdade social, o que significa dizer que pouco explora suas origens e como tal situação é mantida (Moura et al, 2012).

Como afirmado, a Abordagem das Capacitações é influente nas concepções adotadas por organismos multilaterais. Por mais que sejam concepções multidimensionais, ainda são insuficientes na análise por adotar perspectivas individualizantes e fortemente influenciadas pela agenda neoliberal (Accorssi *et al*, 2011; L.S. Siqueira, 2011, 2012). São estes

organismos, com estas concepções, que influenciam as elaborações de políticas sociais de enfrentamento a pobreza nas agendas dos governos pelo mundo (L.S. Siqueira, 2012).

Além das fragilidades na discussão sobre questões estruturais, é importante destacar a necessidade de incluir as dinâmicas ideológicas e psicossociais em uma análise multidimensional da pobreza (Moura et al, 2012; Cidade, Moura Júnior & Ximenes, 2012). As condições de pobreza afetam o desenvolvimento da subjetividade (Guzzo, 2016), uma vez que o psiquismo é construído por meio das relações com os outros, mediadas pela cultura (Vygotsky, 1982/2004). Ao abordar a formação do psiquismo, não pretendo discutir as implicações do desenvolvimento neurológico e cognitivo nas experiências em condições de pobreza. No entanto, é importante ressaltar que não adoto perspectivas biologicistas que, no passado, foram utilizadas para naturalizar elementos sociais e perpetuar a ideia de inferioridade das pessoas em situação de pobreza e dos povos em países de capitalismo dependente.

É importante destacar que ao apontar esses limites da Abordagem das Capacitações, não estou discordando de suas contribuições. Pelo contrário, trazer as contribuições da Abordagem das Capacitações amplia o leque de dimensões analisadas pela perspectiva multidimensional. No próximo tópico, abordo algumas questões que contribuem para essa ampliação. Em seguida, discuto elementos da formação social e econômica dos povos latino-americanos. Posteriormente, na seção subsequente, discuto a importância de incluir as questões psicossociais em uma abordagem multidimensional da pobreza.

### **3.2. Pobreza e desigualdade social: pensar sua produção a partir da colonialidade do poder e do capitalismo dependente**

A desigualdade social é pouco pensada a partir das questões de classe na obra de Sen (2000, 2001). O autor defende que a desigualdade é uma condição irremovível dada a diversidade humana, e que a compreensão do fenômeno tem que ir além das desigualdades baseadas na propriedade dos meios de produção. De fato, não discordo do autor que elementos como origem, sexo, gênero e raça são definidores de desigualdades e de privações aos indivíduos (Sen, 2001). Entretanto ao não considerar estes elementos vinculados e operacionalizados pelo capital, no modo de produção capitalista, abre-se espaço para um grande relativismo (L.S. Siqueira, 2012). Sobre esta questão L.S. Siqueira (2012) afirma,

A concepção de desigualdade do autor vincula-se à desigualdade de oportunidades e da privação de necessidades básicas. A desigualdade é pensada individualmente, centrada no indivíduo e na ausência de condições básicas de sua existência (acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, à alimentação etc.), únicos elementos capazes de serem proximamente iguais entre os indivíduos empiricamente tão diversos. (p.362)

Ao aprofundarmos nossa análise sobre a origem e perpetuação da pobreza, é crucial considerar a relação entre capital e trabalho como um elemento fundamental. Afinal, as demais desigualdades geradoras de privação são operacionalizadas entorno do capital. Um exemplo disso é o processo colonizador do continente americano, que permitiu o surgimento do capitalismo como modo de produção (Quijano, 2000). Esse processo não apenas estabeleceu diferenciações raciais, mas também articulou o patriarcado ocidental com as diferenças de gênero presentes nos povos pré-coloniais do continente, contribuindo para a consolidação do poder colonial e a acumulação primitiva de capital (Gonçalves, 2016). Portanto, ao analisarmos a pobreza, é essencial considerar a relação entre capital e trabalho, bem como as dinâmicas coloniais e as desigualdades estruturais que são resultado desse processo histórico.

É cabível compreender que a pobreza é a materialização da desigualdade, gerada em um sistema onde a riqueza sai das mãos de quem trabalha e se concentra nas mãos de quem detém os meios de produção (Guzzo, 2016). Portanto, a pobreza é um conceito que só pode ser compreendido de forma relacional e dialética. Só existe pobreza num universo simbólico e material onde exista a riqueza, há uma inegável relação dialética entre pobreza e riqueza (Guzzo, 2016). Desta forma, a pobreza deve ser entendida enquanto componente que não surge pelo acaso, mas sim por uma sociedade que se reproduz em uma relação de dominação e conflitos de polos sociais distintos.

Uma análise da pobreza que compreenda sua relação com o modo de produção capitalista, não se restringe a imagem distorcida e simplificadora de que a compreensão da realidade esteja restrita às relações trabalhistas no interior de uma fábrica. Na verdade, considerar o modo de produção na análise nos permite caminhar rumo ao entendimento da complexidade do mundo capitalista, o que inclui compreender as condições históricas da formação social e econômica latino-americana.

Compreender este lugar destinado à América Latina na divisão internacional do trabalho, dirigida pelo processo/projeto colonizador da modernidade burguesa europeia, nos permite compreender a formação dos povos latino-americanos, nossas contradições e potencialidades. Ao fazer tal análise não restrinjo à uma esfera economicista, no sentido monetarista, embora acredito que esta também é necessária.

Assim, cabe compreender que no Brasil e nos demais países latino-americanos a pobreza, o desemprego e as privações das mais diversas ordens são instrumentos atuais da dominação que mantém a desigualdade e a extrema estratificação social, seguindo a tendência inaugurada pela relação de opressão entre colonizadores e colonizados (Cidade, 2012). Ou seja, as estruturas sociais, a relação de classes e a conformação social e econômica dos povos latino-americanos, tanto internamente a esses países quanto em sua relação com os países do capitalismo central, não são meras heranças de um passado de colonização, afinal a dominação externa não finda com os processos de independência formal-institucional frente aos colonizadores europeus (Fernandes, 1975). Creio que esta questão perpassa pela discussão sobre a colonialidade do poder e o capitalismo dependente, que apresento a seguir.

### ***3.2.1. Colonialidade do poder***

A colonização do continente americano representa o surgimento de um novo sistema global de poder conhecido como colonialidade do poder, conforme descrito por Quijano (2000). Esse conceito descreve a forma como o poder se organiza em nível mundial pela primeira vez, a partir do processo de colonização do continente americano pela Europa. Segundo o autor, esse novo sistema de poder é baseado em três eixos fundamentais. O primeiro é a produção da ideia de raça e a implementação de um sistema global de identificação com base nesse conceito. O segundo elemento é o controle do trabalho, no qual diferentes formas de controle são estabelecidas em torno do capital. Por fim, há o eurocentrismo, que representa a racionalidade específica desse sistema de poder.

Em semelhança, Gonçalves (2016) concebe a colonialidade do poder como sendo,

uma estrutura dinâmica formada a partir da articulação de eixos fundamentais. Para compreender a lógica de dominação e exploração próprias a esse padrão de poder e subvertê-la (descolonialidade) é necessário conhecer seus eixos estruturadores e as formas de articulação entre eles. São eles: o racismo, controle do trabalho, dominação de gênero, colonização da natureza e pensamento eurocêntrico (p. 401)

O racismo parte de, e ou ao mesmo tempo é, a criação do conceito de raça baseado em traços fenotípicos que cumprem a função de justificar a disputa territorial (Gonçalves, 2016) no processo colonizador. Surge, enquanto sistema classificatório mundial (Quijano, 2000), em que os diversos povos colonizados originários da América são unificados na identidade de índios, os povos colonizados e escravizados do que viria a ser chamado de África são unificados em torno da de negros, e aos filhos gerados por estes povos entre si e para com os colonizadores é destinada a identidade de mestiços (Quijano, 2000).

Ao criar este processo de identificação na América, o colonizador constrói também a sua identidade, a de europeu, português, espanhol, entre outras, que deixam de ser signos que descrevem local de origem para ser de raça (Quijano, 2000). Estes signos tornam-se assim descritores e elemento de ontogenia do ser, assim como as anteriores, mas que difere destas pois é marcada pela superioridade do colonizador. Dessa forma, a branquitude é criada para servir de referência a todos, como marca da superioridade (Gonçalves, 2016).

Cabe ressaltar que esta marca não é imposta somente aos povos colonizados no continente americano e africano, mas a todos os povos do mundo, embora sempre de maneira diferente. A exemplo, o padrão de dominação sobre a Ásia difere dos demais continentes, realizou-se de tal forma que foi possível a esses povos preservarem parte de sua história e herança cultural, sem deixar, contudo de serem inseridos nesta organização do poder em lugar de inferioridade, ocupando-o assim a partir do signo de orientais, construído como inferior aos ocidentais (Quijano, 2000) pela branquitude.

As relações de gênero também são um dos eixos estruturantes da colonialidade do poder (Gonçalves, 2016; 2019). Contudo, há neste ponto um debate na literatura quanto a existência ou não de relações patriarcais nas sociedades do mundo pré-colonial (Gonçalves, 2019). Conforme o autor argumenta, esse debate se dá entre àquelas/es que advogam a existência entre os povos ameríndios pré-coloniais de um patriarcado de ordem distinta do patriarcado colonial, e àquelas/es que defendem que apesar da existência de diferenças baseadas em gênero entre tais povos, estas eram construídas de maneira complementar.

Por sua complexidade, este debate exige aprofundamento em outra oportunidade e em futuras pesquisas. Ao momento, sigo a conclusão de Gonçalves (2019) de que é possível perceber que após o processo colonizador “se estruturou uma agudização das desigualdades

de gênero e que essas desigualdades passaram a operar em conjunto com a hierarquia racial” (p.70).

O terceiro eixo da colonialidade do poder é a relação com a natureza (Gonçalves, 2016), com a construção de uma concepção específica de natureza que sustenta uma série de relações de poder. Nesta concepção, é estabelecida uma distinção para com os elementos não-humanos que constituem os ecossistemas, inserindo-os em um processo de mercadorização por onde são considerados como meras matérias-primas ou produtos animais (Gonçalves, 2016). Para Gonçalves (2019), esta ideia de relação com a natureza produziu ao longo de cinco séculos de colonialidade, especialmente na América Latina, empreendimentos predatórios gigantes como exploração de monoculturas (cana-de-açúcar, café, soja), a hipermineração a céu aberto, bem como empreendimentos de infraestrutura com grandes impactos socioambientais.

Há ainda que se considerar que sob essa ideia de natureza se mesclam os eixos do racialismo e das relações de gênero. Destinando aos negros, índios, mestiços e mulheres um lugar inferior ao atribuí-los uma posição mais próxima à natureza, enquanto o homem e branco ocupam a posição de humanidade. Nesta linha, Gonçalves (2016) argumenta,

Portanto, além de um espaço biofísico, a natureza é também entendida como um lugar existencial que entra na lógica hierárquica própria à colonialidade do poder. Nesse sentido, gêneros e raças considerados inferiores estão associados a uma noção de proximidade ou fusão com a natureza, sendo portadores de uma “animalidade” e de um “descontrole” próprios da vida “selvagem”. Assim, são seres humanos que carregam características mais “naturais”, portanto inferiores e, em última análise, não humanas. (p. 403)

Outro elemento central para a colonialidade do poder é o controle do trabalho (Quijano, 2000; Gonçalves, 2016, 2019;). Conforme nos mostra Gonçalves (2016), introduziu-se no continente americano relações de trabalho baseadas nas diferenciações raciais: os negros foram escravizados, os índios servilizados, e os brancos destinados os postos de comando e autoridade, bem como de atividades assalariadas e livre empreendimento (Quijano, 2000; Gonçalves, 2016). Na verdade, o controle do trabalho vai além de suas manifestações nos territórios colonizados, pois estes estão em relação para com os países colonizadores. Este modelo de organização do trabalho nas colônias serviu para a produção de excedente e riqueza enviadas às metrópoles. Em outras palavras, eram voltadas ao mercado mundial nascente, afinal a colonização é um capítulo do desenvolvimento do

comércio europeu (Prado Júnior, 1994) e uma forma específica de acumulação primitiva de capital (Lacerda Júnior, 2013), que permitiu a consolidação do capitalismo industrial europeu.

Assim, a escravidão, a servidão e demais formas de controle do trabalho, que são vistas, do ponto de vista eurocêntrico e na leitura liberal de Sen (2000) como organizações pré-capitalistas, foram na verdade reorganizadas em torno da relação capital-salário que se constituía dominante na Europa (Quijano, 2000). Neste sentido, as reformas liberais de abertura do mercado que Sen (2000) defende como essenciais para constituição da liberdade de ação dos trabalhadores não estão os livrando de formas de controle de trabalho pré-capitalistas, uma vez que o processo colonizador organizou tais formas em torno do capital.

É evidente que não se pode justificar a defesa reacionária da preservação dessas formas de trabalho diante das reformas que visam garantir o emprego assalariado. De fato, em comparação com a escravidão e a servidão, o trabalho assalariado representa uma forma de trabalho que amplia a liberdade dos trabalhadores. O essencial aqui é ressaltar que a escravidão e a servidão foram organizadas pelos colonizadores como meios de controlar o trabalho em prol do capital europeu. Essa constatação proporciona uma melhor compreensão da estrutura de poder global oriunda da colonialidade, bem como do lugar reservado aos povos colonizados dentro dela. Além disso, também aponta para as razões que explicam a existência, nos dias atuais, de uma superexploração da força de trabalho no Brasil e em outros países latino-americanos (Luce, 2018).

Por fim, tratemos do último ponto, a epistemologia eurocêntrica, a racionalidade que organiza todos os elementos anteriores mencionados. O que a racionalidade eurocêntrica faz é construir relações intersubjetivas que inferiorizam todas as formas de organização do conhecimento dos povos colonizados (Gonçalves, 2016). Para tal organiza e reconfigura a história, desprezando os avanços tecnológicos de outras civilizações, categorizando estes povos como mítico-mágico, jogados na irracionalidade e mais próximos da natureza, ao mesmo tempo que resguarda para si o lugar da racionalidade e da modernidade (Quijano, 2000).

A história é, portanto, linearizada e o branco, europeu e ocidental, bem como sua cultura, é tido como ápice do processo evolucionário da humanidade. Tal movimento remove

e rebaixa a cultura dos povos colonizados, extraindo sua humanidade (Gonçalves, 2019). Em suma, como demonstra Quijano (2000),

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (p. 121)

À luz dessa análise sobre a colonialidade do poder, é possível compreender que o processo de colonização do continente americano permitiu à Europa estabelecer uma nova forma de organização do poder, na qual ela própria, sua cultura e seu modo de produção são apresentados como superiores em termos de humanidade. No entanto, embora estejamos sujeitos ao eurocentrismo, à branquitude e ao capitalismo, é importante compreender que, sem abandonar esses elementos, a forma atual de dominação global tem como epicentro uma ex-colônia europeia, os Estados Unidos, que desempenha o papel de líder na modernidade derivada da colonialidade do poder eurocêntrico.

No século 20, os Estados Unidos tornam-se o protagonista central dessa nova forma de dominação global: o imperialismo estadunidense<sup>13</sup> (Fernandes, 1975; L.S. Siqueira, 2011). Mas como é possível que na atualidade uma ex-colônia do continente americano ocupe a posição de potência dirigente do capitalismo, ao mesmo tempo que às ex-colônias latino-americanas é destinado um lugar de subordinação e dependência?

Quijano (2000) sinaliza parte da resposta a esta pergunta ao argumentar que a hegemonia branca presente na formação social estadunidense é o fator que permitiu que aquela ex-colônia alcançasse um processo de democratização da sociedade e a constituição de um Estado-Nação moderno, ambos nos termos eurocêntricos. Em contraste, o autor argumenta que é justamente a diversidade racial presente nos países latino-americanos, como

---

<sup>13</sup> Sobre este conceito, adoto neste texto a visão marxista-leninista, para qual o termo Imperialismo é usado para descrever o estágio superior de desenvolvimento capitalista, que é o capitalismo monopolista (L.S. Siqueira, 2011). Como ressalta a autora, essa fase do capitalismo se distingui das anteriores “pelo controle da concorrência entre empresas e do domínio da economia mundial por um pequeno grupo de monopólios e oligopólios.” (p.12).

o Brasil, que impede a consolidação nestes de um estado nacional, uma vez que suas elites brancas não renunciam a seus privilégios nem lançam mão de um processo democratizante e descolonizador, produzindo assim estados fracos e movidos pela lógica colonial. Não discordo desse argumento de Quijano (2000); a questão racial é, de fato, um elemento central. No entanto, acredito que só podemos compreendê-la na formação social dos povos latino-americanos, especialmente no Brasil, se partirmos do pressuposto de que o processo de colonização do continente americano ocorreu de maneira diferente entre as diversas colônias.

Para compreender a formação distinta dos povos das ex-colônias, torna-se necessário compreender que há sentidos de colonização distintos (Prado Júnior, 1994). Prado Júnior (1994) argumenta que a formação de todo povo, visto à distância, tem um certo sentido compreendido a partir da observação de um conjunto de fatos e acontecimentos, tanto estranhos a ele quanto por transformações internas. Tais elementos, ao serem analisados em conjunto, sem se perder pelos por menores, demonstram um certo sentido, formando “uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa mesma direção” (p.19).

No esforço de compreender esta linha mestra na formação social do Brasil, Prado Júnior (1994) se debruça no debate sobre os sentidos de colonização que vigora sobre o continente americano. Assim, com a compreensão de que o processo de dominação externa e de formação social desses povos é distinto (Prado Júnior, 1994; Fernandes, 1975; Quijano, 2000), cabe então identificar a linha mestra de cada um, o seu sentido de colonização, que assume duas grandes formas: colonização de povoamento e colonização de exploração (Prado Júnior, 1994).

Por mais que o processo de colonização não passasse de, em primeiro momento, um incidente da expansão do comércio europeu, logo os colonizadores perceberam que no novo continente não havia atrativos comerciais produzidos pela população nativa, de forma a surgir a primeira ideia de povoamento, levando o colono branco a trazer certo contingente de europeus com finalidade de administrar seus negócios, que neste momento inicial era puramente extrativista de peles, madeira e pedras preciosas (Prado Júnior, 1994). Segundo o autor, é com o acirramento das tensões políticas e religiosas na Europa que o novo continente passa a ser visto por outros olhos. Os conflitos religiosos com protestantes, bem como o início do desenvolvimento da indústria e a reorganização interna na Inglaterra que levaram a

migração em massa de campos para as cidades, impulsionam uma onda de migração para o continente colonizado, sobretudo para as zonas temperadas, em especial onde hoje são os Estados Unidos e o Canadá. Estes imigrantes, refugiados dos conflitos europeus, buscaram na América a reconstrução de sua vida sendo que, com pouca inovação, estes povos nada mais são do que a reprodução e continuidade do continente europeu em território americano (Prado Júnior, 1994; Ribeiro, 1995). É este tipo de colonização nas zonas temperadas que são do tipo colonização de povoamento.

Nas zonas tropicais e subtropicais o empreendimento colonizador tomou outro rumo. Estas áreas, de clima e natureza muito diferente da Europa, não foram atrativas para os colonos refugiados, estes quando para lá iam tão logo fosse possível migravam para as zonas temperadas (Prado Júnior, 1994). Como nos mostra o autor, o colono branco se dirigiu a estas regiões, dentre elas o Brasil, para ocupar posto de dirigente de empreendimentos, com mão de obra escravizada e servilizada. O objetivo desta colonização era de exploração, não havia ali nenhuma finalidade de construir povo (Ribeiro, 1995), aqui não se vislumbrava nada mais do que a produção de mercadorias para atender o mercado europeu, como nos afirma Prado Júnior (1994):

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde outro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (pp.31-32)

Esta centralidade na atenção aos interesses externos é marca constitutiva da formação econômica e social dos povos latino-americanos, em especial das classes dominantes, de tal forma que a resolução dos problemas internos é indissociável das relações com os interesses externos. Questões como a pobreza e as desigualdades não são resolvidos sem que se rompa com este elemento estrutural, uma vez que a pobreza e as desigualdades são também instrumentos de dominação. Toda mudança social que não rompa com esta dominação é rapidamente limitada, como poderá ser visto na discussão sobre capitalismo dependente brasileiro, construída na próxima seção

### ***3.2.2. Desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil***

Os apontamentos de Caio Prado Júnior (1994), Florestan Fernandes (1975a; 1975b) e Darcy Ribeiro (1995) sobre o tipo de colonização, sinalizam que o povo brasileiro se forma como uma massa miscigenada explorada por uma elite voltada para fora e para o atendimento de interesses externos. Mesmo a revolução burguesa brasileira não seguiu o caminho das revoluções burguesas europeias e da estadunidense, que era o caminho da revolução nacional e democrática (Fernandes, 1975b). Por aqui, a burguesia se desenvolveu em torno da aristocracia e das oligarquias, em pouca contradição com estas, de forma que a aristocracia agrária se encontra no cerne do desenvolvimento capitalista brasileiro (Fernandes, 1975b; L.S. Siqueira, 2011). Como nos mostra estes autores, um capitalismo periférico e com relação de dependência para com os países de capitalismo central.

L.S. Siqueira (2011), baseando-se nas contribuições de Fernandes (1975b), argumenta que o capitalismo brasileiro se consolida em três fases. A primeira fase a de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno, é propriamente a fase de transição entre o colonialismo e o capitalismo, com o processo de surgimento da industrialização, da burguesia nacional e da progressiva substituição do escravismo pela relação capital-trabalho em território brasileiro (L.S. Siqueira, 2011). A fase seguinte compreende o período de emergência da expansão do capitalismo competitivo, que compreende o período de industrialização, impulsionado especialmente a partir da Revolução de 30. Trata-se de uma industrialização dependente, estimulada desde o estrangeiro e voltada para as demandas do mercado externo, processo que também permitiu “um acúmulo de riqueza a ponto de haver processos de financeirização e venda de capitais, criando as condições para o período subsequente” (L.S. Siqueira, 2011, p.35).

Por fim, L.S. Siqueira (2011) aponta a terceira fase como a de deflagração do capitalismo monopolista, iniciada ao fim da década de 1950 e consolidada com o golpe de 1964. Essa fase é caracterizada pela financeirização e a consolidação de impérios e grandes corporações, vinculadas principalmente ao capital estrangeiro (L.S. Siqueira, 2011). Com os governos militares, as grandes corporações ganharam cada vez mais espaço, beneficiadas pela política de ‘modernização institucional’, consolidando o capitalismo monopolista (L.S. Siqueira, 2011) e o processo de revolução burguesa no país (1975b).

Assim, a dominação burguesa no Brasil, como mostra Fernandes (1975b), é exercida por uma burguesia ultraconservadora e reacionária, para qual as instituições democráticas das revoluções burguesas europeias só servem de verniz. Fato é que esta burguesia sempre buscou e busca manter sua dominação abrindo espaços apenas para uma oposição controlada. Por mais que as contradições entre setores da elite por vezes abriram espaço para lutas e aspirações camponesas e operárias (Lacerda Júnior, 2019) e permitiram conquistas para a classe trabalhadora como a Consolidação das Leis Trabalhistas (L.S. Siqueira, 2011), estes nunca conseguiram impor suas demandas. O golpe cívico-militar de 1964 garantiu a integração do Brasil ao sistema capitalista mundial sob o imperialismo estadunidense, o fechamento do regime para as lutas populares (Lacerda Júnior, 2013) e o sepultamento da esperança de uma ‘burguesia nacional’ (L.S. Siqueira, 2011).

A sociedade brasileira enfrenta assim uma situação similar a dos demais países latino-americanos, o país possui estruturas econômicas, socioculturais e políticas que capazes de absorver as transformações do capitalismo, enquanto de outro lado a dominação externa estimula as modernizações, mas impede o desenvolvimento autônomo (Florestan, 1975a). Portanto, é plenamente possível ao imperialismo estimular o desenvolvimento de forças produtivas e setores econômicos nos países latino-americanos, mesmo que as custas de autoritarismos e violências, uma vez que o objetivo é se apropriar das benesses da acumulação de capital por parte dos países dependentes (Fernandes, 1975b). O capitalismo brasileiro é, portanto, um capitalismo oligárquico e dependente (L.S. Siqueira, 2011). Sendo que,

A Burguesia brasileira opta por mudanças graduais e adaptações ambíguas, polarizada por preocupações particularistas. De outro lado, a influência modernizadora externa não ultrapassava os limites da criação de uma economia capitalista satélite, para não estimular sonhos de independência (p. 39)

Lacerda Júnior (2019) argumenta que o Brasil é constituído por dois processos sociais predominantes, sendo o primeiro a já mencionada dependência, e, ao seu lado barbárie. A constituição de uma burguesia violenta e autocrática (Fernandes, 1975b) garante a barbárie como desintegração para dentro, uma vez que as demandas populares são tratadas a partir da violência, do controle da oposição, da estruturação das classes operárias à partir das relações escravistas, do mando das oligarquias e da construção de um Estado que serve à esses

interesses em detrimento dos interesses nacionais e populares (L.S. Siqueira, 2011; Lacerda Júnior, 2019).

O processo de dependência e barbárie se intensifica à medida que a agenda neoliberal avança sobre o Brasil. O neoliberalismo é uma teoria econômica que surge como resposta à crise econômica na década de 1970, tendo como seus principais difusores os governos estadunidense de Regan, e o britânico de Thatcher (L.S. Siqueira, 2011). Como mostra esta autora, o neoliberalismo se baseia na retração do gasto público, isenção fiscal, juro alto e política cambial. No Brasil, o receituário foi adotado a partir da década de 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, privilegiando uma política de privatização de empresas públicas, desregulação de atividades econômicas e corte nos gastos de política social (L.S. Siqueira, 2011).

Um elemento central do neoliberalismo é a desregulação das relações trabalhistas. Afinal, é um modelo econômico que exige flexibilidade e dinamismo. Assim, avança-se sobre a regulação trabalhista, em todo o mundo os empregos estáveis e carreiras de longo prazo serem substituídas pela terceirização e por empregos temporários (Alonso & Rodríguez, 2009), os salários e benefícios são corroídos dando lugar à remuneração por meta de trabalho, e a grande fábrica fordista substituída pela produção em redes de subcontratação (Antunes & Druck, 2015). O exemplo mais recente e marcante de adoção da perspectiva neoliberal sobre a regulação dos direitos trabalhistas é a Reforma Trabalhista do governo Temer, através da aprovação da Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017 (Brasil, 2017).

Estas reflexões permitem afirmar que a pobreza e a privação não são um incidente, em especial num mundo superprodutivo como o que vivemos. A pobreza é, na América Latina, uma ferramenta da dominação (Cidade, 2012) que nasce no processo de colonização do nosso continente (Quijano, 2000; Prado Júnior, 1994). Portanto, a pobreza e as privações só podem ser compreendidas se tomarmos nossa formação como povos de países dependentes, com elites subordinadas aos interesses estrangeiros, autocráticas e violentas frente às demandas das massas (Fernandes 1975b; Ribeiro, 1995).

Frente a esta formação, nenhuma das reformas que Sen (2000) postula como necessárias para expansão da liberdade se tornam realizáveis, ao menos não pelas marcas do liberalismo que o autor defende. Já está evidente que não há espaço no capitalismo

dependente pra tais reformas (Fernandes, 1975a, 1975b; Siqueira, 2011, 2012), não só pela falta de vontade das elites dos países submetidos à dependência, mas também pela imposição dessa condição pelos países do centro do capitalismo, que necessitam da existência de países dependentes.

Nas palavras de Ribeiro (1995) o povo brasileiro é “um povo em ser, impedido de sê-lo” (p. 453). Esta privação de construir-se povo talvez seja uma linha mestra das privações às quais nossa gente é submetida, compreender e enfrentar estas questões pode ser necessário para um real enfrentamento à pobreza.

### **3.3. A dimensão psicossocial da pobreza.**

Como já dito, a perspectiva multidimensional para análise da pobreza carece também de considerar as questões psicossociais (Moura Júnior et al, 2014). Apesar de romper com a perspectiva unidimensional, ao limitar a análise aos padrões de consumo e acesso a direitos, desiste-se de compreender as interrelações entre múltiplas dimensões da pobreza e a maneira que estas afetam o desenvolvimento da subjetividade (Guzzo, 2016). Neste sentido, no presente texto, entendo a dimensão psicossocial como àquela que “engloba aspectos simbólicos e materiais que estão inscritos tanto em práticas cotidianas, afetos e discursos” (Rodrigues *et al*, 2019 p.47) que sustentam os modos de vida. Afinal, a consciência e a experiência humana se constituem e desenvolvem num determinado conjunto de relações sociais, postas ao sujeito, mas não imutáveis a ele (Euzébios Filho e Guzzo, 2009).

Na seção anterior, observamos como os pilares colonização, da dominação e do desenvolvimento dependente são elementos constitutivos e atuais dos povos latino-americanos. Bem como constatamos que a compreensão da pobreza requer uma análise dessas dimensões estruturais. Ao explorar as dinâmicas psicossociais, percebe-se que é igualmente essencial observar essas dimensões. Conforme destacado por Euzébios Filho & Guzzo (2009), essa necessidade surge devido à impossibilidade de compreender o sujeito separado da História. Essa abordagem se encontra “fundada no princípio da unidade dialética entre subjetividade e objetividade, entre sujeito e objeto, entre consciência e realidade” (Euzébios Filho & Guzzo, 2009, p.36).

Tal princípio encontra consonância na Teoria Histórico-Cultural, que tem como maior expoente o psicólogo soviético Vygotsky. Neesa teoria a mediação do sujeito com o mundo

físico-social é feita por meio da atividade humana, “uma atividade com significado, própria dos seres humanos e de suas estruturas sociais” (Góis, 2005, p. 78). Ao agir sobre o mundo físico-social apropriamo-nos da cultura, e nos constituímos enquanto sujeitos (Góis, 2005; Rodrigues *et al.*, 2019). Para Vygotsky (1982/2004) o psiquismo do indivíduo se constitui por meio das relações com os outros membros de sua cultura compartilhada, e a linguagem desempenha um papel fundamental como ferramenta de mediação nesse processo. Através da linguagem, o indivíduo se apropria da realidade, transforma-a e a reconstrói internamente de maneira única (Góis, 2005, p.84).

Neste contexto, é essencial compreender o papel das ideologias, uma vez que elas são fenômenos culturais que atuam como ferramentas de mediação, influenciando as ações e perspectivas individuais (Vygotsky, 1982/2004). As ideologias desempenham um papel significativo na forma como interpretamos e compreendemos o mundo ao nosso redor, moldando nossos pensamentos, valores e comportamentos. Portanto, ao considerar a formação do psiquismo, é importante reconhecer o impacto das ideologias na construção da subjetividade e na interação com a realidade.

Com uma formação que se estrutura sobre o colonialismo, a dependência e a opressão, as sociedades latino-americanas são baseadas na marginalização, na violência e na repressão aos movimentos populares e libertários (Cidade *et al.*, 2012). Conforme estas autoras:

a pobreza está expressa em diversos âmbitos, seja na insuficiência de renda de uma significativa parcela da população latino-americana; nos governos geralmente centralizadores de riqueza; nas crenças que visualizam a pobreza como indigna, ruim e perigosa; ou na organização societária que anula as possibilidades de mudança das trajetórias dos indivíduos pobres (p. 89)

Esta desigualdade se sustenta em mecanismos ideológicos que responsabilizam os indivíduos por seus fracassos, individualizam questões sociais e alienam o sujeito de sua realidade concreta (Euzébios Filho & Guzzo, 2009). Dentre estes mecanismos ideológicos, está incluso, por exemplo, o da caridade cristã, construída e difundida através das ações de evangelização e caridade das organizações da Igreja Católica, ainda no período colonial (M.P.S. Siqueira, 2009). Neste ideário, a pobreza e a caridade andam juntas, de maneira que os pobres representam um objeto da ação caridosa que o socorre, ao mesmo tempo que anistia os pecados do socorrista (M.P.S Siqueira, 2009). Como demonstra a M.P.S Siqueira (2009) a caridade cumpre o papel político, garantido a fidelidade dos pobres aos doadores afortunados, e social, uma vez que fortalece a diferenciação de classes afortunadas.

Com o avanço da modernidade e do capitalismo como modo de produção, os mecanismos ideológicos também se fortalecem, indo além do ideário da caridade. A ideologia da caridade não é substituída, mas sim se mescla a outras, mantendo sua presença - inclusive entre os jovens, como relatado por Cidade (2012) e Cidade e Ximenes (2012). Nesse processo, as ideologias constroem uma visão em que o pobre é tido como fracassado, enquanto o rico é considerado vencedor (Euzébios Filho & Guzzo, 2009). Essas ideologias recebem um novo impulso com o advento do neoliberalismo, que intensifica a individualização das questões relacionadas à pobreza.

Na Psicologia latino-americana, as dimensões psicossociais da pobreza, da dominação e da opressão são objetos de análise e intervenção crítica desde o trabalho pioneiro de Martín-Baró, por meio da abordagem da Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 1998). Nas vivências dos povos latino-americanos

os significados estão constituídos como instâncias ideológicas que fornecem a base para o desenvolvimento do psiquismo, nota-se que há o reflexo psíquico dessa realidade de opressão e de submissão na vida dos mais pobres da América Latina. Eles assimilam posições servis, subalternas e fatalistas a partir da forma como são posicionados na sociedade a partir das ideologias dominantes. (Cidade et al, 2012, p. 95)

Portanto, é papel da psicologia identificar os traços ideológicos desde as estruturas sociais até sua influência sobre os indivíduos (Martín-Baró, 1998). Ao compreender os aspectos psicossociais, ampliamos nossa compreensão da pobreza e aperfeiçoamos as estratégias para enfrentá-la. A exemplo, a exploração de fenômenos como o senso de comunidade nos permite considerar as interrelações entre coletivos e experiências individuais (Moura Júnior et al., 2014).

Nas últimas décadas, diversos autores têm contribuído para esse debate sobre as implicações psicossociais, compreendendo elementos como crenças, sentimentos e comportamentos (Martín-Baró, 1998; Cidade, 2012, 2019) relacionados a vivências de humilhação e vergonha (Zavaleta, 2011; Estanislau & Ximenes, 2016), apoio social (Silva et al., 2016) e conscientização (Freire, 1989; Vieira & Ximenes, 2012). Esses temas serão discutidos em detalhes nos próximos capítulos.

Os elementos discutidos até aqui evidenciam a necessidade de uma perspectiva multidimensional sobre a pobreza, porém é importante tomar cuidado para evitar um relativismo sem fim nesse conceito. Accorssi et al. (2012b) argumentam que a agenda

neoliberal, defendida pelo Banco Mundial, emprega estratégias para impor suas políticas aos governos, especialmente em nações em desenvolvimento. Uma dessas estratégias, para a qual chamo a atenção, é a relativização do conceito de pobreza. Conforme apontam as autoras, a perspectiva multidimensional pode se tornar uma armadilha ideológica ao não conseguir mais nomear ou quantificar quem é considerado pobre (Accorssi et al., 2012b).

Para evitar esse relativismo, defendo que a pobreza multidimensional é um recorte teórico da desigualdade social e está intrinsecamente ligada ao modo de produção capitalista. Suas dimensões são amplas e algumas, como as ideológicas, afetam a todos, mas beneficiam alguns em detrimento de privar outros. Portanto, é importante mensurar as dimensões de renda, consumo e acesso a direitos, bem como compreender as dinâmicas comunitárias, ideológicas e psicossociais.

Utilizar esses dados para compreender quem está mais privado e pensar em políticas compensatórias e redistribuição de renda é necessário.

No entanto, não devemos limitar nossa compreensão da pobreza apenas a essas dimensões, nem depositar nossa esperança de superação da pobreza e desigualdade nas políticas compensatórias a elas vinculadas. Se não abordarmos as estruturas sociais em um movimento profundo de libertação, permaneceremos presos à desigualdade. Afinal, a tendência de concentração do capital é necessária para sua reprodução e ampliação, de modo que, mesmo que sejam oferecidas melhores condições de vida às populações, a desigualdade e a pobreza relativa de renda persistirão (L.S. Siqueira, 2011), perpetuando as relações de dominação.

#### 4. Modos de vida dos jovens

Entrar no campo de pesquisa sobre juventude não é uma tarefa simples, a começar mesmo pela definição do próprio conceito de juventude, afinal cada disciplina e abordagem teórica faz seus recortes e enfatizam distintas dimensões (Abramo, 2005) do que ela é e do que são os jovens. Estes recortes vão desde o anúncio da juventude e dos jovens como sujeitos apolíticos e apáticos, ao anúncio destes como sujeitos da inovação e da liberdade, constituindo-se como um campo de teorização e intervenção social em disputa (Mayorga, 2013).

Abramo (2005) afirma que se outrora as ciências abordavam a juventude como uma categoria homogênea, em especial por remeterem às experiências dos filhos as classes altas e médias, mais recentemente a comunidade acadêmica desenvolve uma atenção especial em se debater as juventudes no plural, anunciando as desigualdades e a diversidade da condição juvenil. Este movimento de pluralizar o conceito se apresenta como um processo que visa refletir a pluralidade das experiências juvenis, enfatizando as desigualdades existentes entre jovens de diferentes classes, raças, origens, gêneros e orientação sexual.

De fato, os pesquisadores brasileiros revelam tal preocupação, contudo, como apontam Negreiros *et al* (2018), mesmo com a pluralização do conceito prevalece na produção científica nacional a vinculação do tema com categorias como vulnerabilidade e risco. As autoras demonstram que o principal foco das pesquisas brasileiras são as experiências de juventudes das classes populares, o que sinaliza a sensibilidade dos pesquisadores brasileiros para com os segmentos vulnerabilizados da sociedade, mas que também pode produzir uma associação entre juventude, risco e vulnerabilidade (Negreiros *et al*, 2018).

As autoras apontam que tal possibilidade se tornou real, prevalecendo na literatura nacional a associação destes três conceitos, em especial na perspectiva do risco-perigo. Tal perspectiva, caracteriza-se na tendência em analisar a juventude associada aos comportamentos de risco, bem como em compreender as vulnerabilidades sociais, às quais os jovens de classes populares vivenciam, como produtores de risco. Neste sentido, as autoras alertam

fazer uma associação direta dessas três categorias tende a ratificar a visão de jovens das camadas populares como problema social e desvia o debate sobre suas condições

de vida e sobre a violação de direitos a qual são vítimas cotidianamente. (Negreiros *et al.*, 2018, p.30)

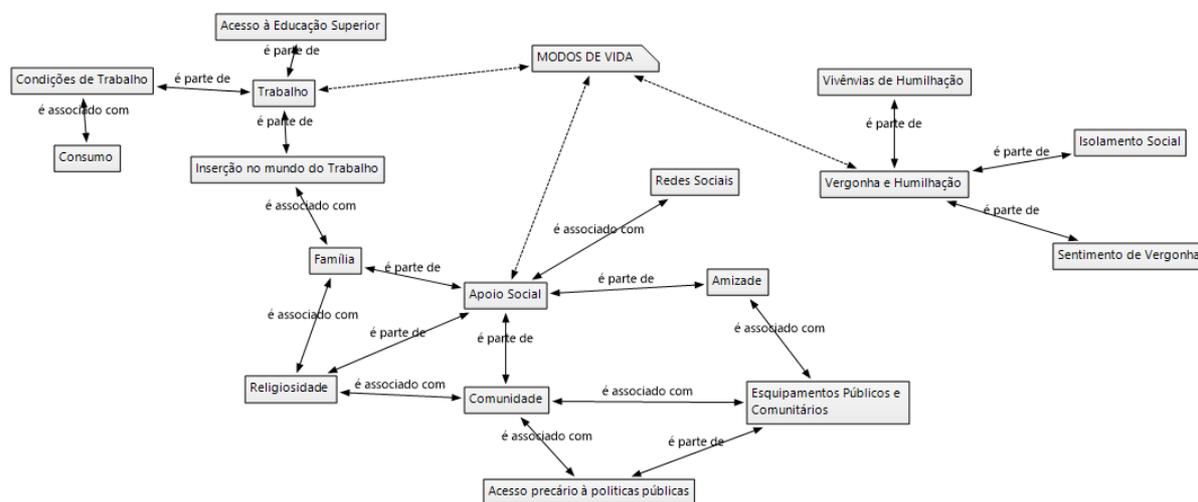
Ou seja, há de se ter cuidado para não naturalizar a associação entre pobreza e juventude, sob o risco de colaborar para a produção de referenciais culturais que atribuem aos jovens o lugar de problema, tornando-se, inclusive, um referencial identitário para eles (Negreiros *et al.*, 2018). Tal naturalização impede, além de uma compreensão das estruturas de produção de vulnerabilidades, a compreensão das produções que os próprios jovens constroem para o enfrentamento às condições de pobreza. De forma que não se compreende suas vulnerabilidades positivas, ou seja, aquilo que os jovens produzem de forma criativa, como resistência (Negreiros *et al.*, 2018).

Ao tratar nesta pesquisa de jovens pobres – que encaro neste texto como sinônimo de jovens das classes populares – há o risco de recair nesta tendência das pesquisas brasileiras em associar a juventude às categorias de risco e vulnerabilidade (Negreiros, *et al.* 2016). Entretanto, é importante ressaltar que minha compreensão da pobreza e da desigualdade social não adota uma perspectiva individualista ou de culpabilização do indivíduo pobre. Ao contrário, entendo esses fenômenos como multidimensionais e principalmente estruturais. Além disso, compreendo a vivência da pobreza e da desigualdade a partir de um movimento dialético entre o sujeito e seu contexto físico-social. Isso nos permite observar que os jovens das classes populares são afetados pelas condições de vulnerabilidade, mas também têm agência e agem de maneiras distintas diante delas.

No próximo capítulo, dedicarei uma discussão aprofundada sobre o enfrentamento à pobreza por jovens, explorando o envolvimento deles nas atividades do Levante Popular da Juventude. No entanto, neste capítulo atual, meu foco será analisar alguns aspectos do cotidiano e do percurso de vida dos jovens entrevistados. Farei isso sem cair na associação mencionada por Negreiros *et al.* (2018), mas também sem desconsiderar elementos que possam estar relacionados a esses conceitos. É importante destacar que meu objetivo não é apenas descrever esses aspectos, mas sim identificar os campos centrais da vida dos jovens, compreendendo as implicações das vivências de pobreza e desigualdade como uma unidade de análise dos movimentos dialéticos desse fenômeno. Esses campos da vida, representados nas categorias que serão abordadas aqui, serão resgatados e associados ao debate proposto no próximo capítulo.

Utilizo como categoria analítica os modos de vida dos jovens, o que não corresponde a identificação de determinados padrões comportamentais, como apontam diversos autores (Cidade, 2012; Silva, 2014; Cidade *et al*, 2016). Assumo os modos de vida como uma categoria psicossocial que “congrega as elaborações sobre si, sobre a vida e a comunidade, bem como, os trânsitos dos sujeitos, seu cotidiano e as redes de relações que desenvolvem” (Cidade, *et al*, 2016, p.315). Esta definição sinaliza que tal categoria se estende em um emaranhado de questões, ambientes, dimensões e dinâmicas vivenciadas pelos sujeitos, o que nos leva a uma imensa gama de possibilidades de análise.

Em razão das limitações naturais a este texto e aos objetivos de pesquisa, é necessário escolher quais dessas possibilidades seguir e quais categorias adotar. Portanto, em virtude da literatura que sustenta esta pesquisa e os objetivos dela, opto por analisar três categorias relacionadas aos modos de vida dos jovens, sendo: a) trabalho; b) apoio social; e, c) vivências de vergonha e humilhação. Essa escolha se justifica pelo tecido epistemológico usado que está baseado na importância ontológica do trabalho, no fato de compreender o ser humano como ser social e na construção sócio-histórica das vivências de pobreza e opressão. O mapa categorial abaixo representa a articulação das três categorias com os modos de vida dos jovens. Cada categoria será discutida a seguir.



**Figura 11.** Mapa Categorial: modos de vida

Fonte: elaborado pelo autor

#### **4.1. Trabalho: “eu trabalhei desde mais ou menos doze anos né, e minha mãe diz que é por volta dos oito mais ou menos mas eu não lembro tão bem, né” (Chisto, 2019)**

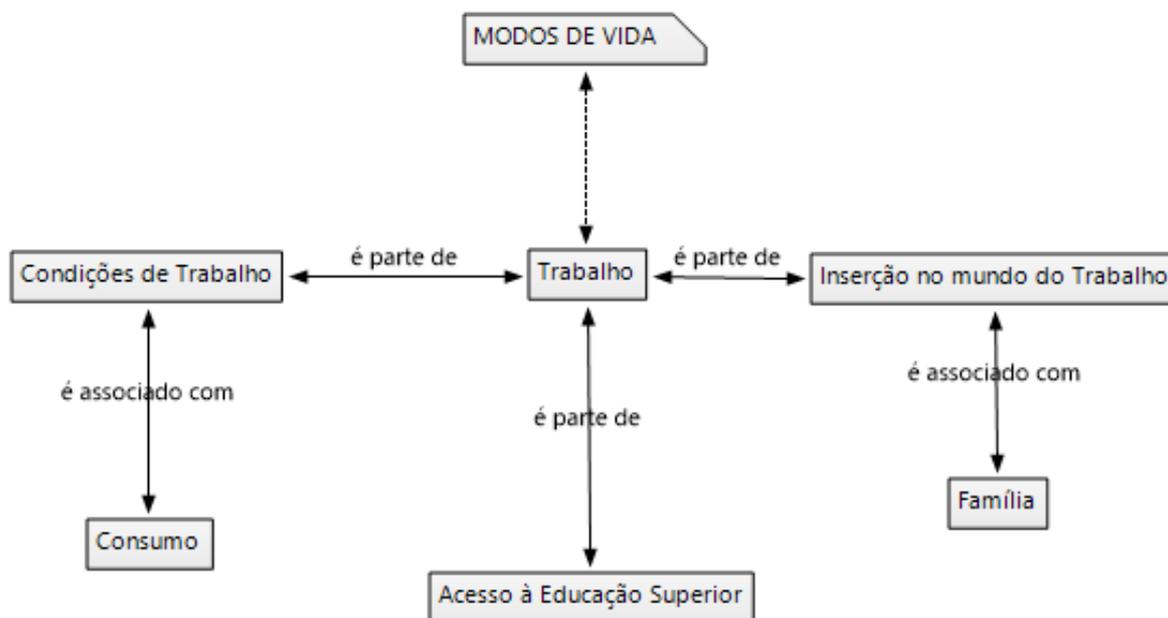
A partir da perspectiva marxiana e marxista, o conceito trabalho possui duas dimensões, sendo uma trans-histórica e uma histórica (Lima, 2002; Barros, 2017). A primeira dimensão compreende o trabalho em seu sentido ontogênico, enquanto categoria insuperável e presente em todos os modos de produção. Trata-se de compreender o trabalho enquanto atividade de autoconstrução, de produção do ser humano pelo ser humano por meio da transformação da realidade (Lima, 2002). Ou seja, é o trabalho entendido enquanto atividade humana, que se difere da atividade animal por ser uma atividade com significado (Gois, 2005), formador do psiquismo humano como discutido anteriormente.

Já a dimensão histórica diz respeito ao trabalho enquanto categoria localizada historicamente, trata-se de analisar a forma e organização do trabalho sob um modo de produção específico (Barros, 2017). Assim, há de se compreender a forma e a organização do trabalho sob o modo de produção capitalista, caracterizado por Barros (2017) como portador de uma dimensão alienante e potencialmente adoecedora. Para além, como apontam Borges e Yamamoto (2014), os discursos sobre o trabalho e as formas de organização deste se modificam, correspondendo a organização social e a momentos históricos específicos ao longo do desenvolvimento deste modo de produção.

Em linhas gerais, enquanto a dinâmica ontológica do trabalho nos lembra da centralidade deste na organização das sociabilidades e do psiquismo, de forma igual não há possibilidade de compreender o trabalho como um conceito abstrato das conformações históricas específicas. Assim, sustento a necessidade de compreendê-lo como categoria que se associa aos modos de vida dos jovens, abarcando como esta dimensão se apresenta na vida dos jovens entrevistados, considerando que são vivências de um momento histórico de profunda precarização do trabalho em um país de capitalismo dependente.

As experiências de trabalho narradas pelos jovens destacam elementos importantes de como vivenciam o trabalho. São experiências que se iniciam pela inserção precoce no mundo do trabalho, em especial através de laços familiares, em trabalhos com condições precárias em termos de direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo as vivências de empregos precários são percebidas como transitórias e a educação enquanto caminho de formação profissional é lida

como a saída para melhoria da qualidade de vida. Como podemos perceber no mapa categorial abaixo:



**Figura 12.** Mapa Categorial: Trabalho

Fonte: elaborado pelo autor

Um dos primeiros elementos que chamam atenção é a precocidade com que o trabalho está inserido nos cotidianos dos jovens. Parte dos entrevistados destacam que começam a se relacionar com o trabalho na adolescência, ou mesmo ainda na infância, a partir de trabalhos informais e muitas vezes relacionados à família. Durante a entrevista mediada pela



**Figura 13.** Fotografia “infância”

Fonte: Autofotografia de Perséfone

autofotografia, Perséfone ao falar da figura 3, uma fotografia da escola da tia, nomeia a imagem como “infância” e relaciona este espaço como local de convivência familiar:

[...] desde pequena eu to lá, assim, a gente já mudou pra 7 espaços diferentes, de lá pra cá. Teve uma época que tinha tipo, 100 crianças, mais de 100 crianças naquela escola, então tipo, impossível eu colocar outra palavra que não seja infância, passei a minha

infância inteira lá e... foi muito legal, porque a gente conviveu com crianças o tempo inteiro ali, meus primos ficavam ali com a gente, tipo, era da minha tia, os filhos dela ficavam lá, minha outra tia também trabalhava lá, então os filhos dela também, e a gente fazia aquela bagunça geral, era muito legal assim. (Perséfone, 2019)

Logo em seguida, Perséfone conta que ela e as irmãs sempre ajudavam a mãe nas tarefas da escola, bem como relata sua primeira experiência de trabalho remunerado, oferecido pela tia sem vínculo trabalhista quando a jovem tinha entre 13 e 14 anos.

**P:** Teve uma época que a minha tia cismou de me colocar pra dar aula de artes, porque eu sempre gostei de artes, eu sempre, é, na verdade nessa época eu não sabia que gostava de artes, mas eu fazia uma coisinha ou outra...

**L:** uhm

**P:** e aí minha tia me colocou pra dar aula de artes pros alunos lá, e aí ela me pagava 100 reais, na época que 100 reais ainda valia alguma coisa, era muito dinheiro assim, tecnicamente falando, e aí eu recebi assim...

**L:** Mas informal?

**P:** é, informal e tal? e aí...

**L:** Você tinha quantos anos?

**P:** eu devia ter uns 14, mais ou menos, 13, 14 anos mais ou menos. E aí a gente ficava lá, mas aí depois eu falei 'não tia, dá mais não, vou ficar de cabelo em pé, muita criança, vou ficar louca'. E aí desde então eu sempre, assim, a parte artística é comigo, então, se minha mãe quer uma pintura na porta, ela fala comigo "Perséfone, por favor faz esse desenho aqui que não sei o que", e eu vou lá e pinto, e é muito legal [...] (Perséfone, 2019)

Há uma série de elementos que conduzem a esta entrada precoce no mundo do trabalho, dentre elas destaco a correlação entre a escolaridade parental e a renda das famílias, de forma que crianças e adolescentes em família em maior vulnerabilidade são mais suscetíveis ao trabalho precoce (Círiaco, Oliveira e Anjos Júnior, 2017). Em muitas situações, as condições de inserção produtiva dos pais afetam o cumprimento e capacidade de substância familiar, levando a inserção de todos os elementos da família, inclusive os mais jovens, no mundo do trabalho, (Carvalho, 2008). O relato de Perséfone aponta para o envolvimento dela e das irmãs no empreendimento da família e que mesmo após deixar de dar aula de artes segue colaborando com a escola através de suas pinturas, apontando esta composição entre família e trabalho.

De forma similar, Chisto narra suas primeiras experiências de trabalho relacionadas as atividades de seu pai e sua mãe, como no relato abaixo:

**Chisto:** [...]Então eu sou também agraciado depois de um tempo com a possibilidade de estudar né, eu trabalhei desde mais ou menos doze anos né, e minha mãe diz que é por volta dos oito mais ou menos mas eu não lembro tão bem, né, eu lembro dos doze

que é a primeira vez que eu consegui juntar um dinheirinho e fazer uma compra pra casa então pra mim foi um primeiro momento que eu pude, é, colocar alguma coisa dentro da minha casa ajudar minha família então pra mim foi o momento que eu trabalhei entendeu? Antes eu não recebia nada não. Mas minha mãe diz que eu ajudava ela desde uns oito anos mais ou menos. E aí...

**Lucas:** Mas você trabalhava com o que?

**Chisto:** Trabalhei primeiro de ajudante de padeiro né, meu pai é padeiro, entre várias coisas que ele é uma delas é padeiro e depois eu ajudei também na parte de atendimento, fazia limpeza do estabelecimento lá, depois fui no, trabalhei numa feira também vendendo sorvete, picolé, trabalhei vendendo salgado, fazia um pouquinho de tudo, ajudava minha mãe a vender salgado, minha mãe pagou nossos estudos com salgado, então nós estudou com bolsa e mais um pouquinho era pago com salgado (Chisto, 2019)

Além das questões econômicas, o trabalho precoce está associado também a carência de instituições políticas e sociais de apoio, bem como a representações e valores (Carvalho, 2008). O envolvimento de Chisto nas tarefas dos trabalhos dos pais não é por si visto como um trabalho, é apenas no momento em que é remunerado e consegue “colocar alguma coisa dentro da minha casa ajudar minha família” que a atividade ganha sentido de trabalho. Além da associação entre trabalho e remuneração, o relato de Chisto aponta que há uma compreensão de que participar das atividades produtivas de sua mãe está associado a apoiar e participar do esforço familiar em garantir acesso ao direito à educação de qualidade, negado pelo poder público.

Este emaranhado de associações que levam ao trabalho precoce, conforme expõe Carvalho (2008), permite especular que há uma gama de experiências possíveis com implicações em diferentes graus de vulnerabilidade, a depender de variações de contextos, localidades, tipos de trabalho, etc. Em linhas gerais, cabe considerar que o trabalho precoce pode ser associado a perpetuação dos ciclos de pobreza, em especial porque o trabalho compete com a escolarização (Círiaco *et al*, 2017). O trabalho precoce é um elemento de privação para as crianças e adolescentes de espaços de lazer, recreação e de descanso, estando associado ao isolamento social e problemas de saúde como o sono crônico (Giatti, Campos Crespo, Andrade e Barreto, 2014).

O campo desta pesquisa também aponta que a tensão entre educação e trabalho segue presente na vida dos jovens, mesmo após a conclusão do ensino básico. É o caso do jovem Victor, educando do cursinho popular e morador da Pedreira, que não retornou as aulas para o segundo semestre pois teve de se dedicar ao trabalho. Esse cenário sugere que o trabalho

precoce é apenas um dos elementos que evidenciam a relação precária dos jovens com o mundo do trabalho, incluindo aspectos como a informalidade e a falta de proteção trabalhista, entre outros.

As experiências relatadas pelos jovens estão intimamente relacionadas com as questões estruturais da formação econômica e social do Brasil. A superexploração da classe trabalhadora é uma característica do capitalismo dependente (Luce, 2018), o que já indica condições precárias de trabalho para os trabalhadores brasileiros. Soma-se a histórica superexploração da classe trabalhadora brasileira, uma tendência internacional de precarização do trabalho, presente mesmo em países centrais do capitalismo, principalmente a partir da década de 1970. Esse período marcou uma mudança estrutural no modo de produção, com a adoção do ideário neoliberal e o abandono do modelo fordista-taylorista, junto com o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais do capitalismo, que vigorou desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970 (Alonso e Rodríguez, 2009; Standing, 2013).

O modelo fordista-taylorista e o Estado de Bem-Estar social garantiram ao trabalhador uma série de direitos, seguridade social, além de certa estabilidade no trabalho, com perspectiva de carreira e organização coletiva em sindicatos mais ou menos independentes para travar as negociações com os patrões (Alonso, e Rodríguez, 2009; Standing, 2013). Como mostra os autores, este pacto social se desfez. De um lado, principalmente nos países centrais, as novas gerações de trabalhadores não vislumbravam como glorioso um trabalho repetitivo da fábrica fordista para o resto de suas vidas, e esse sentimento ficou evidente com as manifestações da juventude ao longo do mundo em 1968. Do outro, a crescente globalização exigiu das empresas maior flexibilidade para competir no mercado global, em especial ao concorrer com o modelo de produção japonês (Antunes e Druck, 2015), o que levou o capital ocidental a intensificar a busca por incrementação tecnológica nos meios de produção e uma mudança da organização do trabalho e cultura empresarial que privilegiasse a demanda por flexibilidade (Alonso e Rodríguez, 2009).

Em outras palavras, os trabalhadores ao longo do mundo viram os empregos estáveis e carreiras de longo prazo serem substituídas pela terceirização e por empregos temporários (Alonso, e Rodríguez, 2009). Os salários e benefícios foram

corroídos, dando lugar à remuneração por meta de trabalho, a grande fábrica fordista ser substituída pela produção em redes de subcontratação, o enfraquecimento do sindicalismo e individualização das negociações das condições de trabalho, avançando no caminho da desregulação dos direitos trabalhistas (Antunes e Druck, 2015).

A juventude em particular tem experimentado os maiores índices de precariedade, com presentes experiências de desemprego, perda de renda e trabalhos temporários seguidos de trabalhos temporários, sendo o trabalho estável muitas vezes almejado, mas nunca alcançado (Standing, 2013). O trabalho temporário e informal é comum entre os jovens entrevistados, como demonstram este diálogo com Perséfone,

**P:** É, eu dou aula particular prum menino. É confundi aqui... mas enfim, aí é...

**L:** Mas aula de quê?

**P:** Assim, todas as matérias que ele precisa de ajuda lá, com trabalho, com prova, com estudo eu sempre ajudo.

**L:** E aí você ganha pra isso?

**P:** É, assim, não é aquela coisa assim mas eu ganho uma coisinha assim. É... não é algo que dê pra ajudar em casa, mas, é, dá pra se eu conseguir juntar, eu consigo alguma coisa. Então, por exemplo, falta alguma, alguma conta pra pagar alguma coisa assim eu ajudo, mas é nada demais assim

**L:** Mas você trabalha então...?

**P:** é..

**L:** Ele tá no ensino médio, fundamental?

**P:** ele tá no fundamental, aí tipo é matéria assim bem básica mesmo, e é mais ajuda com prova, com trabalho, só a parte difícil mesmo, que acho que todo estudante a gente passa por isso.

**L:** E que que que você pensa desse trabalho seu? Porque ele não apareceu aqui nessas fotos, por exemplo.

**P:** É, ele, assim, por enquanto é só uma maneira de ajudar mesmo, porque eu mesmo pretendo não continuar, eu acho que eu vou a partir do ano que vem, eu pretendo arrumar um emprego mesmo, alguma coisa com carteira assinada, que eu possa ganhar mais mesmo. Por quanto era mais pra ajudar mesmo sabe?

**L:** Ajudar em casa ou...?

**P:** Não, ele mesmo

**L:** Ah, o menino?

**P:** É. era pra ajudar ele mesmo. Mas ano que vem, pretendo assim arrumar emprego, alguma coisa fixa, que dê pra ajudar em casa. (Entrevista de Perséfone, 2019)

Nota-se no relato de Perséfone que o trabalho informal é visto como uma atividade secundária, que nem apareceu no processo de autofotografia. O trabalho informal ganha um sentido de ajuda ao menino e que gera uma pequena retribuição financeira, enquanto o trabalho formal “com carteira assinada” que aparece como um plano para o futuro, carrega a perspectiva de melhores ganhos financeiros e um meio de auxílio a família.

Ashley também fala sobre experiências de trabalho informal e o caráter temporário destes. A jovem conta que negou um vínculo empregatício formal para se dedicar ao cursinho:

A: É. Tem gente que... Tem gente é que... Tem gente que a carteira assinada, tem gente que não é. Ele já, ele chegou a me oferecer assinar a carteira, só que assinar a carteira tinha que trabalhar todo dia. Eu tava fazendo cursinho, então trabalho só final de semana mesmo. Aí, deixa eu ver... Tá. Aí o restaurante fechou durante o dia. Aí eu parei de trabalhar. E antes, antes de trabalhar aqui, no finalzinho de maio, eu tinha trabalhado na C&A. Temporada de final do ano. E deu pra juntar, peguei um dinheirinho lá. Aí depois, depois da C&A eu não trabalhei mais.

L: Foi até quando? Na C&A? De quando à quando?

A: Foi 15 dias. Foi 15 dias. (Ashley, 2019)

No relato de ambas, o trabalho informal gera uma renda complementar que permite acessar produtos e serviços de seus interesses sem a dependência para com os pais, especialmente para lazer, como serviços de *stream* e passeios. Contudo, cabe destacar que algumas vezes os recursos adquiridos com o trabalho podem ser destinados a atividades de lazer com a família ou complementação de despesas do lar, como nos conta Perséfone,

**L:** Você ajuda nas contas de casa também né?

**P:** É assim, nas contas de casa não, mas por exemplo, é, se falta, é, sei lá, minha mãe ta pagando cartão, ela sempre acaba faltando alguma coisa, ou se ta precisando de um dinheiro coisa parecida, é, eu dou assim sabe, eu ajudo. Porque eu ganho o que, é 200 reais por mês, então tipo num é uma coisa que dá pra pagar muita conta ou ajudar muito, mas é eu tento assim...

**L:** Mas aí você compra umas coisas pra você também?

**P:** É... mais ou menos, é, quando eu gasto dinheiro assim é mais com Netflix, que eu pago pra mim, pra minha irmã, que a gente fica assistindo, tem muita coisa legal lá também... e... quando sobra assim, quando eu consigo juntar alguma coisa, por exemplo, ano passado, no final do ano, eu tinha juntado 600 reais mais ou menos, chegou dezembro eu tava com 600 reais, a gente pegou esse dinheiro, todo mundo da minha família vai pra algum sítio no final do ano, a gente pegou esse dinheiro conseguimos pagar a van, conseguimos pagar uma parte do sítio e aí a gente foi assim... então eu vou juntando o que eu posso, né.. é raro eu gastar comigo, eu ir lá e pegar o dinheiro e gastar, comprar alguma coisa pra mim. (Perséfone, 2019)

Creio que a discussão sobre o trabalho é um dos pontos centrais a serem abordados na análise das juventudes atuais, especialmente quando se trata da chamada "juventude nem-nem", que faz referência aos jovens que nem estudam nem trabalham (Silva Júnior e Mayorga, 2019). Conforme os autores apontam, parte dessa discussão tende a enquadrar a juventude como potencial geradora de desordem social, o que remete à associação mencionada por Negreiros et al (2018) entre juventude, risco e vulnerabilidade. Trata-se de

uma perspectiva acaba obscurecendo as potencialidades dos jovens e demonstra uma compreensão limitada das experiências vivenciadas pelos jovens pobres.

Seguindo à risca a definição de jovem nem-nem, a depender dos elementos de análise, os jovens participantes desta pesquisa podem vez ou outra serem enquadrados como tal. Sem a pretensão de generalizar, mas o campo desta pesquisa permite confirmar a argumentação de Silva Júnior e Mayorga (2017) sobre a existência de uma diversidade de experiências da juventude que são invisibilizadas nas discussões da juventude nem-nem. Há jovens com vínculos formais de emprego, como Pedro, e jovens como Chisto que tem vínculo com uma instituição de ensino e é oficineiro remunerado em um programa governamental. Há também jovens como Ashley e Perséfone que não possuem vínculos com instituições educacionais formais ou vínculo trabalhista, mas que estudam em um cursinho popular e trabalham de maneira informal. Como nos aponta Silva Júnior e Mayorga (2019),

Compreender as experiências de jovens pobres deve ser um processo de conexão entre a descrição de suas condições materiais de vida, dos aspectos socioespaciais do seu local de moradia, e a análise das suas condições de privação econômica, social, cultural, simbólica e política. É atinar que essas experiências se constroem dentro de um campo de disputas na nossa sociedade, cuja transformação não se dá no âmbito da individualidade dos sujeitos, depositando nela a responsabilização por uma estrutura social desigual. (Silva Júnior e Mayorga, 2019, p. 14)

Portanto, chamo atenção à esta diversidade, para as possibilidades das trajetórias e interesses. Mas, como bem lembram os autores, há de se considerar as condições de vida dos jovens, o que perpassa por compreender a existência de um processo de precarização do trabalho que repercute, como já dito, de forma especial sobre a juventude (Standing, 2013).

Ainda sobre as percepções dos jovens sobre o mundo trabalho, destaco a vinculação entre a esperança na educação como garantidora de um bom emprego. De fato, o acesso ao ensino superior é visto por muitos jovens como passaporte para a melhoria das condições de vida dos jovens (D'Avila *et al.* 2011), associando o acesso à educação superior a expectativa de melhores empregos, conforme narra Ashley:

**A:** É. Eu quero fazer faculdade de direito. E... Com Direito, Direito abre muitas portas em várias áreas no mercado de trabalho e concurso público, tipo, o Direito pesa bastante, no caso, sei lá, de querer trabalhar na polícia, ou então nem fórum, esse tipo de coisa.

(Ashley, 2019)

Defronte as desigualdades sociais, a universidade pública e a adoção das políticas de ações afirmativas tem sido essenciais para ampliar o acesso de pobres negros e indígenas ao ensino superior (Bergamaschi, Doebber, e Brito 2019; Castro e Mayorga 2018). Para além do acesso, a inclusão destes sujeitos na universidade demandam a expansão da políticas de permanência na universidade (Bergamaschi *et al.* 2019). A presença destes na universidade tem impactado não apenas suas trajetórias individuais, mas também o conjunto do processo de produção do conhecimento (Castro e Mayorga 2018). Na atual conjuntura de golpe e ofensiva burguesa, defender estas políticas é essencial para aprofundar estas transformações.

#### **4.2. Apoio social: família, amigos, comunidade e redes sociais**

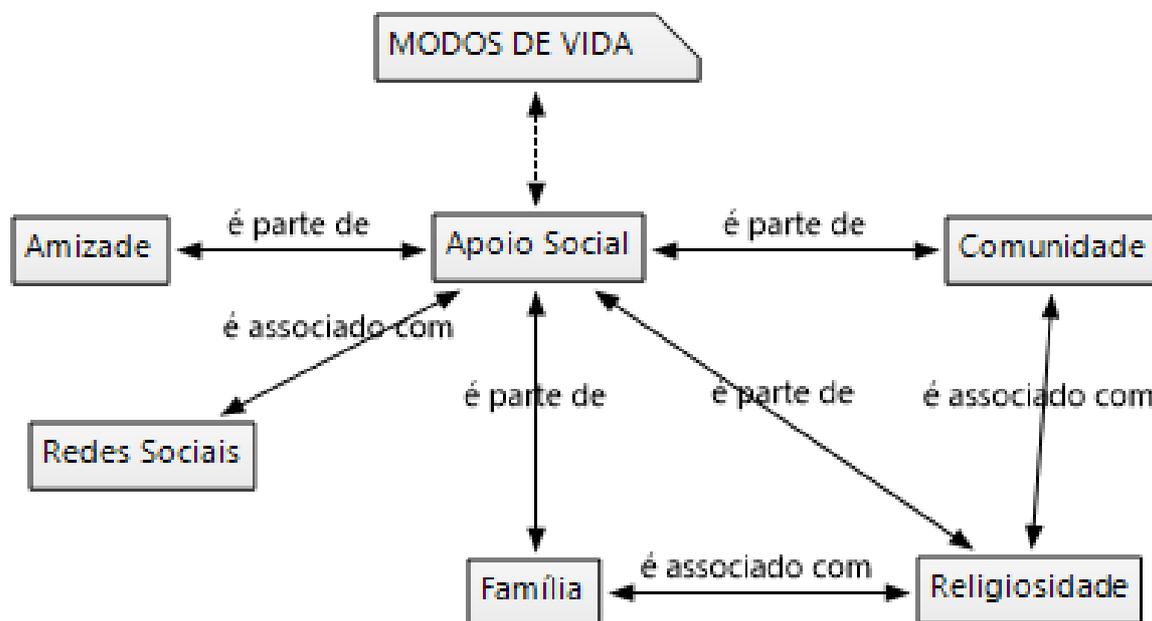
O apoio social é consensualmente entendido como um conceito amplo e multidimensional, o que se deve a diversidade possível formas de apoio e de origens destes (Carapinha, 2010). Griep (2003) estabelece uma relação entre o apoio social e o conceito de rede social, que engloba todas as relações formais e informais estabelecidas por um indivíduo, enquanto o apoio social refere-se à dimensão funcional ou qualitativa dessa rede. No mesmo sentido, Silva, Napomuceno, Silva e Ximenes (2016) afirmam que a categoria é atravessada por uma série de definições e que os vários tipos de apoio social possuem origens distintas, destacam apoio social dos tipos: familiar; religioso; institucional; comunitário.

Considerando a amplitude do conceito, encontro em Valla (1999) uma definição que bem resume apoio social como entendido neste texto:

Apoio social se define como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, ou seja, que gera efeitos positivos tanto para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas. (p.11)

Aciono o conceito de apoio social para esta pesquisa sem a pretensão de aprofundar-me acerca da intensidade do apoio ou dos vínculos dos jovens. Busco identificar quais as principais fontes de apoio e para qual finalidade elas são acionadas. Tal identificação permite compreender melhor os trânsitos dos sujeitos e suas condições de vida, o que integra parte da compreensão de seus modos de vida. Entendendo que há vários tipos fontes de apoio (Silva *et al.*, 2016), optei por discutir aqui o apoio social relacionado com advindos da família, de amigos, da comunidade, da religião e das redes sociais, fontes que se fazem mais presentes

nas vidas dos jovens como demonstra o mapa categorial abaixo. Contudo, sinalizo que o apoio social que advém das relações dos jovens a partir do envolvimento com Levante



Popular da Juventude será debatido no próximo capítulo.

**Figura 14.** Mapa Categorial: Apoio Social  
Fonte: Elaborado pelo autor

O apoio social é um dos importantes mecanismos de enfrentamento a pobreza (Silva *et al*, 2016), e a família está entre as principais fontes de apoio, sendo por vezes a principal (Estanislau *et al*, 2018). Como já discutido, a família é, por vezes, a porta de entrada dos jovens no mundo do trabalho. O interessante é que a família segue sendo fonte de apoio para a aquisição de trabalho, como conta Aslhey:

**A:** Comecei a trabalhar lá maio. É... Eu conheço muita gente que trabalha aqui porque o pessoal tipo me conhecia, muita gente que trabalha... Oxê, buguei. Muita gente que trabalha aqui que é mais velho, eu conheço desde pequenininha, porque meu pai trabalhava aqui, depois meu pai mudou desse restaurante pro outro que é quase a mesma coisa. Que não tem como falar do restaurante sem falar do dono do restaurante que ele veio lá do interior e que ele dá muita oportunidade pra quem tá no interior trabalhar aqui também. Então tipo, quem quer sair da roça acaba geralmente trabalhando aqui pra juntar uma graninha, depois ver o que quer fazer da vida e é muito isso. Eu comecei a trabalhar em finalzinho de maio, era todos os dias, de segunda à sábado, de nove às quatro, que o restaurante abria durante o dia. E eu fazia um pouquinho de tudo. Tipo, eu ficava mais no caixa e na copa, tipo fazendo suco e tinha, ah, mais duas pessoas que tipo eram garçons pra atender as pessoas. Aí, tinha também o cara lá da cozinha. Aí tá. Aí o restaurante fechou durante o dia, porque não

tava dando muito... Não tava rendendo muito dinheiro, não tava compensando tanto valer, não tava compensando tanto deixar aberto e talvez... Não sei, né? Talvez não tava valendo, não tava cobrindo tipo a despesa dos quatro funcionários, cinco, sabe? Aí o restaurante fechou durante o dia, não abre mais durante o dia. Aí eu parei de trabalhar.

(Ashley)

O relato de Ashley sinaliza que a relação entre trabalho e família permanece para além da experiência do trabalho precoce. Vê-se a família como apoio para oportunidades de trabalho também no relato de Perséfone:

**L:** Você se importa de falar como é que foi esse negócio de você começar a dar aula pra esse menino?

**P:** foi muitooo, aleatório assim, porque eu comecei dando aula pro meu primo. Ele também tava no fundamental, minha tia tava passando muita dificuldade com ele, teve um bimestre que tipo o bimestre valendo 25 ele tirou 8, então tipo ele tava realmente precisando de ajuda. Ai eu comecei a dar aula pra ele, minha tia me pagava, uns 100 reais por mês, eu acho, um negócio assim, aí eu ia todo dia lá ajudava ele a fazer e tals. E aí, esse pai desse menino, ele já tinha estudado na escola da minha tia, esse menino, e aí o pai dele ligou pra minha tia perguntando se ela sabia de alguém que poderia dar aula particular pra ele, é, porque tava precisando e tals... aí minha tia me indicou, e aí eu tô aí tem 2 anos eu acho que eu dou aula pra ele. Aí, assim era mais pra ajudar mesmo  
(Perséfone, 2019)

Além de meio de acesso ao trabalho, Perséfone também fala da família como o espaço de lazer, conta que se reúne com os primos na casa da avó e partilham refeições juntos: “vai pra lá geral, assim, junta, meus primo tudo, minha avó, minha mãe, minha tia, assim, todo mundo, e vai todo mundo e, e aí, tipo, aquela bagunça” (Perséfone, 2019). Contudo a família é também lugar de conflitos e vista como ambiente de julgamento das condutas dos jovens, como conta Perséfone:

**P:** é o momento da família, tipo, virou tradição, todo fim de semana a gente vai pra casa da minha vó, a gente joga bingo. É... e é aquela coisa, assim, quando, é, quando eu to em família a gente se diverte sabe? é engraçado, é, ou a gente briga a gente se diverte, mas é pra isso, esses momentos de diversão e tals, quando eu quero desabafar eu procuro um amigo, ou escrevo no diário, é, porque não vai ter um julgamento daquilo que eu tiver dizendo enquanto família julga.

**L:** Com esses amigos, além de você desabafar, você conta pra que?

**P:** Pra tudo... eu acho que tipo, é, eu sempre tive uma maior conexão com os meus amigos do que com a minha família. Minha família eu sempre fui um pouco distante deles, enquanto dos meus amigos eu sempre procurei, é, ta ali com os meus amigos,

conversar, e brincar, e enfim, tudo com os amigos assim. Eu acho que troquei um pouco né?

**L:** Hm

**P:** Porque geralmente a gente usa a família como apoio, eu geralmente uso meus amigos como apoio

**L:** Entendi. Esses amigos vieram de onde?

**P:** É... hoje em dia tem uma amiga, e ela estudou comigo no ensino médio. (Perséfone, 2019)

Como demonstra Estanislau, Feitosa, Ximenes, Silva, Araújo e Bomfim (2018) ao mesmo tempo que a família é fonte de apoio social pode ser percebida como espaço de vivências de vergonha e humilhação, o que indica uma possível explicação ao sentimento de julgamento da jovem em relação a família.

Ashley conta que percebe a família como um ponto de apoio, mas em certos momentos são as relações de amizade é que são acionadas:

**L:** Quando você precisa de ajuda de alguém, você procura mais essas amigas, esse pessoal aqui do trabalho, sua família?

**A:** Pessoal do trabalho, eu quase não procuro. Eu procuro mais mamãe, papai, amiguinhas... (risos)

**L:** Uhum... Mas é...

**A:** Só as três amigas.

**L:** É diferente o tipo de coisa que você, você vai procurar em cada uma?

**A:** É diferente. É totalmente diferente. Minhas amigas, que nem eu disse, minhas amigas elas sabem de tudo, mas, só que também elas sabem coisas, tipo, sei lá, relacionamento meu, sei lá, peguei algum menino, sei lá, eu conto pra elas, eu tipo não vou contar, eu não conto pra minha mãe. Tipo, eu sei que minha mãe é de boas, sei lá, eu não conto pra ela, esse tipo de coisa. (Ashley, 2019)

É interessante observar que as amigas de Ashley e Perséfone são advindas da convivência escolar do ensino médio. Conforme discuto em seguida, apesar de existir um aspecto territorial ao ponto de algumas amigas coincidirem com relações de vizinhança, ambas as entrevistas não relatam vínculos com outros espaços comunitários. Na verdade, entre os jovens entrevistados apenas Chisto aparenta ter um vínculo maior com sua vizinhança e comunidade, tanto a de origem no interior do estado quanto a Pedreira Prado Lopes.

Na relação com a comunidade, há a presença de um Sentimento de Comunidade, que se refere à ligação afetiva com a comunidade e seus membros, reconhecendo à rede as relações de interdependência de seus membros (Ximenes *et al*, 2014). Este tipo de vínculo

comunitário foi percebido com mais firmeza entre os educandos e educadores do cursinho que são moradores da Pedreira Prado Lopes, como mostra esta passagem do diário de campo:

Esse momento foi muito de conversa livre, começamos pelo que cada um achava que era educação popular, mas também tratamos de outros assuntos, que até mesclam com avaliação. Um dos assuntos foi a própria comunidade, em determinado momento a questão da segurança apareceu e o Victor disse que tem mais medo de andar no centro do que na Pedreira, a Magda, que também é da comunidade, respondeu ‘mas é porque aqui é a sua quebrada né!’, logo muitos manifestaram a respeito, Karina relatou que há alguns dias estava sendo assaltada no ônibus que respondeu pras assaltantes que ela daria as coisas mas que ela não voltasse na Pedreira, logo que as assaltantes viram que ela era de lá devolveram suas coisas. Patrícia citou um nome de [...] que era só falar que era parente dele, nessas situações. Depois ela mesma disse que concorda que ali não há perigo, mas nos entornos, na Av. Antônio Carlos há, e falou da educanda Josefina que, segundo ela, teve como uma das razões de sua saída do cursinho a questão da segurança, já que morava longe e pegava ônibus na avenida; Patrícia mesma disse que às vezes ficava com ela no ponto.

Esses relatos mostram que os sujeitos da comunidade guardam um significado da sua comunidade na sua vida, que pode ser trabalhado. Apesar da criminalidade existir, há percepção maior de segurança na comunidade no caso de Victor, ao mesmo tempo que há uso do local de moradia é utilizado para escapar da criminalidade, como no relato de Karina, não sei se isso é uma solidariedade e se as assaltantes eram também da comunidade, ou se o ‘não volte mais na Pedreira’ foi entendido como uma ameaça de usar a criminalidade contra as assaltantes, como sugeriu Patrícia. (D.C., 18 de julho de 2019).

A comunidade é um espaço físico, cultural, social e psicológico de mediação entre os sujeitos com sua família, o município e a sociedade (Góis, 2005), é, portanto, um espaço de formação de identidade e compõe a rede social (Griep, 2003) fornecedora de apoio social. Os relatos dos educandos e educadores narrados acima demonstram a existência de um vínculo afetivo com a comunidade. Para além, na relação com agentes externos e situações adversas o pertencimento à comunidade é acionado, inclusive a partir do estigma sobre a qual a comunidade é alvo, como se vê no relato de Karina. Outros estudos que se debruçaram de alguma forma sobre favela e estigma apontam que em certos momentos esse pertencimento à determinadas comunidades estigmatizadas é ocultado, justamente pelo sentimento de vergonha (Nogueira 2004).

Já entre as educandas entrevistadas, Ashley e Perséfone, a relação com a comunidade não aparece de forma central em suas narrativas. Apesar de ambas não manifestarem desejo em sair de suas comunidades e vontade de residir próximas delas, elas atribuem isto a relação com a família, localização do bairro ou mesmo o fato do imóvel ser propriedade familiar. Por

mais que haja, no caso de Ashley, vínculos de amizade em seu bairro, eles são associados apenas a escola do bairro. O mesmo acontece com Perséfone, contudo por ter estudado em uma escola mais ao centro de Belo Horizonte estabeleceu relações de amizade com pessoas fora de seu bairro.

Em ambos os casos não são relatados equipamentos públicos ou comunitários que propiciaram às entrevistas o desenvolvimento de relações de apoio e amizade. Segundo a jovem ela “não tem um lugar que faço assim 'nossa eu posso sair, eu posso divertir em tal lugar', não é assim sabe?” (Perséfone, 2019), entretanto ela sinaliza que a não participação ou busca por espaços de lazer também acontece por uma decisão pessoal, ela afirma que “apesar de querer ir e querer fazer amizades e me divertir, ao mesmo eu sou retraída num ponto de não, de não querer ir, de querer ficar na minha, de ser mais quieta assim sabe?”.

Na verdade, Perséfone falou pouco de seu bairro durante a entrevista, quando o fez apenas mencionou as condições de segurança e contou sobre uma praça que gosta passar o tempo. Conta que a praça é um local com circulação de alguns trabalhadores e pessoas em situação de rua, afirma que não há equipamentos públicos no entorno além de pequenos comércios e que na realidade vai a está praça para ficar sozinha, de maneira que a nomeou como “Paz”, como mostra na Figura 5.



**Figura 15.** Fotografia “Paz”  
Fonte: Autofotografia de Perséfone

Já na entrevista com Ashley a comunidade foi um tópico aprofundado. Durante o processo de autofotografia, ela registrou a praça próxima ao seu trabalho, em Belo Horizonte, um lugar que frequenta desde a infância quando seu pai trabalhava no mesmo restaurante. Por meio desta fotografia desenvolvemos um diálogo sobre sua comunidade, situada na região metropolitana de Belo Horizonte, em que relata a privação de acesso a equipamentos urbanos e políticas públicas:

**L:** Esse aqui é o tipo de pracinha que você queria ter lá em Ribeirão das Neves?

**A:** Sim. Pode ser também. Seria uma pracinha muito interessante de ter lá.

**L:** É... Você pensa em... Além... Como é que você pensa que seria o seu bairro? Idealmente...

**A:** Um bairro ideal... Seria um... Ó... Primeiramente um bairro com posto de saúde. Eu não sou muito de ir no médico, mas deveria ter um posto de saúde pra quem não tem condições de ter um plano de saúde, um plano de saúde. Um plano de saúde? Um plano médico? Sei lá, pra quem não tem condição. Então até mesmo pra casos graves. Graves? Não, tipo. Eu penso em quem tem criança por exemplo, tipo, tem um bebezinho assim nascido, sei lá, o bebê, tá não sei, tipo, cheio de... Coisa vermelha... Vai no posto, sabe? Seria bom também pra idoso fazer acompanhamento, mó bacana. Ter pracinha também, apesar de eu achar que se tivesse pracinha lá, só ia ter... Os noiado lá (risos). Os menino que não quer nada da vida. [...] Asfalto, meu bairro não é asfaltado, só a avenida principal. Isso que eles dizem que aquilo lá é asfalto, tipo, é meio asfalto, meio que não é, porque acho tem lá uns buraco ridículo. [...] É, não tem creche. Não tem uma UMEI da vida que é algo que tem em Belo Horizonte. Não tem. É... Deixa eu ver... Ah, uma pracinha seria interessante. Supermercado, lá não tem. Ah, não consigo pensar mais alguma coisa que possa. O principal é escola, posto de saúde e asfalto, né, no bairro, que ninguém merece. Rede de esgoto, lá tem. (Ashley, 2019)



**Figura 16.** Fotografia: “Pracinha do Concórdia”  
Fonte: Autofotografia de Ashley

A dificuldade de acesso à saúde, à educação e a outros equipamentos públicos e comunitários narrados por Ashley descrevem uma situação muito comum das regiões metropolitanas e compõe um dos elementos da crise urbana brasileira: a precariedade das políticas públicas nas áreas periféricas (Maricato, 2015). Como apontam Carvalho, Fridman e Strauch (2019) mesmo as políticas públicas de combate à pobreza e de garantia de direitos sociais possuem a tendência de instalar equipamentos públicos em áreas mais valorizadas e habitadas por uma população de maior renda, reforçando a já existente desigualdade socioespacial.

Para Maricato (2015) a ausência de equipamentos públicos na comunidade leva a população a ter de realizar longas viagens diárias a fim de ter acesso a tais equipamentos, bem como ao trabalho. Tal situação associada a um transporte público ruim e caro pode produzir o isolamento da população residente na periferia, especialmente os jovens (Maricato, 2015). Ashley, por exemplo, conta que prefere sair do município para acessar espaços de lazer:

Não, é porque, ó, eu moro meio que no começo de Ribeirão das Neves. É tipo Contagem e Ribeirão das Neves. Tem o Ceasa, eu moro 10 minutos do Ceasa. Acaba que fica mais perto pra mim sair pra passear, pra vir pra BH ou então pro Eldorado que ir pra mais fundo de Neves. (Ashley – entrevista)

A jovem conta que também necessitava se locomover diariamente para fora de seu bairro quando participou do programa Jovem Aprendiz, bem como para o atual local trabalho e diariamente para frequentar o cursinho na Pedreira Prado Lopes, localizado na região central da metrópole. Tal situação leva a jovem a utilizar frequentemente o transporte público, presente na autofotografia nomeada de “Luta diária”, como relata abaixo:

A: É... Transporte... Pera, transporte pra casa? Não. Vou colocar como... Luta diária... Luta diária. Sim, vai ser luta diária.

LR: Por quê?

A: Luta diária. Que eu acho que é uma luta pegar o transporte público, viu. E eu ainda tenha outra coisa também que eu tenho sorte que é poder pegar fora do horário de pico. Que eu sempre vou sentada.

LR: Outras vezes você trabalhava no...

A: Quando eu era Jovem Aprendiz, eu voltava, tinha dia que eu voltava em pé. Quando eu não pegava o ônibus do meu bairro, porque... Quem mora no meu bairro, não costuma esperar tanto o ônibus do bairro porque tipo demora horrores pra passar, tipo, à cada uma hora. E como tem várias opções que passam lá frente, simplesmente pegam o primeiro que passar e descem mais, mas não andando a pé, compensa mais.



**Figura 07.** Fotografia “Luta diária”.

Fonte: Autofotografia de Ashley

Sendo a comunidade um espaço de mediação entre os sujeitos com sua família, o município e a sociedade (Góis, 2005), o relato de Ashley sinaliza para o estabelecimento de

uma mediação permeada pela privação de direitos e a ausência de apoio social institucional (Silva *et al.*, 2016) por parte dos órgãos de estado, tornando o apoio familiar ainda mais central. Longe de ser apenas fruto de baixo interesse político, a precariedade da oferta de políticas públicas está relacionada à posição do Brasil como país de capitalismo dependente, que reverbera de diversas formas na formação social e econômica do país, como já discutido anteriormente.

Como demonstra Maricato (2015), a política urbana brasileira se desenvolve em torno dos interesses do capital financeiro, de forma que a política de mobilidade urbana se baseia no maior incentivo ao uso individual do automóvel em detrimento do transporte público. Um exemplo disso é o apoio do estado brasileiro, durante o início da crise do capitalismo de 2008, à isenção fiscal e aos incentivos ao setor automobilístico (Maricato, 2015). Tais isenções permitiram uma maciça remessa de capital para as sedes das empresas do setor nos países desenvolvidos, onde a crise resultou na queda de lucros (Affonso, 2009)

Esta característica da política de mobilidade urbana brasileira ilustra bem uma das leis tendenciais de uma economia dependente: a cisão no ciclo de capital (Luce, 2018). Segundo esse autor, essa tendência envolve a criação de setores produtivos voltados para a integração subordinada ao exterior, desvinculados das necessidades das massas. Isso significa que a produção e organização econômica do país não têm como prioridade atender às necessidades e aspirações de seu povo. Isso se reflete na realidade do Brasil, onde o país se destaca como grande produtor e consumidor de automóveis de uso individual, enquanto, simultaneamente, não há uma infraestrutura de transporte coletivo que acompanhe o desenvolvimento das forças produtivas nacionais (Luce, 2018). Além disso, no caso em particular, mesmo a adoção de amplas isenções fiscais não se traduz em investimentos produtivos internos.

Ashley compartilha que sua família possui um carro e uma motocicleta, é proprietária de sua casa e tem acesso à internet, bem como a produtos digitais, como o serviço de streaming Netflix (R). No entanto, como evidenciam os relatos anteriores, ela reside em uma comunidade que, embora localizada em uma região metropolitana, carece de infraestrutura básica, como asfalto e áreas de lazer, e enfrenta a ausência de serviços essenciais nas áreas de saúde e educação. Isso implica que a família tem acesso aos bens de consumo e à tecnologia contemporânea, o que significa que possuem acesso ao mercado. Ao mesmo tempo, contudo, enfrentam privações de direitos fundamentais.

A precariedade do acesso a políticas públicas não significa a liquidação de qualquer possibilidade de apoio. Na verdade, defronte a precariedade de políticas públicas pode surgir o estabelecimento de diversas outras formas de apoio social. Nesse contexto, o apoio religioso emerge como uma forma importante de enfrentamento à pobreza. Esse tipo de apoio ocorre quando um indivíduo se envolve com um grupo religioso, e tanto o ato de se reunir com esse grupo quanto a participação em rituais religiosos geram sentimentos positivos e proporcionam apoio para lidar com situações estressoras vivenciadas (Silva et al., 2016).

Após a entrevista, uma das educadoras do cursinho informou-me que a comunidade de Ashley é reconhecida como comunidade quilombola, o que não foi mencionado durante nossa conversa. No entanto, Ashley havia contado que os pais, mesmo evangélicos, gostam participar da festa de Congado que acontece na comunidade. A festividade é tradicionalmente vinculada ao catolicismo popular e as influências religiosas de matriz africana. Para Ashley, mesmo os pais sendo evangélicos, eles participam da festividade “porque o Congado, lá, tem a ver também com a origem deles, que eles são do interior, e no interior tem esse, tinha esse tipo de coisa lá.” (Ashley, 2019).

Em outro momento a jovem conta que a Igreja Universal atua em sua comunidade, inclusive que há grupos de jovens. Contudo ela não sinaliza reconhecimento para estas manifestações religiosas. Por exemplo, ao falar da atuação da Igreja Universal na comunidade:

A: Não, não. Eu até, eu acho muito bacana. Tipo, até mesmo o pessoal da igreja, tipo, indo ajudar... O pessoal, mas... Tipo, não é que eu não tenha vontade de fazer parte, mas também não sei porque eu nunca corri atrás. Não sei...

LR: Mas também... Tem lá no seu bairro?

A: O quê?

LR: Algum grupo de jovens, que você vê assim?

A: Eu acho que é mais que eu não me identifico muito com eles, pode ser por isso.

Já para Chisto, o aspecto da espiritualidade é fonte importante de apoio. Para ele a religiosidade é uma forma de integração com a ancestralidade e fonte de força:

Sim, isso é importantíssimo, porque muitas das vezes ce se perde certo, dentro da sua própria cultura ce vai ter desafios pra você, e caminhos também que te levam a outros lugares, mas quando você conhece o melhor dos seus ancestrais, ancestrais que eu falo desde cê considerar Zumbi de Palmares, Dandara o seu ancestral, como também sua mãe, seu pai, seu vô, sua tia, né, os mais velhos, como seu mestre de capoeira, como seu ancestral, pessoas que vieram antes de você e estão sintonizadas com você. Se

você conhece esse se, esse melhor, saber que alma deles continua presente e viva nas manifestações de resistência que acontecem hoje na sua frente, e saber enxergar elas, e junto com elas, é, trabalhar também sua espiritualidade né, é, através do exemplo de Jesus Cristo, através das manifestações de matriz africana, dos povos de matriz africana, você vai se firmar duma maneira que só a cultura não dá conta, que só a renda num dá conta, porque é uma maneira que transcende essa vida entendeu?

[...] se você também não tiver a sua espiritualidade bem trabalhada ce também não vai conseguir transferir uma boa energia pra ninguém, ce vai fazer a capoeira mas ce não vai transferir uma boa energia com a capoeira que ce ta fazendo, ce vai fazer uma geração de renda mas ce num vai transferir uma boa energia, então, pra alimentar, pra jogar pra cima, diante desse, dessa situação toda de opressão e pobreza e miséria que eu falei que existe ainda, é, ce tem que tá bem energizado, bem firme, e na minha visão é a espiritualidade que dá isso (Chisto, 2019)

O relato de Chisto destaca uma prática religiosa que se alinha com o conceito de **religiosidade subversiva** de Martín-Baró (1998). Essas práticas de religiosidade popular desempenham um papel crucial na preservação da identidade cultural dos povos oprimidos e explorados. Esse tipo de religião tende a adotar uma visão mais horizontal em relação à divindade, reconhecendo que as injustiças e a exploração são pecaminosas e têm raízes nas relações históricas desiguais entre os seres humanos. Além disso, é mais comunitária e propensa a atrair movimentos progressistas e até mesmo revolucionários (Martín-Baró, 1998b; Dantas, 2013). Diversos movimentos populares, incluindo o Levante Popular da Juventude, foram influenciados por setores religiosos que seguem esse modelo de religiosidade (Araújo, 2016).

Por fim, chamo atenção para a utilização da internet como meio de apoio social por parte das jovens Perséfone e Ashley. Há exemplos na literatura científica de que a internet tem sido espaço de estabelecimento de iniciativas de apoio social por parte de uma série de grupos sociais, como a criação de blogs por mães enlutadas (Frizzo *et al.* 2017) e a construção de grupos de discussão e apoio de pessoas vivendo com HIV (Silva, Duarte, e Netto 2017), ou mesmo apoio entre cuidados de crianças e jovens (Dias *et al.* 2020). Entretanto, o que identifiquei nos relatos das jovens não é propriamente um grupo de discussão fechado como nos exemplos anteriores, mas sim a utilização da rede social Twitter.

No processo de autofotografia, uma das imagens produzidas por Ashley foi um *print* da tela do celular que mostra a rede social, ela nomeou essa fotografia de “desabafo” e contou como a utiliza para esse fim:

L: Você desabafa no Twitter?

A: Sim, escrevo vários tweets. Outra coisa, dá pra você também escrever o que você quiser e basicamente meio que ninguém vai saber. Não, tipo, meio que ninguém vai te julgar pelo que você escrever. Ou então as pessoas não se importam. É uma rede social diferente do que por exemplo o Facebook. Porque o Facebook tem muita família, muito parente. Twitter não tem. Tem só eu e quem eu quero que saiba do meu perfil.

L: Você tem amigo lá no Twitter?

A: Eu tenho... Tenho. Tipo, tem minha amiga e um pessoal também que eu conheci pelo Twitter. Tipo, fiz amizade.

L: Mas foi por lá mesmo assim, daqui do seu cotidiano?

A: Não.

L: Fora da internet? Só sua amiga.

A: Só.

L: E aí você desabafa sobre... O quê assim?

A: Ah, sei lá, muito. Coisas aleatórias, tipo quando meu cachorro ele comeu um conjuntinho meu, desabafei lá. Falei: “nem usei o negócio, o cachorro destruiu”. Só experimentei uma vez para ver se servia, ele comeu. Ou então vindo pra cá, falei assim: “como sempre atrasada de novo”. Tava atrasada. Esse é um tipo de coisa que eu desabafo lá (Ashley, 2019)



**Figura 17.** Fotografia "Desabafo"  
Fonte: Autofotografia de Ashley

No cotidiano de Ashley, o Twitter é lido como um espaço de desabafo, constituído de um espaço distante da família e dos amigos, e, portanto livre dos julgamentos que as relações de afinidade a impõem. Situação similar é narrada por Perséfone:

Ah, é, eu desabafo porque...hm...acho que...Às vezes não dá pra colocar no meu diário o que tá acontecendo, e às vezes não dá pra conversar com alguém o que que está acontecendo, então, eu vou no Twitter e escrevo, porque lá as pessoas são desconhecidas e tals, uns até tentam entender o que você tá passando, mas não vão te questionar, não te questionar ali o que você ta falando, não vão, sabe, abranger no assunto, é um desabafo, você não precisa, é, receber sermão ou coisa parecida por aquilo. É... enquanto, se, se, por exemplo, eu tentar falar com alguém ou coisa parecida a pessoa vai tentar entender o porque, vai tentar, explicar ou coisa parecida, e não é aquilo que a gente quer no momento. (Perséfone, 2019)

Esta rede social aparenta ser uma espécie de diário que ao mesmo tempo é público e privado. É fonte de apoio e depósitos de relatos cotidianos. É anônimo para as relações

familiares e de amizade, e exposta para outros usuários desconhecidos. Para Santana e Couto (2012), a dimensão pública constituía-se como espaço do indivíduo revelar o que quer mostrar de si, enquanto reserva-se a dimensão privada para o que é íntimo, contudo, a internet, em especial a dinâmica das redes sociais, redimensiona as dimensões entre público e privado. Para as autoras,

Publicizar os desejos, os gostos, a vida particular, inclusive detalhes da vida íntima, faz com que seja construído um imaginário a partir das leituras que os atores fazem um dos outros. Ao compartilhar intimidades, cria-se o imaginário de que todos são amigos e entre amigos a vida privada pode ser compartilhada sem segredos ou restrições. (Santana e Couto, 2012)p.37

De fato, compreender os impactos dessa confluência entre o privado e o público na internet é uma questão-chave. Porém, é evidente que as redes sociais são mais que espaços de espetáculos e, como aponta as entrevistadas, são construídas diversas possibilidades de relações, inclusive de apoio. Não ousou me aprofundar neste texto sobre interface entre apoio social e internet, creio ser um tema para futuras investigações e que pode apontar caminhos para as organizações que atuam com a juventude.

#### **4.3. Vivências de humilhação e vergonha: “então era 'o filho da salgadeira' né, tentavam fazer eu sentir vergonha do que minha mãe tava fazendo de sacrifício pra eu tar ali.” (Chisto, 2019)**

As vivências de vergonha e humilhação são elementos marcantes em contextos de pobreza (Moura Júnior, Ximenes e Sarriera, 2013; Estanislau e Ximenes, 2016) e estão presentes nos relatos dos jovens entrevistados. A humilhação é uma atitude discriminatória que pode ser entendida tanto quanto em relação a um sentimento quanto a um ato externo, sendo que este ato externo está relacionado a percepção ou condição de diminuição do sujeito associado a relações de poder desiguais Zavaleta (2011). Já o sentimento de vergonha pode estar ligado às condições de vida da pessoa, perpassada por situações de privações, humilhações e rejeições, relaciona-se, assim, a um auto juízo pejorativo e a uma imagem pessoal negativa (Estanislau e Ximenes, 2016). Zavaleta (2011) destaca que a vergonha é um sentimento moral pois atua como avaliador do próprio sujeito e “está altamente associada con baja autoestima y malas relaciones interpersonales” (p.2).

Frente à associação destes dois conceitos, Moura Júnior, Ximenes e Sarriera, (2013) argumentam que:

A humilhação igualmente pode gerar a vergonha, mas a diferença existente entre esses sentimentos é que a pessoa envergonhada compartilha a imagem negativa imposta, enquanto que a pessoa humilhada geralmente não aceita essa imposição, apesar de legitimar o humilhador. (Moura Júnior *et al*, 2013, p.20).

São, portanto, formas de sofrimento desenvolvidas no seio das relações de dominação e de desigualdades (Mendonça, 2017), sustentado por um processo de estigmatização que produz preconceitos (Moura Júnior *et al*, 2013). O humilhador aciona tais preconceitos relacionados à raça, classe, sexualidade, dentre outros elementos, na busca de impor sua superioridade e gerar vergonha no indivíduo que sofre a humilhação, conforme relata Chisto:

E sempre que tinha uma, ou as vezes é uma pessoa que quer ter uma voz quer ter uma decisão dentro do grupo, ou que quer ser ter uma atenção pras suas questões , ou então, é, aquela coisa do ser bonito ou não ser, a o, as meninas do colégio como é que te ver e tal, e sempre que tinha essas questões implicadas as pessoas me chamavam de coisas que eram pra me rebaixar, então era 'o filho da salgadeira' né, tentavam fazer eu sentir vergonha do que minha mãe tava fazendo de sacrifício pra eu tar ali. Já ouvi coisas do tipo 'calaa boca que você é preto', 'preto não tem vez' sabe? Na hora de tomar uma decisão por exemplo no futebol, né, que eu achava que a gente tinha que fazer uma certa coisa no campeonato, e outras pessoas achava outra coisa (Chisto, 2019)

A vergonha, enquanto sentimento da pessoa que sofre humilhação, é uma forma de autojuízo depreciativo que, associado a valores sociais das relações de dominação, legitima a posição julgadora do humilhador ao passo que gera sentimento de inadequação no humilhado (Mendonça, 2017). Neste sentido, o humilhado busca se adequar a tais padrões dos grupos dominantes, a exemplo, Chisto conta:

Um caso também muito marcante que eu lembro, foi dessa vez que me falaram né, é, 'num fala nada não que cê é preto' e eu tava trabalhando já, eu devia ter uns 16 anos mais ou menos, aí eu fui e, e, juntei um dinheiro e fui pesquisar na internet um creme pra clarear a pele, porque eu achava que se eu ficasse mais claro as pessoas iam me respeitar mais. (Chisto, 2019)

As vivências de humilhação e vergonha também produzem efeitos como o isolamento e o distanciamento social levando os sujeitos não acessarem as políticas públicas e impedindo de estabelecer relações sociais que ajudassem a enfrentar tais condições (Zavaleta,2011) 2011; Estanislau e Ximenes, 2016). O isolamento aparece como forma de evitar as vivências de humilhação, como relata Pedro:

Então a militância dá muito mais suporte no sentido de você conseguir lidar e responder com essas situações do que se não tivesse, porque antes era isso, era ouvir e sair de perto, sair das situações, evitar as pessoas, né, evitar os lugares, era isso que eu

fazia, né. Então se você sabia que esse sujeito que faziam isso tavam aqui no canto da escola, esse canto da escola jamais estaria lá, é isso que a gente faz, jamais a visão seria de pegar e de procurar uma supervisora, uma diretora de escola, de sabe? de criar esse rebuliço dentro da escola no sentido de que os outros estudantes vão ter que entender e vão ter que respeitar, a minha ação jamais seria e hoje eu já tenho essa compreensão, que se for necessário fazer esse rebuliço a gente tem que fazer, porque se não a gente não vai avançar nunca, é. Porque se não eles vão continuar fazendo isso, eu tô dando o exemplo da escola, né, mas acho que deu pra entender o que eu tô dizendo, é mais amplo. (Pedro, 2019)

Além de apontar a existência do isolamento decorrente das experiências de humilhação, Pedro aponta que a militância política como ponto de mudança da sua atitude frente a tais vivências. Na experiência dos jovens, a militância no Levante Popular da Juventude e a participação em outros espaços coletivos foram marcadores do processo de compreensão das vivências de humilhação e vergonha. Essa discussão será aprofundada no próximo capítulo, no qual explorarei o processo de conscientização (Freire, 1979) à luz do envolvimento dos jovens com o movimento social.

## **5. Organização popular: a conscientização como enfrentamento à pobreza**

Como discutido no Capítulo 3, a construção do conceito de pobreza está sujeita a uma série de conflitos de interesses (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012), e essa controvérsia se estende à compreensão de como enfrentá-la. De fato, é impossível separar a concepção de pobreza das propostas para combatê-la, uma vez que há uma relação intrínseca entre compreender e agir. Portanto, compreender o que é enfrentamento está intimamente relacionado a entender o que é pobreza.

Assim, considerar a pobreza como fenômeno multidimensional implica reconhecer a multidimensionalidade do próprio enfrentamento (Cidade, 2019). No entanto, é importante estar ciente da permanência das disputas de interesses, já que, mesmo ao adotar uma abordagem multidimensional, ainda é possível conceber estratégias de enfrentamento baseadas na agenda neoliberal (L.S. Siqueira, 2011). Essas concepções de pobreza individualizantes estão ligadas a abordagens de enfrentamento igualmente individualizantes, o que afasta o combate à pobreza de suas raízes no modo de produção (L.S. Siqueira, 2011). Conseqüentemente, o desenvolvimento de políticas de enfrentamento se concentra em fornecer ferramentas para o combate individual, negligenciando as dimensões sociais, coletivas e comunitárias do enfrentamento (Cidade, 2019).

Para afastar-me das perspectivas individualizantes, considero uma concepção multidimensional que inclui as dimensões estruturais, psicossociais e ideológicas da pobreza. Isso implica reconhecer que o enfrentamento da pobreza só pode ocorrer por meio de um processo de organização política coletiva que resulta em transformação social (Cidade, 2019). Com base nisso e considerando o objetivo específico de compreender as estratégias de enfrentamento utilizando categorias analíticas relacionadas às implicações psicossociais da pobreza, neste capítulo discuto o enfrentamento da pobreza por meio do envolvimento dos jovens nas ações do Levante Popular da Juventude.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte, discuto as características gerais da ação política do movimento, buscando situá-lo em seu campo político específico para compreender suas influências e especificidades como um movimento contemporâneo de juventude. Na segunda parte, analiso como o envolvimento com o movimento tem permitido aos jovens estabelecer processos psicossociais de enfrentamento à pobreza, com base no Diário de Campo e nas entrevistas realizadas com os militantes do movimento e as educandas

do cursinho. Para isso, examino as dimensões psicossociais do enfrentamento por meio do conceito de conscientização (Freire, 1979). Finalmente, discuto alguns desafios e contradições relacionados à atuação do movimento.

### **5.1. ‘ação faz a organização’: características da ação política do Levante.**

*A ação faz a organização*

*Não "podemo" abandonar os rumos da revolução*

*A ação faz a organização*

*Por terra, por trabalho,*

*Pela paz e educação!*

(Levante Popular da Juventude, 2018, 5 de janeiro)

Em 2012, como parte de seu processo de nacionalização, o movimento iniciou uma campanha chamada "Levante pela Memória, Verdade e Justiça", que incluiu os escrachos em denúncia de antigos torturadores da ditadura cívico-militar brasileira (Araújo, 2016). Durante esses escrachos, os militantes do Levante buscavam identificar os torturadores e organizavam protestos em frente às suas residências (Benevides Luz, 2013), denunciando que ali morava um torturador. O primeiro escracho em Belo Horizonte foi direcionado a Ariosvaldo da Hora e Silva (Levante Popular da Juventude, 23 de março de 2012). Em 2012, também houve um escracho contra o médico-legista João Bosco Nacif da Silva (Cosceli, 2014), e, em 2014, outro direcionado ao Coronel Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos, aposentado da Polícia Militar de Minas Gerais (Menezes, 2014). No mesmo ano, o Levante assinou um documento direcionado à Comissão Nacional da Verdade, pedindo a revisão da Lei da Anistia (Vianna, 2014).

As ações de escracho e a luta pela memória, verdade e justiça renderam ao movimento o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, entregue pela presidenta Dilma Rousseff em 2012 (Araújo, 2016; Santos, 2018). Contudo, as mobilizações também causaram incômodo, tanto aos torturadores, que moveram processos judiciais contra militantes, quanto à mídia comercial de direita. Um exemplo disso é a Revista Veja, que iniciou uma campanha difamatória contra os escrachos e o movimento (Benevides & Luz, 2013).

O escracho é tido como uma ação direta pelo movimento, para o qual esse tipo de atividade – a ação direta – não se constitui em ações de violência, e sim “aparece como um elemento importante para a luta social, de pressão e denúncia” (Araújo, 2016, pp.32) e

“veicula valores coletivos, exige organização e colaboração do conjunto da militância” (Araújo, 2016, pp.32).

Ao demarcar sua nacionalização com um processo de luta, o Levante indica o caráter político de sua proposta de atuação. O movimento adota a ação direta e as mobilizações como base para a construção de seu projeto político e a disputa ideológica. Isso contrasta com outras organizações que priorizam a elaboração teórica de um programa político antes de se envolverem em ações de massa. Em um estudo da experiência do Levante no Rio Grande do Sul, Paludo et al. (2016) observaram que, desde suas primeiras ações, o movimento procurou fortalecer o protagonismo dos jovens e evitar a replicação de métodos de outros movimentos, como os de organizações do movimento estudantil da época. Mesmo originando-se de um contexto político mais amplo, o caráter experimental das ações coletivas desempenhou um papel crucial na formação de Levante como movimento autônomo.

[...] o movimento entendia que o próprio processo organizativo garantiria a formação necessária naquele momento, assim, ao longo de sua trajetória, foi incorporando novas pautas da juventude e definindo seus métodos e suas formas organizativas, a partir de suas ações práticas, das atividades de mobilização das massas de jovens. (Paludo *et al*, 2016, pp.562).

Neste sentido, guiado pelo objetivo de organizar a juventude, os métodos de atuação e as pautas do Levante são definidas a partir da prática real, em que se priorizam as ações de massa (Paludo *et al*, 2016). Como evidenciam estas autoras, nem mesmo todos os jovens que aderiram ao movimento o fizeram por querer pertencer a uma organização política ou projeto revolucionário, mas sim através das atividades culturais e pela sociabilidade do grupo. Paludo *et al* (2016) defendem que fomentar o processo organizativo através da reconstituição da teia social, parece ser o objetivo das lutas e a preocupação central do movimento. De fato, o movimento é reconhecido como fornecedor de apoio social, por exemplo, ao responder quais os principais espaço de apoio que possui, Pedro comenta que “é mais o movimento, é mais o movimento na verdade” (Pedro, 2019).

No seu desenvolver, desde as primeiras ações, o movimento vai colhendo referências do campo político de sua origem, o campo popular. Segundo Araújo (2016) o Levante resgata e se apropria das bandeiras, dos símbolos e da mística dos movimentos sociais ligados às práticas dos segmentos cristãos da Teologia da Libertação. Paludo *et al* (2016) corrobora com esta influência, e sinalizam sua presença na identidade, no modelo organizativo em células e no método de atuação do movimento ao elencarem que,

Outro elemento importante de identidade decorre das Pastorais da Juventude dos anos 1960 e 1980: o método, forma de organicidade (organização) e valores: amizade, troca, compartilhamento da vida, vivência e acompanhamento. A “cultura” da Pastoral da Juventude, de reunir pequenos grupos e fazer um debate, é destacada por todos os entrevistados como “determinante” na formação do Movimento. Violão, alimentação coletiva e espaço aconchegante faziam parte da mística dos encontros na Pastoral. Nas entrevistas, esse aspecto aparece como um elemento importante na “reconstrução da teia social”, em direção à agregação dos jovens. (Paludo *et al*, 2016, p. 560).

Conforme enfatizado por Araújo (2016), a influência da Teologia da Libertação exerce um papel determinante na estruturação dos movimentos populares no período de 1975-1990, contando com forte apoio dos setores progressistas da Igreja Católica. Essa herança se estende até o Levante por meio dos movimentos que tiveram sua origem nesse período e que hoje integram o chamado campo popular, exemplificado pelo MST. Santos (2018) ressalta a contribuição crucial dos movimentos do campesinato, como o MST e a Pastoral da Juventude Rural (PJR), na formação da identidade e da estrutura organizativa do Levante. Segundo o autor, os movimentos camponeses desempenharam um papel fundamental na introdução de práticas de agitação, propaganda e mística (Santos, 2018).

A Agitação e Propaganda são práticas que têm como finalidade informar e potencializar a militância do Levante, bem com comunicar para fora do movimento (Araújo, 2018). Consiste no uso de elementos como pichação, teatro, muralismo, zines, cartilhas, batucada, música, dramatizações teatrais, escrachos, dentre outros (Ruskowski, 2009; Araújo, 2016). Quanto à mística, Santos (2018) destaca:

A mística é um processo de despertar e de sensibilização, que resgata a memória e aspectos da cultura do povo, transmitindo conhecimentos e saberes num processo dialético, uma vez que os “espectadores” se envolvem no ser e no sentir da mística. Esse processo de sensibilização ocorre por meio de poesias, músicas, encenações teatrais, reprodução de diálogos, palavras de ordem, entre outras formas de expressão humana, podendo ser utilizados vários elementos e cenários que representem a luta do povo brasileiro, como bandeiras, pás e enxadas (instrumentos de trabalho), cenário com velas (representando velório/enterro), etc (p.17)

Conforme observado por Santos (2018), esses processos "sócio-artísticos-culturais" (p.17) têm o propósito de resgatar a memória social das lutas do povo brasileiro e sensibilizar para a ação social. Essa recuperação da memória social é um elemento significativo no processo de enfrentamento (Cidade, 2019). De acordo com Silva e Ruskowski (2010), para os militantes, o momento da mística representa um espaço de aprendizado emocional, onde o foco recai no sentimento das pessoas, reduzindo as assimetrias baseadas em diferenças

educacionais (p.44). Isso assume uma importância particular, dada a intenção do movimento de unir jovens com diversas origens e trajetórias.

Durante minha jornada como militante e ao longo desta pesquisa, tive a oportunidade de participar da elaboração e execução de várias místicas. Entre elas, destaco a mística de abertura da aula inaugural da nova turma do Podemos +, conforme relatado em meu Diário de Campo:

Neste espaço a mística foi: com uma bandeira nacional sobre uma cadeira, cada participante da mística lia uma manchete de jornal que destacava os avanços na área da educação resultado das políticas adotadas desde o Governo Lula, a cada manchete lida um livro era colocado sobre a bandeira. Em seguida outra dupla (eu era uma das pessoas) ia lendo notícias que destacavam os retrocessos na área desde o Golpe de Estado em 2016, a cada manchete um livro era tirado e jogado num saco de lixo. Depois saíamos com os livros pra fora. Em seguida voltávamos todos em uma fila, com o estandarte do curso a frente, retornando os livros para a bandeira do Brasil. (DC, 18 de mar. de 2019)

Nesta aula inaugural, estavam presentes pais, educandos, educadores, militantes do Levante e representantes de movimentos e organizações parceiras. Em vez de adotar uma abordagem discursiva tradicional, a encenação ofereceu aos presentes uma análise do panorama educacional brasileiro, destacando tanto os avanços como os retrocessos em uma ordem cronológica que os instigou a realizar suas próprias reflexões. Além disso, a mística concluiu com um gesto simbólico, simbolizando o compromisso do cursinho em lutar pelo direito do povo à educação, ao devolver os livros à bandeira nacional, conduzidos pelo estandarte do Podemos +.

Após a mística, houve uma série de apresentações e um bate-papo. Durante os discursos, manifestações de apoio à iniciativa de criação do cursinho popular foram evidentes, juntamente com a indignação em relação ao cenário de desmantelamento educacional. Isso foi ilustrado por uma mãe que compartilhou a experiência de um parente que trabalhava em uma Universidade Federal e relatou os cortes nas bolsas (Diário de Campo, 18 de março de 2019).

Além da influência dos movimentos populares nas ações e no simbolismo (Araújo, 2016), o Levante compartilha também outros elementos importantes com esses movimentos. É notável a presença de uma leitura política que não abandona nem o conceito de classe trabalhadora nem a possibilidade de uma transformação social profunda. Dessa forma,

mantém-se viva no Levante a perspectiva da revolução brasileira e da construção do socialismo (Araújo, 2016; Santos, 2018).

Conforme destacado por Paludo et al. (2016), o Levante surge em um terreno movediço que afeta todas as relações sociais. Trata-se de um período histórico de transformações intensas do capitalismo mundial, iniciados a partir de meados das décadas de 1960 e 1970, que incluem desde a ascensão do neoliberalismo à queda do Muro de Berlim (Paludo *et al.*, 2016; Araújo, 2016). A queda do Muro de Berlim, em particular, representou uma derrota estratégica para a classe trabalhadora, resultando em recuo notável das organizações com base na classe, juntamente com a crença em projetos revolucionários. Essa conjuntura abriu espaço para o surgimento de análises teóricas que proclamavam o fim dos tempos e o declínio das utopias no âmbito das ideias, enquanto, no campo das organizações, propiciava o surgimento dos chamados Novos Movimentos Sociais (Paludo et al., 2016; Araújo, 2016).

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) são organizações que, diferentemente de se basearem na ideia de classe, passam a se organizar em torno de pautas específicas e identitárias (Paludo et al, 2016). Em geral, esses movimentos abandonam a análise da estrutura econômico-social e a perspectiva de transformação social por meio de projetos revolucionários (Paludo et al, 2016). Suas análises e ações deixam de lado a esfera econômica e se concentram na política e nas práticas culturais, passam assim a disputar a sociedade civil e não mais o poder do Estado (Araújo, 2016).

Araújo (2016) demonstra que o conceito de NMS nasce na Europa para o entendimento de mobilizações europeias pós-1970. Contemporaneamente, no Brasil, durante o período de 1975 a 1990, surgiram os chamados Movimentos Populares, exemplificados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. Embora esses movimentos tenham se concentrado em pautas específicas, suas identidades são marcadas por características contestatórias e pela busca de confronto com a institucionalidade do Estado, especialmente durante o processo de redemocratização e a elaboração da Constituição. Importante salientar que esse contexto brasileiro não exclui o país dos referenciais teóricos e estruturas organizacionais dos NMS, conforme destacado por Paludo et al (2016) e Araújo (2016).

Observa-se que o Levante incorpora elementos dos Novos Movimentos Sociais (NMS), tais como a ênfase na dimensão afetiva, a disputa pela cultura e pela política, e a promoção de uma nova sociabilidade (Paludo et al, 2016; Araújo, 2016). Além disso, o Levante aborda e debate questões de gênero, raça e diversidade sexual, que muitas vezes são categorizadas como pautas identitárias. No entanto, ele vai além, ao incluir espaços de formação específicos para essas temáticas e estabelecer estruturas organizacionais em nível nacional, estadual e local para fortalecer essas questões, por meio de coletivos nacionais e setores (Santos, 2018). Assim, o movimento incorpora essas pautas à construção de seu projeto político, o Projeto Popular, integrando-as em sua análise da realidade e em seu projeto de transformação, o que já representa um diferencial em relação aos novos movimentos sociais.

Outra distinção importante do Levante em relação aos novos movimentos sociais é que ele não se concentra apenas na sociedade civil, mas reconhece a necessidade de disputar o Estado e as estruturas de poder. O movimento participa ativamente dos espaços institucionais, como conselhos participativos (Araújo, 2016), e se envolve em disputas eleitorais. Conforme sintetiza Araújo (2016),

As ações e intervenções do LPJ não se fecham ou se limitam a uma única dimensão ou esfera da vida social, de modo que cultura e política se entrelaçam no sentido da necessidade de produção de novos códigos culturais que disputem sentido com o todo da sociedade, bem como na disputa na estrutura institucional que normatiza o campo das relações sociais vigentes. A intenção do movimento é criar uma contra hegemonia a partir da conexão ativa e prática entre diferentes formas de lutas, que podem ou não se expressar imediatamente como uma luta econômica ou política. (pp. 50-51).

Para a autora, outro elemento que distingue o Levante é que ele não carrega uma bandeira específica, mas aglutina uma série de setores da juventude oriundos de lugares distintos (estudantil, periférico e rural), de maneira que o movimento busca aglutinar um amplo conjunto de pautas. Há assim um caráter processual na elaboração das pautas, o que está em sintonia com a ideia de que a ação e a luta definem o projeto, ‘faz a organização’, e pode ser observado desde as primeiras ações do movimento (Silva & Ruskowski, 2010; Paludo *et al*, 2016).

Ao mesmo tempo em que há potência nessa forma de se organizar, Paludo *et al* (2016) advertem para o risco do movimento ser levado por pautas específicas e conjunturais de maneira a retardar a elaboração de um projeto de transformação. Já Araújo (2016) crê que

o desafio é trabalhar as contradições dessa juventude plural e relacionar suas demandas a um projeto alternativo. Para esta autora, o movimento

parte do pressuposto de que, para disputar a diversidade das juventudes e incidir sobre os rumos da esquerda, é necessário crescer em força social, no sentido de se apresentar como referência para amplos setores juvenis, que embora progressistas não estão organizados e não se identificam com ferramentas mais tradicionais de participação, como partidos e sindicatos. Esse é o desafio da massificação: mobilizar o conjunto das juventudes em torno de uma pauta. É com esse objetivo que o movimento se propõe a renovar os métodos de luta, recuperando, por exemplo, a tradição de agitação e propaganda da esquerda, com intervenções que utilizam desde batucadas a encenações teatrais em lugares públicos. (Araújo, 2016, pp.94)

Organizar tal diversidade de experiências com certeza não é tarefa fácil, requer do movimento uma constante necessidade de inovação, articulação com lideranças e organizações, e mediação de demandas locais associando-as a um projeto comum. Na Pedreira Prado Lopes foram lançadas diversas iniciativas pelo movimento a fim de construí-lo no local. Pedro (DC, 18 de junho de 2019) conta que ao longo dos anos, o movimento buscou construir atividades culturais e esportivas, como oficinas de futebol para meninas, a consolidação de uma roda de capoeira – hoje desvinculada do movimento. Também foram realizadas atividades locais da Semana Nacional de Solidariedade Nós Por Nós, que ocorre em todo o país desde 2015 e tem como objetivo trabalhar a identidade dos jovens nas periferias por meio de ações de solidariedade, atividades culturais e esportivas, além de unir as lideranças comunitárias à juventude disposta a contribuir com a organização de seus bairros (Levante Popular da Juventude, 2015). Atualmente a principal ação e aposta organizativa do movimento na Pedreira é o cursinho popular podemos + (DC, 18 de junho de 2019).

## **5.2. Conscientização como fenômeno psicossocial de enfrentamento à pobreza**

A conscientização é um conceito muito popularizado a partir da obra do educador popular Paulo Freire e, apesar de não ter sido criado por ele, é central no desenvolvimento de sua proposta de educação popular. Para Freire (1979, 1982) as características de uma sociedade produzem tipos de consciências distintas, uma vez que a relação entre o indivíduo e a coletividade se distingue. De fato, a psicologia histórico-cultural demonstra que o psiquismo se constitui na relação do indivíduo para com os outros de uma cultura compartilhada, tendo a linguagem como ferramenta de mediação (Vygotsky, 1982/2004), corroborando assim para a posição de Freire (1982).

Diversos autores (Góis, 2005; Cabral *et al.* 2015; Vieira & Ximenes 2012, 2017) já buscaram aproximar o conceito conscientização em Freire (1982) e o de consciência em Vygotsky (1982/2004), uma vez que ambos têm como base o materialismo histórico-dialético. Para Cabral *et al.* (2015) os autores se aproximam por compartilharem a dimensão política, a mediação social e a atividade como constituinte de tais conceitos. Por um lado, Vygotsky (1982/2004, 1984/2010) demonstra que a consciência individual se constrói por meio da atividade humana mediada pela linguagem compartilhada, de outro Freire (1982) defende que apenas pela ação coletiva em direção a transformação social se pode ocorrer o processo de conscientização. Contudo, há de se destacar que enquanto Vygotsky (1982/2004, 1984/2010) se debruça sobre a compreensão da formação do psiquismo, Freire (1979, 1982) refere-se à conscientização enquanto fenômeno político, trata-se da consciência política.

Como mencionei anteriormente, a base epistemológica que orienta este trabalho é o materialismo histórico-dialético, apoiado nos princípios teóricos da psicologia social latino-americana, que incorpora amplamente as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, bem como da educação popular de Paulo Freire (Martín-Baró, 1998). Inclusive, a influência deste último se faz presente no próprio campo de pesquisa, uma vez que o Levante Popular da Juventude adota a educação popular enquanto referencial para sua práxis, especialmente nas ações da Podemos +. Neste sentido, vejo o conceito de conscientização como uma ferramenta teórica potente para a compreensão dos processos psicossociais de enfrentamento à pobreza.

Como exposto, para Freire (1979, 1972) há tipos específicos de consciência, cujas características estão constitutivamente relacionadas ao tipo de sociedade em que o indivíduo está inserido. O primeiro tipo de sociedade é a sociedade fechada, marcada pela violência, pela dominação, pela dependência e pelo distanciamento da elite e o povo (Freire, 1982). Trata-se de sociedades marcadas pelo silêncio e a submissão (Freire, 1982), onde as condições objetivas impõem aos sujeitos problemas vitais e preocupações mais imediatas (Freire, 1979, 1982), limitando a capacidade de apreensão da realidade (Vieira & Ximenes, 2008). Nessas sociedades, a consciência tende a ser do tipo semi-intransitivo, caracterizada por uma quase imersão dos sujeitos em sua realidade (Freire, 1982), que é compreendida de maneira cristalizada e fatalista (Vieira & Ximenes, 2008), muitas vezes prescrita pelos desígnios divinos (Freire, 1982).

O segundo tipo de sociedade é caracterizado como sociedades em transição (Freire, 1982). Essas sociedades se destacam pela emergência do conflito entre o antigo e o novo,

uma redução na distância entre as elites e a população, o que possibilita um diálogo mais amplo (Vieira & Ximenes, 2008). Embora elementos das sociedades fechadas ainda persistam, essas sociedades têm o potencial de evoluir em direção à transformação. No entanto, é importante notar que esse processo, embora possa levar à libertação, também representa um momento propício para golpes e movimentos reacionários (Freire, 1982). Por exemplo, Freire (1982) considerou que a sociedade brasileira estava passando por essa transição na época do golpe cívico-militar de 1964.

Quanto ao tipo de consciência, nas sociedades em transição, é evidente a presença da chamada consciência transitiva ingênua. Aqui, a capacidade de compreensão das questões sociais é ampliada, embora ainda haja alguma sobreposição com a consciência semi-intransitiva (Freire, 1982). Assim, em um primeiro momento da transitividade, há a consciência transitiva ingênua, caracterizada por uma apreensão aprimorada das questões sociais, embora essa apreensão seja mais movida pela polêmica do que pelo diálogo (Freire, 1983).. Este tipo de consciência muito lembra a conjuntural atual, uma vez que é propícia ao fanatismo

A consciência transitiva ingênua, então, forneceria condições para que se pudesse implantar qualquer tipo de tirania contra os seres humanos. Não é à toa que os grandes ditadores sempre têm como apelo a emoção e, ao mesmo tempo, a firme postura de um grande protetor, que não precisa ter algum tipo de preparo específico para administrar um lugar, sob a égide de que “quem ama protege”. Como exemplo disso, na História da América Latina, podemos identificar o período da ditadura militar, dos anos 1960 até meados dos anos 1980, em que se utilizavam slogans ufanistas, como “Brasil, ame-o, ou deixo-o!”. (Vieira e Ximenes, 2008, pp.26)

O terceiro tipo de consciência é a consciência transitivo-crítica, vinculada às chamadas sociedades abertas e genuinamente democráticas (Freire, 1979, 1982, 1983). Essa forma de consciência está intrinsecamente relacionada ao diálogo e à construção coletiva, caracterizando-se pela interpretação aprofundada da realidade e dos problemas, substituindo explicações míticas por explicações fundamentadas em princípios causais (Freire, 1983). É, portanto, uma consciência mais aberta, dialógica e indagadora (Vieira, e Ximenes, 2008).

Creio ser importante apontar que uma leitura desatenta do processo de conscientização pode levar a interpretações desse conceito a partir de um marco moral (Ximenes e Vieira, 2012), ou mesmo o acionando hierarquizações, especialmente a partir da epistemologia eurocêntrica (Gonçalves, 2019). É fundamental salientar que o uso de termos como "mágico", "mítico" e "ingênuo" para descrever os diferentes tipos de consciência não

implica qualquer forma de hierarquização cultural, como é desenvolvida pela colonialidade do poder a partir de uma epistemologia eurocêntrica. Freire (1979, 1982, 1983) não adota uma postura hierárquica em relação às cosmovisões; na verdade, demonstra que o processo de dominação e dependência aliena o ser humano e compromete sua ação na cultura anulando aspectos culturais próprios e impondo o dominador como referencial de identificação (Freire, 1979).

Nas palavras de Freire (1979),

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a 'desvela' para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (pp. 16-17)

Assim, as elaborações de Freire (1979, 1982, 1983) não buscam a hierarquização dos diferentes aspectos culturais, mas sim uma análise do nível de possibilidade que os sujeitos têm de ação-reflexão sobre os processos sociais e culturais que estão inseridos. Para além, não se trata do processo de mudança de um ponto inicial a um ponto final estabelecido, este é um movimento de convencimento, não de conscientização (Vieira e Ximenes, 2012).

Sem dúvida, há uma dimensão de anúncio da mudança por parte dos movimentos que buscam alterar de forma revolucionária a realidade atual. Freire argumenta que neste anúncio existe um "pré-projeto" (Freire, 1982, p.78) que, contudo, não é pedante e esclarecido; pelo contrário, emerge da denúncia e se viabiliza pela práxis (Freire, 1982). Em outras palavras, o anúncio da transformação não é uma construção idealizada dela, mas sim uma denúncia (denúncia + ação), possível somente por meio do exercício do movimento da práxis, com as organizações e movimentos sociais em comunhão com o povo.

A discussão anterior acerca da ação política do Levante sinaliza que, ao buscar absorver as mais diferentes pautas da juventude, o movimento aponta para a busca de uma síntese entre compreender a realidade, anunciar um projeto e construir conjuntamente a transformação. Assim, a ação do movimento incide sobre os modos de vida dos jovens, visando construir coletivamente saídas para seus problemas e expectativas.

Para Silva *et al* (2016) o enfrentamento à pobreza tem relação com a vivência cotidiana dos sujeitos, é uma forma de ação conjunta de ampliar as respostas cognitivas, comportamentais e afetivas para lidar com a situação vivenciada. Em semelhança, para Cidade (2019) as estratégias psicossociais de enfrentamento são um conjunto de formas de lidar com as adversidades em um determinado contexto histórico-cultural e integra a capacidade de ressignificar a realidade e agir sobre ela. A autora propõe um modelo de condições para o enfrentamento e a transformação social que é composto de *continuum* em que o enfrentamento é constituído por um primeiro nível de reação, seguido de um segundo nível de adaptação e, subsequente a este, é possível o estabelecimento de um processo de transformação social.

Percebo que é possível uma aproximação entre o modelo de capacidade de enfrentamento e transformação social proposto por Cidade (2019) e as descrições sobre os tipos de consciência e o processo de conscientização de Freire (1979, 1982, 1983). No modelo proposto por Cidade (2019), o nível de reação refere-se a situações em que o sujeito tem de emitir uma resposta imediata às situações que vive, trata-se de uma vivência com pouco acesso a recursos financeiros e redes de apoio social mais práticas. Por essas características, encontra-se no nível de reação a prevalência da consciência semi-intransitiva (Freire, 1979, 1982, 1983).

Já o nível da adaptação é quando o sujeito possui melhor acesso aos recursos financeiros, há o estabelecimento de redes de apoio social que vão além das necessidades imediatas, as relações de solidariedade podem ir surgindo e a identidade cultural pode ser mais valorizada (Cidade, 2019). Neste nível o sujeito consegue ampliar sua capacidade de apreensão e ação na realidade (Cidade, 2019), é, portanto, o momento de prevalência da consciência transitiva-ingênua (Freire, 1979, 1982, 1983). O terceiro momento é a transformação que segue o enfrentamento, quando o sujeito tem acesso às políticas públicas, as organizações comunitárias e populares estão fortalecidas e, com acesso aos direitos fundamentais, o sujeito pode agir para a transformação (Cidade, 2019). É, portanto, o momento de prevalência da consciência transitiva-crítica (Freire, 1979, 1982, 1983).

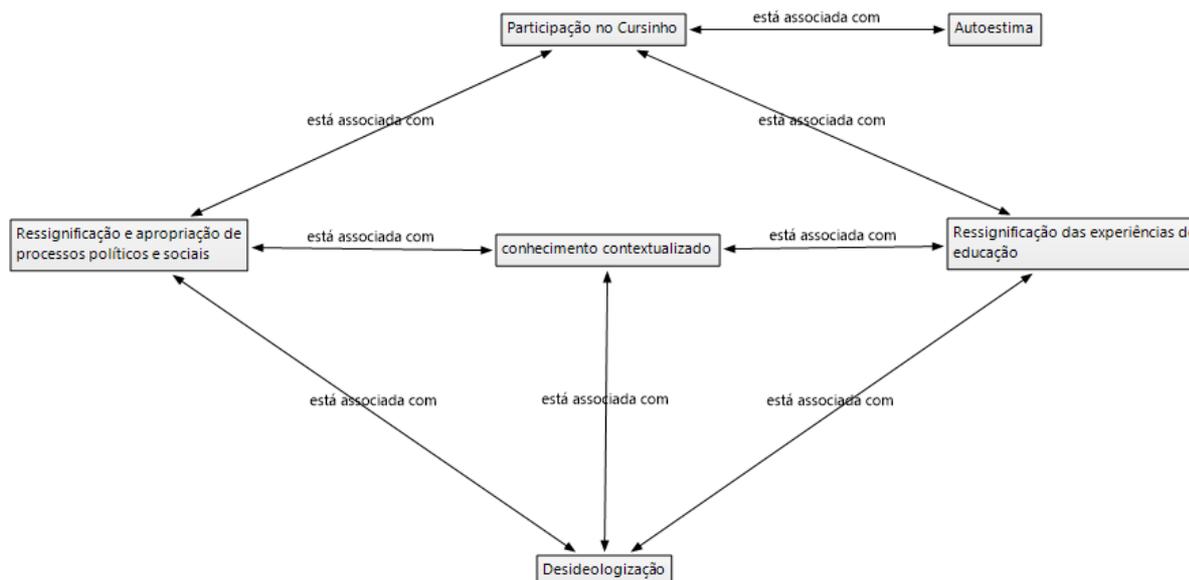
Tal aproximação nos permite compreender a dimensão psicossocial do processo de conscientização. Penso que ações do Levante Popular da Juventude estão compreendidas no nível de adaptação do modelo de enfrentamento. As ações que acompanhei na observação participante envolvem jovens que já possuem algum tipo de apoio social e acesso a direitos,

conforme discuti a partir da análise de seus modos de vida. São jovens que vivenciam situações de privação e dominação, mas que já conseguem contar com um aporte que permite agir de maneira mais planejada às adversidades que vivenciam,

os sujeitos já ultrapassaram a etapa anterior de reação e ensaiam ações de maior apropriação reflexiva da realidade, com abertura para a problematização e reconhecimento do potencial da articulação comunitária para a mudança das condições locais (Cidade, 2019, p. 243)

Para Cidade (2019), no momento da adaptação, se não há acesso a espaços coletivos de transformação, o indivíduo dirige sua capacidade criativa para a busca de soluções individuais. Por exemplo, acesso à educação superior, por estar relacionada com a melhoria da qualidade de vida (D'Avila *et al*, 2011), pode se apresentar como um caminho individual de enfrentamento. Contudo a ação do movimento neste momento marca um diferencial. Por mais que os jovens possam buscar no cursinho Podemos + um meio para o acesso à educação na perspectiva despolitizada e ideologizada, a participação no cursinho permite que os jovens experimentem espaços de construção coletiva que impulsionam um movimento de criticidade.

Assim, identifico que as ações do movimento buscam a construção de uma rede de solidariedade, são espaços de construção de apoio social popular que surgem como resistência e alternativa. Essas ações são fundamentadas em um processo de denúncia das privações vivenciadas pela juventude, assim como no anúncio da construção coletiva de soluções. Dessa maneira, tanto entre os militantes quanto entre as educandas, observa-se o início de um movimento de transição entre a consciência transitiva-ingênua e a consciência transitiva crítica, no qual os jovens transformam suas visões sobre si e sobre o mundo. A figura abaixo ilustra esse processo entre os jovens do cursinho:



**Figura 18.** Mapa Categorical: Conscientização/Educandas

Fonte: Elaborado pelo autor

Baseado na educação popular, a participação do cursinho não se limita a uma posição passiva da educação bancária (Freire, 1983). O planejamento do cursinho é feito de forma coletiva, permitindo aos jovens tomar decisões acerca de seu processo educativo. Um momento especial são as chamadas reuniões da comissão político-pedagógica, composta por educadores e educandos, estes espaços são apropriados para avaliação do cursinho e compartilhamento de experiências e pontos de vista. Destaco o comentário compartilhado por Patrícia em uma destas reuniões, conforme diário de campo:

Primeiro ela disse que acha que está ‘super militante’ agora, que está até chata de tanto falar disso, contou que votou no Bolsonaro e que lembra da filha comentar que ele ia fechar a escola dela, e agora ela entende que ele quer fechar a escola que ela quer entrar (a universidade). Contou que mudou diversas opiniões e que abriu os olhos pra várias coisas, através do cursinho e da leitura de Brasil de Fato. O que mais me marcou, contudo, é a ressignificação que ela fez da educação; ela disse que há anos faz o ENEM mas nunca tomou isso com empenho que tomou esse ano, e o cursinho foi um bom suporte, ela disse que passou a dar mais valor à sua educação, e por consequência passou a dar mais valor à educação de sua filha e começou incentivar mais e acompanhar mais a vida escolar desta. (DC, 25 de maio de 2019)

O impacto do envolvimento da educanda parece, assim, ter repercussões sobre seu comportamento e até mesmo geração seguinte de sua família, ao dar mais valor à educação da filha. Em outra situação, durante o ato da Greve Geral, disse que já era parte do Levante e queria uma bandeira (DC, 14 de junho de 2019), fala que repetiu em outras ocasiões. A educanda estuda para concurso público, mas já declarou também interesse em fazer sociologia (DC, 27 de junho de 2019).

A percepção de construção coletiva também se encontra no relato da reunião ocorrida ao fim do semestre, quando Perséfone ao avaliar o andamento do cursinho em relação a esta reunião de maio:

A Perséfone disse que sente que a gente evoluiu desde a última reunião, destacou que debatemos assuntos muito interessantes, disse que os educadores sempre evoluem temas atuais nas explicações e usou por exemplo o caso da questão do petróleo. Relatou que o tema foi discutido em sociologia, mas também em outras disciplinas como geografia quando o professor estava discutindo geografia física e explicou a situação da Petrobrás. (DC, 18 de julho de 2019)

A educanda explicita em sua fala um elemento central da práxis de educação popular: a construção de conhecimento contextualizado. Para Freire (1983) este elemento é para uma prática educativa direcionada a liberdade e ao processo de conscientização. Tal processo permite as educandas a ressignificação e apropriação de processos políticos e sociais, como podemos ver no relato de Ashley:

Por exemplo, deixa eu ver... É... Eu sei que essas pessoas que têm muita terra, grande, tipo têm muita mais terra mesmo no Brasil, eles ganharam isso... Isso vem há anos atrás lá da Europa, de quando Portugal invadiu o Brasil aí deram terras pras pessoas, daí essas pessoas é... Ficaram sendo donas daquelas terras. E quem tem grandes terras são essas pessoas de várias e várias linhagens. Então eu acredito, então acredito que ela não saiba disso. Isso seria algo interessante dela saber também, tanto do pessoal lá do interior porque eu não faço a mínima ideia de como é que eles tem aquelas terras no entorno, de como é que eles foram parar lá. E ela teria uma base disso, que ela mora lá e também não sabe. (Ashley, 2019)

A percepção de um conhecimento contextualizado desperta na jovem o interesse de compartilhá-lo com os familiares que vivem em condições afetadas pelo conhecimento que adquiriu. Ou seja, há um endereçamento do conhecimento para a coletividade. Perséfone, em sua entrevista, também relata a mudança na percepção de elementos da realidade, narrando um processo de desideologização (Freire, 1979) acerca da ideologia da meritocracia:

P: É, não, é... no caso a gente pensa assim, é, muita gente fala 'ah, porque se você se esforçar você consegue, que não sei o que', não é assim, as oportunidades não são as mesmas pra todo mundo, nem todo mundo vai conseguir por causa do esforço, não é esforço que vai te fazer seguir pra frente, ajuda mas não é aquilo que vai fazer a diferença, entendeu?

L Você sempre pensou assim?

P: Não. Eu comecei a pensar assim recentemente mesmo. Tanto com as coisas do cursinho, quando com as coisas fora mesmo. Acho que é, que como eu falei, a mente clareou assim sabe? Até então, até meu ensino médio mais ou menos, eu ainda achava que com esforço, com dedicação, a gente realmente conseguia passar, a gente

conseguia aquilo que a gente queria, mas as oportunidades não são as mesmas pra todo mundo, não tem como, assim, no sistema que a gente vive hoje, não tem como você se equiparar com alguém que estudou numa escola particular, que tem 'n' oportunidades, enquanto a gente estudou numa escola pública que o ensino não era o mesmo que o ensino de uma escola particular, totalmente diferente (Perséfone, 2019)

Na dimensão da apreensão dos fenômenos políticos, o envolvimento com o cursinho também permite a ressignificação das vivências educativas anteriores. As jovens comparam suas vivências anteriores de educação formal, compreendendo-as como espaços de educação bancária (Freire, 1983). A horizontalidade nas relações estabelecidas no cursinho é avaliada como um diferencial em relação às experiências anteriores:

P: Por exemplo, na escola a gente tá ali todo muito em fileira, assim, não pode conversar com o coleguinha, tem aquela coisa assim de tá, de ter o mapa de sala, então a sala é toda organizada de um jeito e tals... no cursinho não, a gente é organizado em um círculo assim, uma meia-lua né, e, e isso faz uma diferença imensa, a gente tá ali em contato um com o outro, a gente consegue ver o outro, a gente tem uma visão mais clara ali da, da, da aula, do professor, do que que tá explicando, que a gente consegue concentrar melhor, parece sabe, quando tem, tá ali na fileira direitinho, tá tem aquele monte de gente na sua frente, tá olha que que o outro tá fazendo, o que tá acontecendo, começa a distrair, começa a conversar, então é totalmente diferente, até no jeito de organizar. (Perséfone, 2019)

O envolvimento no cursinho é percebido como fator de mudança na postura individual frente ao mundo, Ashley relata que o envolvimento com o cursinho permitiu de se apropriar de temas como a política: “sobre política por exemplo, até mesmo religião, sobre... sobre o nosso Brasil, coisas que eu não fazia ideia na escola” (Entrevista, Ashley 2019). Já Perséfone destaca que também percebe uma transformação em si mesma a partir do envolvimento com o cursinho. Segundo a jovem:

P: Mas é, tanto a minha postura mudou, meu jeito de, de sentar numa cadeira, por exemplo, quanto os meus pensamentos, assim sabe? A gente via muita fake news, muita coisa de internet, sobre política, sobre, enfim, 'n' coisas, e aí a gente aqui no cursinho é muito esclarecido sobre tudo sabe? É um clareamento assim que dá na mente

L: É?

P: É

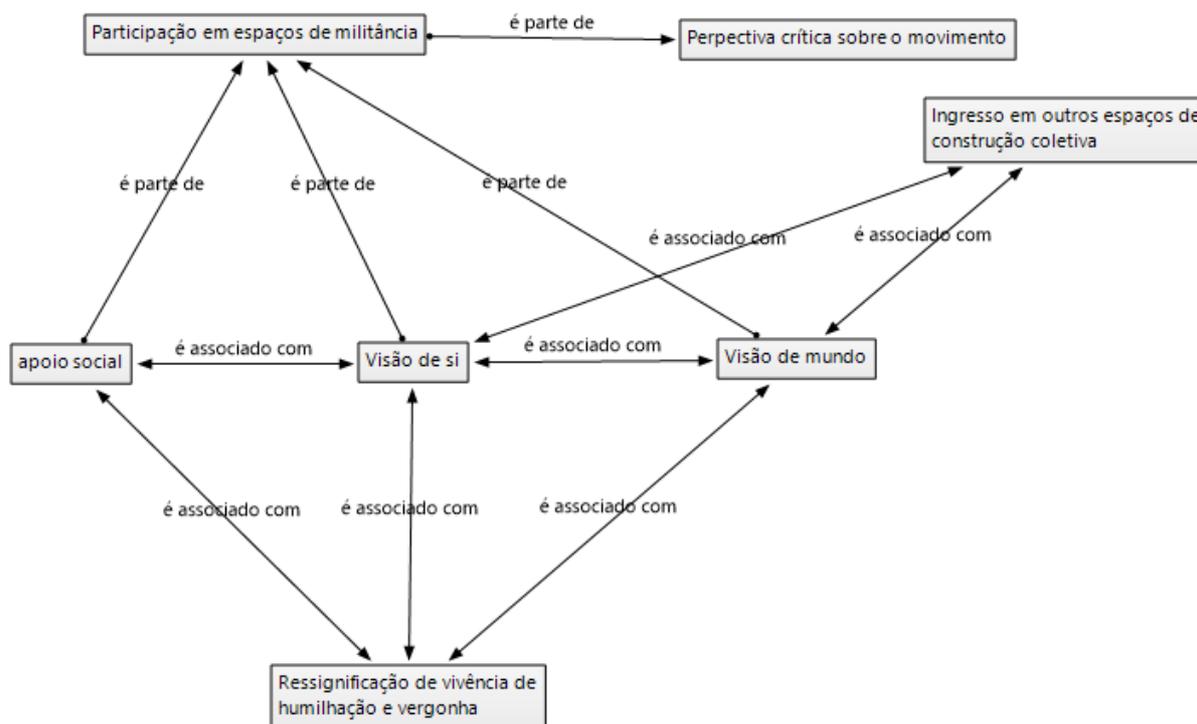
L: Você falou como você senta na cadeira diferente...?

P: É, eu comecei, é, e eu, eu, andava sempre curvada, tanto na rua porque eu sempre fui muito tímida e muito de cabeça baixa, num olhava pros olhos assim, eu não consigo com alguém olhando no olho. E aí eu passava na rua eu olhava assim e não conseguia muito olhar pra cara das pessoas mesmo. E aí eu fui desenvolvendo assim,

a gente foi tendo aula no cursinho, e ai foi passando o ano, hoje em dia eu já consigo ter uma postura melhor, andar ereta na rua assim, ter mais confiança, e, e, saber que tipo as coisas que a gente passa no dia a dia , não é só a gente que ta passando, muita gente ta passando também, entendeu? então tipo, isso dá uma confiança a mais pra gente, pra gente poder erguer a cabeça e seguir em frente. (Perséfone, 2019)

Os relatos aqui apresentados sinalizam que o envolvimento das jovens com o cursinho tem sido um importante caminho para o estabelecimento de estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza (Cidade, 2019). As crenças ideologizadas aos poucos vão dando lugar a perspectivas mais críticas sobre o mundo, ao mesmo tempo em que são experimentados afetos positivos que impactam na autoestima dos jovens. Aponta-se um movimento de transição entre a consciência intransitiva-ingênua e a consciência crítica (Freire, 1979). Contudo há de se advertir que não quer dizer que esta transição esteja concluída, mas sim que há potência para seu desenvolvimento, uma vez que ainda há um envolvimento apenas inicial com experiências de organização coletiva.

Já entre os militantes, inseridos em um processo de organização coletiva de um movimento, outras implicações são percebidas. A imagem abaixo representa o processo de conscientização entre os militantes:



**Figura 10.** Mapa Categorical: Conscientização/Militantes

Fonte: Elaborado pelo autor

O movimento é reconhecido como um significativo provedor de apoio social em diversas formas. Para Pedro, por exemplo, o movimento é a principal fonte de apoio. Quando questionado sobre os espaços de apoio que possui, ele responde: "Olha, é mais o movimento, é mais o movimento na verdade" (Pedro, 2019). O envolvimento com o movimento oferece aos jovens a oportunidade de construir uma extensa rede de contatos. A participação em espaços de compartilhamento de experiências, assim como em atividades de formação política, é vista como uma oportunidade de transformação:

Foi, com certeza, porque aí eu conheci pessoas, né, da Frente Territorial, da Frente Estudantil de vários lugares do Brasil [...] E aí tinha um momento sempre inicial, que a gente tava começando essa militância, que era o momento de depoimentos das pessoas né, aí as pessoas contavam coisas que tinha acontecido com elas pra elas se identificarem como pessoas negras, porque nem elas sabiam que elas eram negras, e nem muito menos eu, porque eu não sabia que existi raça no sentido de racismo ou, de raça mesmo, não sabia. É... então nesses espaços através dos depoimentos eu me choquei porque eram depoimentos parecidíssimos com o meu, com a minha história, e depois a formação vinha e falava 'olha isso vem daqui, daqui, daqui, daqui' então pontuava de uma maneira mais profunda. é... então pra mim foi uma transformação muito grande, num primeiro momento eu compreendi essa questão da raça como uma, uma noção que explicava o porque eu era inferior, porque as pessoas viam como inferior, então eu assimilei essa questão do negro como sendo alguém inferior num primeiro momento, por causa desses depoimentos drásticos, por causa dessa dores né que a a gente compartilhava. (Chisto, 2019)

O processo de identificação e debate permite uma ação-reflexão de Chisto em relação às suas experiências anteriores de humilhação e vergonha. O que era experimentado de forma individual passa a ser coletivizado, construindo-se como apoio emocional. Para além, Chisto relata que a militância no Levante proporcionou o contato e a construção coletiva:

do ponto de visto dos negros, do que era ser negro, então hoje em dia para mim é um sinal de poder e também de ancestralidade né uma ligação com a, com os índios também, que eu fui pesquisar minha história de família, eu tenho uma ligação muito forte com os índios, é.. e com também com os negros né, e portanto com a África e portanto com o Brasil" (Chisto, 2019)

O resgate cultural emerge como uma dimensão significativa na construção dos processos de transformação social (Cidade, 2019). No relato acima, observa-se que a militância representa um espaço fundamental para o fortalecimento da identidade cultural de Chisto. Além disso, o processo de conscientização, iniciado no movimento, estende-se para além das ações da organização. Chisto relata que o contato com a capoeira proporcionou uma compreensão mais ampla da ancestralidade, um entendimento que ele busca compartilhar nos espaços do Levante:

É... eu ia pra esses espaços e ia trazendo a visão que a capoeira me deu, porque eu percebi depois com o tempo que mesmo com as formações que a gente tinha dentro da militância, elas eram muito insuficientes pra contar a história do ponto de vista do nosso povo, né? E que a capoeira contava, numa forma muito simples que é sua própria existência contar essa história né, os cantos da capoeira contam essa história, os sentidos da capoeira apontam esse caminho que foi feito né, então a capoeira ela me reconectou com os meus ancestrais e também me, me deixou a par da força dessa herança, né, porque ela própria é uma herança né, então por isso ela cumpriu esse papel de abrir esse caminho muito forte (Chisto, 2019)

Semelhante a Chisto, Pedro também relata que o envolvimento com o movimento proporcionou espaços de reflexão e formação da compressão de si no mundo:

Olha, o movimento me ajudou a perceber quem eu sou, é, racialmente sabe? me ajudou a entender a minha orientação sexual. Isso não foi outro lugar, foi o movimento, e a partir disso eu me entendo como sujeito, e como sou e que assim eu sou, e é isso sabe? que não sou pior ou melhor por ser assim (Pedro, 2019)

O apoio emocional construído nos espaços do movimento é fundamental para a construção positiva da visão de si de Pedro, como mostra o relato acima. Para além, na entrevista o jovem conta que pela convivência no movimento pode refletir sobre sua sexualidade:

É porque eu entrei, eu era hetero, né? Eu era, meu filho, tive uma pequena temporada hetero, aí depois que a gente foi percebendo, né, a partir de certas vivências, quando você convive com outras pessoas, né, que não são heteros, você fala assim ‘uai gente, acho que tem algo diferente em mim, deixa eu compreender o que que é’ e na medida que você convive com semelhantes você vai amadurecendo também né, na medida que essas outras pessoas também te ajudam a amadurecer isso né, isso foi algo que aconteceu bastante, né. Pessoas do movimento diretamente né, lidaram comigo no sentido de me ajudar neste processo também né, que não é fácil também, que pode ser muito violento também para muitas pessoas né, de compreender a sua sexualidade né, enfim, principalmente numa sociedade como essa, né. De pensar essa relação, sei lá, com família, com amigos e as coisas, né. Então sobre isso o movimento me ajudou diretamente.

Assim, nos relatos dos militantes, encontramos que a militância tem sido um meio de acesso a espaços de construção coletiva de suas experiências. Os jovens encontram na construção do movimento, de seus diversos espaços, e das relações ali desenvolvidas ferramentas de apropriação do mundo. Estabelecem uma rede de apoio social que permite ressignificar suas experiências e construir, a partir da ação política coletiva, um modo de compreender os fenômenos e agir sobre eles.

A participação no movimento não é um processo acrítico, é, na verdade, um processo ativo e coletivo. Dessa forma, torna-se evidente que os militantes mantêm uma visão crítica sobre a atuação do movimento, esforçando-se para compreender e superar seus limites. A seguir, abordo algumas das questões relatadas pelos jovens militantes, bem como outras observadas durante a pesquisa de campo.

### **5.3. Contradições e desafios**

Como já abordado, construir um projeto que contemple as diferenças, desigualdades e a diversidade de experiências entre os jovens não há de ser uma tarefa simples. Os desafios vão desde o dia a dia do trabalho de base nas ações do movimento, até as estruturas de organização e os debates sobre as táticas e a estratégia política adotada. Para Pedro, um dos principais desafios do movimento é construir o método de trabalho nas periferias:

Eu acho que pra ter mais condições de, a gente tem múltiplas experiências no Brasil, de diversas formas, sabe? É até complicado, assim as vezes, sabe? Opinar. Mas eu acho que umas das coisas que a gente temos que refletir, que pensar, é sobre como que a gente faz essa abordagem, sabe?, das pessoas, como que a gente estabelece essas relações, sabe? Porque cada um faz de uma forma, da forma, da forma como (inaudível) espaço sabe? , mas será tem uma forma melhor de se fazer isso, por que cada um faz de um jeito, tem gente que faz de uma forma ruim, tem gente que faz de uma forma boa. (Pedro, 2019)

Este desafio é exemplificado pelos obstáculos enfrentados na construção da célula do movimento na Pedreira Prado Lopes. Observa-se a presença de Chisto e Sabrina no território foi um elemento de fortalecimento do trabalho do movimento na localidade. Estes militantes, por serem já antigos e adeptos do projeto político do movimento, podem atuar na Pedreira como mediadores (Silva e Ruskowski, 2010). Segundo as autoras, na dinâmica do trabalho em células do Levante os mediadores desempenham o papel de conectar os projetos e estratégias do Levante e do campo político aos projetos e estratégias dos jovens recrutados pelo movimento na localidade.

Contudo, essa mediação não existe sem contradições. Em conversa com Chisto (DC, 10 de jun. de 2019) ele narra dificuldades de aproximação das instâncias de direção com o trabalho na frente territorial. Para ele o movimento prioriza o trabalho na frente estudantil, e compara o peso que o movimento dá para a construção de um Congresso da UNE em relação às ações na Pedreira. Destaca também que há militantes que possuem inserção na

comunidade e que poderiam construir ações no território, mas que o movimento os coloca em tarefas de direção e secretaria.

Para Chisto (DC, 10 de jun. de 2019), esta situação em relação ao trabalho da frente territorial pode ser explicada pela origem do Levante em Minas Gerais. Segundo ele, ao contrário da experiência gaúcha, que começou com ação na periferia, os grupos que deram base ao movimento em Minas Gerais atuavam no âmbito do Movimento Estudantil. Em sua avaliação, há muita potencialidade para atuação no território, e o trabalho de organização popular tende a aumentar; contudo, se o movimento não se atentar, não vingará.

Nesta conversa (DC, 10 de jun. de 2019), Chisto conta que ele e Sabrina estão saindo do movimento. Ao ser perguntado se sua saída era em razão da avaliação que faz sobre o território, ele responde que não, que estes seriam motivos para ficar, pois acredita na ferramenta e no projeto, e que saí em decorrência de mudanças em sua vida. Ao que parece, de fato, a saída em sido sem ruptura, o que também se confirma pela sua fala de “você não sai do Levante né, não tem uma ficha de desfiliação” (DC, 10 de jun. de 2019), que, junto de sua declaração acerca do Levante, mostra sua identificação com a organização.

Talvez a questão quanto ao processo de engajamento/desengajamento seja compreender o quanto as dimensões da vida do indivíduo que o impedem de participar ativamente das atividades do movimento, ou mesmo o levam a sair (ou nem entrar), estão vinculadas à própria condição de vida, em situação de pobreza, experimentadas por esta juventude. Nesse sentido, cabe entender também até que ponto o movimento consegue dar resposta a essas questões. Um exemplo é o caso da Kelen; ela já foi militante de outra organização política antes de entrar para o Levante (DC, 11 de jun. de 2019), o que sinaliza um interesse em se organizar politicamente. Contudo, Pedro relata que há uma série de complicações em sua vida que tornam impossível exigir dela um envolvimento constante com o movimento.

Quanto ao Gustavo, outras questões estão envolvidas. No fim do ano de 2018, o movimento garantiu a ele um emprego temporário em um sindicato parceiro. O vínculo se estendeu por mais um tempo, mas eventualmente ele foi demitido em maio de 2019. Ao que parece a demissão o abalou muito (DC, 29 de mai. de 2019) e ele se afastou um pouco do movimento. Enquanto havia uma sintonia entre as dimensões do trabalho e da militância – com ganhos para a dimensão familiar, pois, ao que se sabe, ele estava ajudando na melhoria

de sua casa -, o engajamento foi facilitado. Com a perda do trabalho, há impacto na vida dele de forma negativa. Este movimento de afastamento não se trata necessariamente de um desengajamento no âmbito da vontade do jovem, que inclusive participou de outras ações do movimento realizadas após a observação participante desta pesquisa. Na verdade, sinaliza que as condições de vida do jovem impactam sua participação. A geração de renda para a juventude tem sido um desafio constante do movimento, em especial nas periferias, como relata Pedro:

Não, no Brasil, né. Tipo assim, curso de cabelereiro, venda de artesanato, de coisas, de comidas mesmo, sabe? que as pessoas fazem, doces, etc. E coisas muito muito pequenas, mas que são primeiros passos pra se pensar em como que se cria isso, porque até, porque assim, criar, sei lá, uma sócio-produção além é um negócio é difícil, né? É um negócio que custoso né?, é um negócio que requer um investimento que a gente não tem, né? Então que tipo de coisa que se cria em que as pessoas de fato têm condições de fazer, de trabalhar e que oferece os mínimos retornos, né? Isso é tudo muito incipiente, ainda são muitas tentativas, muitas, muitas tentativas, né, e apesar de muitas intenções eu ainda acho faltam ainda muitos braços, né? Pra se colocar em prática, sabe?, essas tentativas ainda, sabe?, porque por mais que as ideias estejam muito boas, eu acho que ainda está faltando braço para se executar, sabe? (Pedro, 2019)

Há contradições e dificuldades também nas ações do cursinho popular, destacando-se a evasão de educandos e a mediação dos ritmos dos mais jovens e mais velhos. Outra dificuldade que se destaca é a de inserção na comunidade; mesmo possuindo uma rede potencial para inserção, o cursinho enfrenta dificuldades de fazê-lo, e desde o início, pude presenciar vários relatos de pessoas da comunidade dizendo que a iniciativa havia sido mal divulgada no território, inclusive na aula inaugural (DC, 18 de mar. de 2019).

Outro desafio é o engajamento da juventude nas discussões políticas promovidas pelo cursinho. Apesar de ser uma turma politizada, o Núcleo Pedagógico avalia que há dificuldade em trazer os jovens para outras iniciativas (17 de jun. de 2017). Um debate promovido junto com o Leandro sobre a reforma da previdência, por exemplo, não contou com a presença dos educandos jovens (DC, 11 de jun. de 2019). O mesmo se aplica aos atos ocorridos em defesa da educação em 15 e 30 de maio de 2019, e a Greve Geral de 14 de junho do mesmo ano. Em contrapartida, entre os mais velhos, há exemplos de mobilização para a ação política. É o caso de Kátia (39 anos), que esteve presente nas três manifestações mencionadas acima, e Priscila (36 anos) que esteve na Greve Geral.

A posição adotada pelos jovens militantes de sinalizar estes desafios demonstra uma preocupação com a ação consequente do movimento. A capacidade de exercer essa crítica está vinculada ao processo de conscientização e é um esforço presente, e ao mesmo tempo um desafio, no Levante criar espaços democráticos para debate e resolução destas questões. Como bem sinaliza Paulo Freire (1982) é um grande erro das organizações revolucionárias anunciar sozinhas o seu projeto de sociedade. Neste caso, as entrevistas e a observação participante que o vínculo com o povo e a construção coletiva das lutas é uma preocupação central dos militantes entrevistados.

## 6. Considerações finais

Em 2018, dei início a esta pesquisa em um cenário marcado pelo golpe de estado de 2016 e pelo ascenso do neofascismo à presidência do Brasil (Boito, 2019). Agora, concluo-a em meio à pandemia de COVID-19, que causou a perda de mais de 200 mil vidas brasileiras. Como pesquisador e militante, foi inevitável não vivenciar uma montanha-russa de emoções ao longo desses últimos seis anos, com momentos de tristeza, esperança, raiva e desespero.

A realização de uma pesquisa com compromisso social é inseparável do impacto dessa conjuntura. Ao longo desse percurso, enfrentei uma série de desafios pessoais, coletivos, teóricos e metodológicos que influenciaram a trajetória e o desenvolvimento deste estudo. Este texto representa um esforço de síntese desses processos, embora não abranja integralmente todas as vivências e reflexões, cumprindo, no entanto, o papel de oferecer uma síntese dessa experiência em constante movimento.

A questão central que orientou esta pesquisa foi compreender como o movimento social ao qual pertencço desde 2016 tem impactado a vida dos jovens em situação de pobreza. Ficou claro para mim que essa investigação só seria possível ao assumir e demarcar uma posição ético-científica fundamentada na libertação (Guareschi, 2009; Martín-Baró, 1998), a partir da qual estruturei a metodologia adotada. Além disso, ficou evidente que não seria viável responder à pergunta inicial sem abordar as complexidades relacionadas à pobreza e desigualdade social sem debater os modos vida dos jovens e sem considerar as potências que o processo de organização popular para as estratégias de enfrentamento.

Neste sentido, as discussões que apresentei neste texto apontam para a necessidade de compreender a pobreza enquanto um fenômeno multidimensional, indo além das perspectivas individualizantes e sinalizando suas raízes no modo de produção capitalista e no colonialismo. A aproximação entre os conceitos de colonialidade do poder (Quijano, 2000) e capitalismo dependente (Fernandes, 1975b) é um esforço de destacar a operação da pobreza como fenômeno de desigualdade e de dominação econômica e ideológica sobre a América Latina e o Brasil.

Os modos de vida dos jovens ilustram vividamente esse processo de dominação. Elas e eles experimentam uma série de privações de direitos, com acesso precário a políticas sociais de educação, transporte, moradia, saúde e direito à cidade. Deparam-se com os

mecanismos de dominação em suas vidas, experimentando vivências de vergonha e humilhação fundamentadas em estigmas de raça, classe e sexualidades, resultando em experiências de baixa estima, sentimento de deslocamento, não pertencimento e isolamento social.

Entretanto, a pesquisa evidencia que o envolvimento dos jovens com ações do Levante Popular da Juventude tem possibilitado a adoção de estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza. Tanto a participação no cursinho popular Podemos +, quanto a militância no Levante possibilitam e esses jovens a ampliação de suas redes de apoio social, propiciando contato com semelhantes e diferentes, além de constituírem espaços abertos de participação. Neste contexto, as educandas e os militantes tem acesso a conhecimentos e experiências diversas, transformando-se em agentes ativos do processo em que participam, o que viabiliza os processos de ressignificação das visões sobre si e sobre o mundo. Em suma, essas experiências facultam um processo de conscientização (Freire, 1979, 1983, 1984).

Também é possível perceber que há uma série de desafios ao movimento. A convivência de jovens com experiências diversas exige esforço constante do exercício da democracia interna no Levante e em suas ações. Para além, existem desafios relacionados à adaptação das ferramentas de trabalho de base e à construção de alternativas para enfrentar as adversidades vividas pelos jovens, especialmente no âmbito da geração de renda. A preocupação dos militantes com essas questões sinaliza que há espaços no movimento para este exercício democrático, assim como para o imbricamento do movimento com as demandas da juventude que se propõe a organizar.

Ser militante do Levante e educador do cursinho facilitou o acesso ao campo, aos militantes e às educandas. Entretanto, ser um pesquisador militante exige um movimento dialético de mediação de expectativas individuais e coletivas sobre a pesquisa e sobre a ação militante. Assim, esta pesquisa exigiu de mim um exercício constante de reflexão e de distanciamento em relação ao campo.

Creio que a pesquisa sinaliza que a compreensão dos modos de vida dos jovens e o investimento na construção de espaços participativos são elementos importantes para se pensar o enfrentamento à pobreza. Também é crucial reconhecer o fluxo dos jovens pela cidade, assim como as diferentes relações que são estabelecidas em suas comunidades,

famílias e demais redes de apoio social. Esse reconhecimento também se estende à compreensão do uso da internet e como ocorre a construção de apoio social a partir dela.

Por fim, pode-se afirmar que não há possibilidade de transformação social que toque as raízes da desigualdade sem que haja um profundo processo de organização popular coletiva. Nesse sentido, esta pesquisa evidencia que a vivência dos jovens em movimentos sociais contribui para o processo de reconhecimento de si e do mundo, de modo que possam ressignificar suas experiências individuais e coletivas, abrindo uma janela de possibilidade para as organizações populares desenvolverem iniciativas coletivas de luta popular para a transformação de suas realidades.

## Referências

- Abramo, H. W. (2005). Condição Juvenil do Brasil Contemporâneo. Em Abramo, H. W. & Branco, P. P. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira*. Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo.
- Abramo, H. W. (2005). Condição Juvenil do Brasil Contemporâneo. Em Abramo, H. W. & Affonso, N. S. (2009). Automóveis e sustentabilidade. *Revista Desafios do Desenvolvimento* – IPEA. [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1049:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1049:catid=28&Itemid=23)
- Alonso, L. E., & Rodríguez, C. J. F. (2009). Uso del trabajo y formas de gobernabilidad: La precariedad como herramienta disciplinaria. Em Crespo E., Prieto, C., & Serrano A. (Coords.), *Trabajo, subjetividad y ciudadanía* (pp. 229-258). Centro de Investigaciones Sociológicas/Editorial Complutense.
- Angrosino, M. (2009). *Etnografía e Observação Participante*. Artmed.
- Antunes, R., & Druck, M. G. (2015). A terceirização sem limites: A precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, (34<sup>a</sup> ed., pp. 19-40) <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>
- Araújo, J. S. (2016). *Juventude, Participação e Projeto Popular: a experiência político-organizativa do movimento "Levante Popular Da Juventude"* [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.] Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21486>
- Arroyo, A. M. (2010). *A Diversidade Cultural na Cidade Contemporânea: O Reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como Patrimônio Cultural* [Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. [http://biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais\\_ArroyoMA\\_1.pdf](http://biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_ArroyoMA_1.pdf)
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. (2<sup>a</sup> Ed.). Edições 70.
- Barros, C. R. (2017) *Trabalho e território de haitianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência*. [Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis///47/47134/tde-24072017-170154/pt-br.php>
- Benevides, S. C. O., & Luz, S. A. (2013). *Juventudes e participação: os atores de uma nova dimensão do político: o caso do Levante Popular da Juventude*. XXIX Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia – ALAS.
- Bergamaschi, M. A., Doebber, M. B., & Brito, P.O. (2019). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251): pp. 37–53, <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>.

- Blanco, A. & Díaz, D. (2007). El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, 19(4) pp. 552-558. <http://www.psicothema.com/pdf/3396.pdf>.
- Boito, A. (2019, 17 de outubro). *A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista*. a terra é redonda. <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/>
- Bomfim, E. M. (2003) Contribuições para a história da psicologia social no Brasil. Em Jacó-Vilela, A. M.; Rocha, M. L., & Mancebo, D. (Orgs.). *Psicologia social: relatos na América Latina*. Casa do Psicólogo.
- Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em *Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. 2(1), pp. 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>
- Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2014). Mundo do Trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. Em Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., & Bastos A. V. B. (Eds.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp. 22-72). Artmed.
- Brasil. (2013, 5 agosto). *Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)
- Brasil. (2017, 13 de julho). *Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm)
- Bringel, B. & Varella, R. V. S. (2016). A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos *Revista de Direito Administrativo*. 3(3). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3n3p474-489>
- Cabral, D. W. A., Ribeiro, L. L, Silva, S. L. & Bomfim, Z. A. C (2015). Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n2/17.pdf>
- Camurça, C. E. S. (2014). *Implicações psicossociais da seca na saúde mental de moradores de uma comunidade rural cearense*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará.] Repositório Institucional UFC. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10948>
- Carapinha, A. M. L. (2010). *Influência do processo de realojamento na percepção de sentido de comunidade e apoio social percebido*. [Dissertação de mestrado, Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Sistémica. Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa]. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1887/1/ulfp035569\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1887/1/ulfp035569_tm.pdf)
- Carvalho, C., Fridman, F. & Julia Strauch. (2019). Desigualdade, escala e políticas públicas: uma análise espacial dos equipamentos públicos nas favelas cariocas I. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO04>

- Carvalho, I. M. M. (2008). O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH* 21(54). [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000300010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300010)
- Castro, R. D & Mayorga, C. (2018). Classe Média Negra Universitária: por um projeto de sociedade afirmativa. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* 12(3), pp. 175–203. <https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.29803>
- Chaves, E. S, (2003). Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. *Psicologia em Estudo*, 8(2), pp. 29-37, <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000200004>
- Cidade, E. C. & Ximenes, V. M. (2012). As manifestações do fatalismo de jovens em condições de pobreza no Brasil. *Revista Latino-americana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 1(1), pp. 80-102. [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18302/3/2012\\_art\\_vmximenes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18302/3/2012_art_vmximenes.pdf)
- Cidade, E. C. (2012). *Juventude em Condições de Pobreza: Modos de Vida e Fatalismo*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional UFC. [http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=7395](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7395)
- Cidade, E. C. (2019). *Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira*. [Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional UFC <http://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/45341?mode=full>
- Cidade, E. C., Moura Júnior, J. F. & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), pp. 87-98. [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18424/3/2012\\_art\\_vmximenes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18424/3/2012_art_vmximenes.pdf)
- Cidade, E. C.; Silva, A. M. & Ximenes, V. M. (2016). Pobreza e Juventude: implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas. Em Ximenes, V; Nepomuceno, B., Cidade, E., Moura Júnior, J. F. (Org). *Implicações Psicossociais da Pobreza*. (pp. 311-336). Expressão Gráfica e Editora.
- Ciríaco, J. S; Oliveira, C. S & Anjos Júnior, O. R. (2017). O contexto social como determinante do trabalho precoce no Ceará. *Revista da ABET* 16(2). <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/37798>
- Consulta Popular. (2012). *Quem Somos*. <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>
- Correio, M. A. N. & Correio, S. R. S. (2016). Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana. Em *Pauta*, 38(14), pp. 344-363 <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27865>
- Cosceli, J. (2012, 14 de maio). Grupo ‘esculhacha’ torturadores e médicos da ditadura militar”. *Estadão*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-esculhacha-torturadores-e-medicos-da-ditadura-militar,872807>

- D'Avila, G. T., Krawulski, E., Veriguine, N. R. & Soares, D. H. P. (2011). "Acesso ao ensino superior e o projeto de 'ser alguém' para vestibulandos de um cursinho popular". *Psicologia e Sociedade* 23(2), pp. 350–58. 10.1590/S0102-71822011000200016
- Dias, T. S., Pontes, F. A. R., Almeida, H. C., Rosa, T. S., Ramos, M. F. H. & Silva, S. S. C. (2020). Apoio social online entre cuidadores de crianças e jovens: revisão integrativa em rede da literatura. *Ciências Psicológicas* 14(1), pp. 1–18. <https://doi.org/10.22235/cp.v14i1.2160>
- Estanislau, M. A., & Ximenes, V. M. (2016). Vivências de Vergonha e Humilhação: Uma análise psicossocial em contextos de pobreza. Em V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Eds.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (405.<sup>a</sup> ed., Vol. 1, pp. 121-147). Expressão Gráfica e Editora.
- Estanislau, M. A., Feitosa M. Z. S., Ximenes V. M., Silva A. M. S., Araújo, M. S., & Bomfim, Z. A. C (2018). Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 13(2), [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/2968](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2968)
- Euzébios Filho, A., & Guzzo, R. S. L.. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 35–44. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100005>
- Fernandes, F. (1975a). Padrões de dominação externa na América Latina. Em: Fernandes, F. (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Zahar Editores.
- Fernandes, F. (1975b). A Concretização da Revolução Burguesa. Em: Fernandes, F (1975). *A Revolução Burguesa no Brasil*. Zahar Editores.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. (2a. Ed.). Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1982). *Ação cultural para a liberdade*. (8a. Ed.) Paz e Terra.
- Freire, P. (1983). *Educação como prática de liberdade*. (14a. Ed.). Paz e Terra.
- Freud, S. (2011) *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. Companhia das Letras.
- Frizzo, H. C. F., Bousso, R. S., Ichikawa, C. R. F., & Sá, N. N. (2017). Grieving mothers: Design of thematic blogs about loss of a child". *ACTA Paulista de Enfermagem* 30(2), pp. 116–211. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201700019>
- Giatti, L., Campos, M. O., Crespo, C. D., Andrade, S. S. C. A., Barreto, S. M. (2014). Trabalho precoce, marcador de vulnerabilidades para saúde em escolares brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 17(Suppl. 1), pp. 17-30. <https://doi.org/10.1590/1809-4503201400050003>
- Góis, C. W. (2005). Atividade Humana. Em: C, Góis. *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. (pp. 75-90). Publicações Instituto Paulo Freire.

- Gomes, R. (2013). A análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em: Minayo, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. pp. 79-108. Editora Vozes.
- Gonçalves, B. S. (2016). A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. *Psicologia Política*, 16(37), pp. 397-413.
- Gonçalves, B. S. (2019). *Nos caminhos da dupla consciência – América Latina, psicologia e descolonização*. Edição do Autor.
- Griep, R. T. (2003). *Confiabilidade e Validade de Instrumentos de Medida de Rede Social e de Apoio Social Utilizados no Estudo Pró-Saúde*. [Tese de doutorado, Ministério da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz]  
[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4487/2/VE\\_Rosane\\_Harter\\_ENSP\\_2003](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4487/2/VE_Rosane_Harter_ENSP_2003)
- Guareschi, P. (2009). Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de Liberação. Em: Guzzo, R. & Lacerda, Jr. F. (Eds.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 49 -64.). Editora Alínea.
- Guzzo, R. S. L. (2016). A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. Em V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Eds.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (405.<sup>a</sup> ed., Vol. 1, pp. 121-147). Expressão Gráfica e Editora.
- Jaumont, J. & Varella, R.V.S. (2016). A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. *Revista Direito e Práxis* 7(3).  
<https://doi.org/10.12957/dep.2016.21833>
- Lacerda Júnior, F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología*, 3, pp. 216-263  
<http://www.teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>
- Lane, S. T. M. A. (1984). Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. Em: S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (8<sup>a</sup> ed., pp. 10-19). Brasiliense.
- Leite, J. F., Dimenstein, M., Dantas, C., Macedo, J. P. S., Freitas, A. B. (2016). Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro. Em V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Eds.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (405.<sup>a</sup> ed., Vol. 1, pp. 121-147). Expressão Gráfica e Editora.
- Levante Popular Da Juventude. (2012). Zine Caráter e Organicidade.  
<http://pt.scribd.com/doc/85900099/Zine>
- Levante Popular Da Juventude. (2012, 23 de março) *Levante Contra Tortura - Belo Horizonte 26/03/2012 Ariovaldo Da Hora e Silva (1)* [Vídeo]. YouTube.  
<https://www.youtube.com/watch?v=cpUA5jDYMi8>
- Levante Popular Da Juventude. (2015). Levante realiza Semana Nacional de Solidariedade “Nós por Nós”. <http://levante.org.br/blog/?p=584>

- Levante Popular Da Juventude. (2017). Rede Nacional de Cursinhos Populares promete facilitar o ingresso de jovens das periferias no Ensino Superior. <http://levante.org.br/blog/?p=1545>
- Levante Popular da Juventude. (2018, 5 de janeiro). #2017 | Retrospectiva do Levante [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ySrWXBGjKhY>
- Lima, M. E. A. (2002). *Os sentidos trans-histórico e histórico do trabalho e sua importância para o psicólogo*. Disciplina de Psicologia da Indústria - Departamento de Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Luce, M. S. (2018). *Teoria Marxista da Dependência – problemas e categorias – Uma nova visão histórica*. Expressão Popular.
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. Expressão Popular
- Martín-Baró, I. (1983/1990). *Accion e ideologia - Psicologia Social desde Centroamérica*. UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1998) *Psicologia de la liberación*. UCA Editores.
- Martin-Baró, I. (1983/1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de psicologia*. 2(1), pp. 7-27. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413294X1997000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413294X1997000100002&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Mayorga, C. (2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas metodológicas. *Estudos de Psicologia*, 18(2), pp. 343-350. <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a21.pdf>
- Menezes, E. (2014, 2 de abril). Grupo faz «escracho» na porta da casa de coronel apontado como torturador em BH. *R7.com*. <https://noticias.r7.com/minas-gerais/grupo-faz-escracho-na-porta-da-casa-de-coronel-apontado-como-torturador-em-bh-01042014>
- Monteiro, F. P. (2015). Nina Rodrigues e a loucura das multidões. *Revista Brasileira De História Da Ciência*, v. 8. pp. 65-82.
- Montero, M. (2003). El fortalecimiento en la comunidad. Em: M. Montero. *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. (pp.59-92). Paidós.
- Montero, M. (2004). Influencias y desarrollos teóricos en la psicología comunitaria. Em: M. Montero. *Introducción en la psicología comunitaria*, (pp.115-142). Paidós.
- Moura Júnior, J. F., Cidade, E. C., Ximenes, V. M. & Sarriera, J. C. (2014). Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas psicol.*, 22(2), (pp. 341-352) [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200007)
- Moura Júnior, J. F., Ximenes V. M. & Sarriera, J. C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicología*, 22(2), pp. 18-28. <http://www.revistapsicologia.uchile.cl/index.php/RDP/article/view/30850>

- Narayan, D. (2000). La Pobreza es Impotencia y falta de Representación. *Finanzas y desarrollo: publicación trimestral del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial*, 37 (4), (pp. 18-21). <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2000/12/pdf/narayan.pdf>
- Negreiros, D.J. Gomes, I.D., Colaço, V.F.R, & Ximenes, V.M. (2018). Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes. *Desidades*, (18), 20-33. Recupera de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822018000100003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822018000100003&lng=pt&tlng=pt).
- Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (2002). O uso da fotografia na pesquisa em psicologia. *Estudos de Psicologia*. 7(2) pp. 237-250. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000200005&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Nepomuceno, B. B.; Silva, L. B. e Ximenes, V. M. (2016). Estratégias de enfrentamento à pobreza: Uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas. Em V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Eds.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (405.<sup>a</sup> ed., Vol. 1, pp. 121-147). Expressão Gráfica e Editora.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. (1<sup>a</sup> Ed.). Expressão Popular.
- Nogueira, M. L. M. (2004). *Mobilidade Psicossocial: a história de Nil na cidade vivida*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.]
- Oda, A. M. G. R. (2000). Nina Rodrigues e A loucura epidêmica de Canudos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 3(2), pp. 139-144. <https://dx.doi.org/10.1590/1415-47142000002009>
- Paludo, C., Santos, M. G. C. & Taddei, P. E. D. (2016). A educação popular no Levante Popular da Juventude do Rio Grande do Sul: renovações e permanências. *Revista e-Curriculum*, 14(02), pp. 545-571. <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/27525/20353>
- Prado Júnior, C. (1994). Sentido da Colonização. Em Prado Júnior, C. (1994). *Formação do Brasil Contemporâneo*. Editora Brasiliense.
- Quijano, A. (2000). Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. Em Lander, E (Ed.). *A Colonialidade do Saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624090901/colonialidade.pdf>
- Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras.
- Rodrigues, L. S.; Jácome, M. P.; Nogueira, M. L. M; Novaes, T. M. & Silva, J. S. (2019). Vivência Cotidiana e as Intervenções do Poder Público na Favela: Uma Análise Do Programa Vila Viva em Belo Horizonte. *Revista Percurso – NEMO*, 11(1), pp. 47-74. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/issue/view/1665>

- Ruskowski, B. O.; Silva, M. K. (2013). O processo de engajamento militante a partir do estudo sobre condições e mecanismos de engajamento. Em XXIX Congresso ALAS, 2013, Santiago. Acta Científica del XXIX Congreso ALAS.
- Ruskowski, B.O. (2009). *Levante Juventude, Juventude é prá lutar: a relação entre esferas da vida e identidade na constituição do engajamento juvenil*. [Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16892/000707045.pdf?sequence=1>
- Ruskowski, B.O. (2012) *Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70675/000875860.pdf?sequence=1>
- Santana, C. L. & Couto, E. S. (2012). “A publicização da vida privada no Twitter”. *Fronteiras – estudos midiáticos* 14(1), pp. 31–39. <http://dx.doi.org/10.4013/fem.2012.141.04>
- Santos, G. R. M. (2018). *A prática educativa no movimento social “Levante Popular da Juventude”: narrativa de participantes*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia]. <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2018/06/GUILHERME-RIBEIRO-MIRANDA-DOS-SANTOS.pdf>
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Sen, A. (2001). *Desigualdade reexaminada*. Record.
- Silva, L. A. V., Duarte, F. M. & Netto, G. R. A. (2017). *Sociabilidades ‘positivas’ em rede: Narrativas de jovens em torno do HIV/Aids e suas tensões cotidianas*. *Physis* 27(2) pp. 335–355. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000200009>
- Silva, L. B. (2014). *Implicações Psicossociais da Violência no Modo De Vida De Prostitutas Pobres*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará.] <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9555>.
- Silva, L. B., Feitosa, M. Z. S., Nepomuceno, B. B., Silva, A. M. S., Ximenes V. M. & Bomfim, Z. A. C. (2016). Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. In Ximenes, V., Nepomuceno, B., Cidade, E., Moura Júnior, J. (Org). *Implicações Psicossociais da Pobreza*. (pp. 289-310) Expressão Gráfica e Editora.
- Silva, M. K. & Ruskowski, B. O. (2010) Levante juventude, juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 3, pp. 23-48. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1670>
- Silva, P. R., & Mayorga, C. (2019). Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. *Desidades*, (23), pp. 10-23. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822019000200002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822019000200002&lng=pt&tlng=pt).

- Silva, A. M. S. (2014). *Análise das Implicações Psicossociais do Protagonismo para os Jovens Em Situação de Pobreza*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da UFC. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9555>
- Siqueira, L.S. (2011). *Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos*. [Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.] [http://www.bdt.d.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3731](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3731)
- Siqueira, L.S. (2012) Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. *Temporalis*, (24)12, pp.353-384.  
[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwj5ltueutfoAhUILLkGHQ-XDUkQFjAAegQIAxAB&url=https%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F5017127.pdf&usg=AOvVaw1ZH6YBTsqczfB\\_T0oUNTY1](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwj5ltueutfoAhUILLkGHQ-XDUkQFjAAegQIAxAB&url=https%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F5017127.pdf&usg=AOvVaw1ZH6YBTsqczfB_T0oUNTY1)
- Siqueira, M. P. S. (2009). Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira, *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/texto01.pdf>
- Standing, G. (2013). *O precariado: A nova classe perigosa*. Autêntica.
- Valla, V. V. (1999). Educação Popular, Saúde Comunitária e Apoio Social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(2), pp. 7-14, <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1999000600002>
- Via Campesina. (n.d.). *La Vía Campesina: La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo*. <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo>
- Vianna, R. (2014, 28 de outubro). Entidades de juventude enviam carta à CNV em defesa da revisão da Lei da Anistia. *Revista Fórum*. <https://revistaforum.com.br/blogs/rodrigovianna/brodrigovianna-entidades-de-juventude-enviam-carta-cnv-em-defesa-da-revisao-da-lei-da-anistia/>
- Vieira, E. M. & Ximenes, V. M. (2012). Atividade Comunitária e Conscientização: uma investigação a partir da participação social. *Barbarói*, 36, pp. 91-112. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n36/n36a06.pdf>
- Vieira, E. M., e Ximenes, V. M. (2008). Conscientização: Em que interessa este conceito à psicologia. *Psicologia Argumento* 26(52), pp. 23-33. [https://www.researchgate.net/publication/37686653\\_CONSCIENTIZACAO\\_Em\\_que\\_interessa\\_este\\_conceito\\_a\\_psicologia](https://www.researchgate.net/publication/37686653_CONSCIENTIZACAO_Em_que_interessa_este_conceito_a_psicologia)
- Vygotsky, L. S. (1982/2004). *Teoria e método em psicologia*. M. Fontes.

- Ximenes, V. M. & Góis, C. W. (2010). Psicologia Comunitária – uma práxis libertadora latino-americana. Em Guzzo, R. & Lacerda Júnior., F. *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate da questão social*. (pp. 45-64). Alínea Editora.
- Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Nepomuceno, B. B., & Leite, J. F. (2014). Pesquisa e intervenção a partir da realidade social: desvelar das implicações psicossociais da pobreza. Em C. Stella (Org.), *Psicologia comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiência* (pp. 87-110). Vozes.
- Zavaleta, D. (2011, agosto). Pobreza, vergüenza y humillación: una propuesta de medición (PNUD, Ed.; Boletim-76). *Revista Desarrollo Humano*. <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Verguenza1.pdf>

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA PARA  
MILITANTES DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE QUE  
ATUAM/ATUARAM NA PEDREIRA PRADO LOPES**

**Tema: Ingresso e relação com o movimento**

1. Para começar a conversa gostaria que você falasse um pouco da sua trajetória de vida.
  - a. De qual cidade você é?;
  - b. Como é sua família?; Estudou em escola pública?;
  - c. Tinha casa própria?;
  - d. Teve de trabalhar na infância e adolescência?
2. Como você ingressou no Levante?
  - a. e o que fez com que você permanecesse militando neste movimento?
3. Qual sua trajetória dentro do movimento?
  - a. Você consegue vincular esta trajetória na militância com sua própria trajetória de vida? Em que aspectos?
4. Como você via o mundo há X anos atrás? E hoje?
  - a. Você percebe mudanças em você e na sua forma de ver o mundo a partir da sua militância no movimento?;
  - b. Você percebe mudança de visão para temas como o racismo, a pobreza e a reação entre homens e mulheres?
5. Como você se via antes da militância e agora?
  - a. Você passou por alguma experiência negativa em sua vida que hoje percebe ser fruto de algum tipo de desigualdade?
  - b. Alguma dessas experiências você se sentiu humilhado?
  - c. Já teve ou tem vergonha em razão de alguma característica sua?]
6. Em algum momento você já contou com o apoio do movimento [ou de pessoas do movimento] para questões financeiras, materiais, educacionais, emocionais/afetivas, ou de outra ordem?
  - a. A quais outros lugares você recorre para receber este apoio? A comunidade da Pedreira é um desses lugares?

**Tema: Relação individual e coletiva com a PPL**

7. Como foi seu primeiro contato com a Pedreira e qual relação você estabeleceu desde então?
8. Quais atividades você já participou na comunidade?
9. Quais destas estão relacionadas à sua militância no Levante?
10. Como você avalia o seu vínculo com a comunidade? E o vínculo do Levante com a comunidade?

**Tema: Juventude**

11. Qual o maior desafio de ser jovem no Brasil hoje?
  - a. Como você vê a situação da juventude em relação ao acesso ao trabalho? E a educação?
12. Qual o maior desafio de ser um jovem na Pedreira?
13. Como você vê que o Levante Popular da Juventude pode responder esses desafios?
  - a. Quais ações você identifica que o movimento tem feito?
  - b. O que o movimento pode fazer?

## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Rubrica Participante \_\_\_\_\_

Rubrica Pesquisador \_\_\_\_\_

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter termos e expressões que não seja de seu conhecimento. Peça ao pesquisador que explique informações não compreendidas completamente.

### 1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa *Modos de Vida e Enfrentamento à Pobreza por jovens pobres em Movimentos Sociais*, que estudará o enfrentamento à pobreza a partir da militância política, e foi selecionado porque está envolvido com ações de movimentos sociais. O objetivo dessa pesquisa é compreender se e como a militância política de jovens pobres militantes em movimentos sociais tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza

### 2) Procedimentos do Estudo

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em participar de **entrevistas mediadas com recurso de autofotografia**. Para estas, viabilizaremos máquinas fotográficas, a fim de você registre seu dia-a-dia e de sua comunidade. De mãos das fotografias, você escolherá cinco e as nomeará. Por fim, as entrevistas serão realizadas e seguirão roteiros/temas elaborados a partir das fotografias e dos demais apontamentos levantados pelos pesquisadores. As entrevistas poderão ser gravadas se você considerar adequado.

### 2) Riscos e desconfortos

O risco envolvido com sua participação consiste na exposição de suas opiniões; risco que está sendo minimizado pela providência de não identificá-lo(a), ou seja, de não anotar o seu nome; caso seja o seu desejo. Efeitos indesejáveis são possíveis de ocorrer em qualquer estudo, apesar de todos os cuidados possíveis, e podem acontecer sem que a culpa seja sua ou dos pesquisadores. Se você sofrer efeitos indesejáveis como resultado direto da sua participação neste estudo, a necessária assistência profissional será providenciada na forma de encaminhamento ao atendimento e assistência psicológica, fornecidos pelo Departamento de Psicologia da UFMG. Além disso, na parte em que está prevista a utilização do gravador você pode desejar dizer alguma coisa sem que sua fala seja gravada, neste caso, basta solicitar ao pesquisador que desligue o gravador. Você pode, ainda, desligar-se da pesquisa em qualquer momento sem precisar justificar-se e sem sofrer qualquer tipo de importunação.

### 4) Benefícios

Esperamos produzir conhecimento que possibilite compreender as implicações da militância política e da mobilização popular/comunitária no enfrentamento às condições de pobreza.

### 5) Tratamento Alternativo

Você pode decidir não participar ou abandonar este estudo a qualquer momento sem precisar de justificativa.

## 6) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo, recebendo os pesquisadores de acordo com a sua disponibilidade de tempo e nos locais que ambos julgarem adequados.

## 7) Caráter Confidencial dos Registros

A sua identidade será mantida em sigilo, de acordo com o seu desejo. Qualquer informação que você deseje manter confidencial será respeitada. Os áudios contendo o material estarão sob a garantia de privacidade, oferecidas pelas instituições que executam esta pesquisa.

## 8) Participação

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Você também pode ser desligado do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) você não use ou siga adequadamente as orientações/tratamento em estudo; (b) você sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c) o estudo termine. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar o profissional e/ou pesquisador que esteja atendendo-o. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais e este Termo seguirá em duas vias, com espaço destinado para rubricas. Você ficará com via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa poderá perguntar diretamente à *Profa. Dra. Maria Luísa Magalhães Nogueira* e/ou com o mestrando *Lucas Soares Rodrigues* por meio do endereço, telefone e/ou e-mail especificado abaixo. Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa também poderão ser apresentadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (vide contato indicado abaixo).

**Contato com os pesquisadores:** Departamento de Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sala 4062. Campos Pampulha. Av. Antônio Carlos, 6627. CEP 31270-901. Telefone: (31)98898-7509. E-mail: [lucasrodriguesdm@gmail.com](mailto:lucasrodriguesdm@gmail.com) (Lucas S. Rodrigues) e/ou [malu.mnogueira@gmail.com](mailto:malu.mnogueira@gmail.com) (Prof. Maria Luísa M. Nogueira)

**Comitê de Ética e Pesquisa:** Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG. CEP 31270-901. (Telefone 031-3409-4592)

## 9) Declaração de Consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Rubrica Participante \_\_\_\_\_

Rubrica Pesquisador \_\_\_\_\_

Participante da pesquisa:

Nome:

Assinatura:

Pesquisadora responsável

Lucas Soares Rodrigues

Assinatura:

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Modos de vida e enfrentamento à pobreza de jovens pobres em movimentos sociais

**Pesquisador:** Maria Luisa Magalhães Nogueira

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 13320419.0.0000.5149

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.539.610

## Apresentação do Projeto:

O projeto intitulado "Modos de vida e enfrentamento à pobreza de jovens pobres em movimentos sociais" busca compreender e analisar como a militância política de jovens pobres militantes no Levante Popular da Juventude tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza. "O percurso metodológico consiste em observação participante, aplicação de questionário socioeconômico e entrevistas com auxílio de autofotografia, sendo os materiais analisados através da Análise de Conteúdo Temática" (PROJETO).

Uma das hipóteses da investigação é buscar compreender se o envolvimento de jovens em situação de pobreza com ações do movimento pode potencializar um processo de conscientização, com superação do fatalismo e resignificação das vivências de humilhação e vergonha, observando ainda se os jovens estabelecem ou buscam estabelecer uma rede de apoio comunitário e manifestam um sentimento de comunidade, estabelecendo-se assim um processo de fortalecimento.

A pesquisa em como recorte etário o período entre 15 a 29 anos, em conformidade com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), no entendimento de que a adoção desta faixa etária pela legislação sinaliza ser a mais adequada à juventude brasileira. Os sujeitos participantes atuam e fazem

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2ª Ad. 31205

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: [cep@ppq.ufmg.br](mailto:cep@ppq.ufmg.br)

Continuação do Parecer: 3.526.610

militância na periferia de determinada cidade do sudeste brasileiro, contudo opta-se por não expor a localidade por motivos de segurança e terá como base teórica e metodológico os estudos recentes da Psicologia Comunitária.

**Objetivo da Pesquisa:**

- Compreender se e como a militância política de jovens pobres militantes no Levante Popular da Juventude tem potencializado o surgimento de estratégias de enfrentamento às condições de pobreza.
- Identificar a incidência de privação e pobreza multidimensional.
- Analisar modos de vida dos jovens militantes.
- Compreender as estratégias de enfrentamento utilizando de categorias analíticas das implicações psicossociais da pobreza tais como: Fatalismo, Humilhação e Vergonha, Apoio Social, Sentimento de Comunidade, Conscientização e Fortalecimento.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos e benefícios apresentados adequadamente, inclusive no TCLE.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante não havendo Impedimentos éticos para seu desenvolvimento.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Documentos apresentados adequadamente.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, 2ª Adm 31205

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: [ccap@prpq.ufmg.br](mailto:ccap@prpq.ufmg.br)

Continuação do Parecer: 3.539/010

**Recomendações:**

Nos termos de consentimento e assentimento, trocar o termo cópia por via, pois segundo a CNS 466/2012 e CNS 510/2016, os participantes devem ter acesso a uma via original do documento.

Se não são previstas gravações em áudio, deve ser suprimidas as referências a gravações de áudio dos termos da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pendências respondidas e solucionadas adequadamente.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento                 | Arquivo   | Postagem               | Autor                             | Situação |
|--------------------------------|---|------------------------|-----------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P<br>ROJETO_1322081.pdf | 10/07/2019<br>19:34:59 |                                   | Aceito   |
| Outros                         | Carta.pdf   | 10/07/2019<br>19:34:31 | María Luísa<br>Magalhães Nogueira | Aceito   |
| Outros                         | Lider.pdf   | 22/06/2019<br>20:16:21 | María Luísa<br>Magalhães Nogueira | Aceito   |
| Outros                         | IMAGENS.pdf                                       | 22/06/2019<br>20:10:46 | María Luísa<br>Magalhães Nogueira | Aceito   |

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad S/ 3005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4500

E-mail: cep@prpq.ufmg.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS**



Continuação do Parecer: 3.539.610

|   |             |                        |                                |        |
|---|-------------|------------------------|--------------------------------|--------|
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf    | 22/06/2019<br>20:10:18 | Maria Luísa Magalhães Nogueira | Acelto |
| Projeto Detalhado / Brochura                              | projeto.pdf | 07/04/2019<br>23:23:14 | Maria Luísa Magalhães Nogueira | Acelto |
| Investigador<br>Outros                                    | Subst.pdf   | 07/04/2019<br>23:09:40 | Maria Luísa Magalhães Nogueira | Acelto |
| Folha de Rosto  | folha.pdf   | 07/04/2019<br>22:57:33 | Maria Luísa Magalhães Nogueira | Acelto |
| Parecer Anterior  | Parecer.pdf | 07/04/2019<br>22:56:17 | Maria Luísa Magalhães Nogueira | Acelto |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELO HORIZONTE, 28 de Agosto de 2019

---

Assinado por:  
Ellane Crislina de Freitas Rocha  
(Coordenador(a))